



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARCIO LUIS MASSARO

**A INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA DE CATADORES DE
RECICLÁVEIS EM LONDRINA, PARANÁ: A INFLUÊNCIA
DE AÇÕES ECONÔMICAS EM IMERSÃO SOCIAL DE
REDES SOCIAIS**

Londrina
2015

MARCIO LUIS MASSARO

**A INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA DE CATADORES DE
RECICLÁVEIS EM LONDRINA, PARANÁ: A INFLUÊNCIA
DE AÇÕES ECONÔMICAS EM IMERSÃO SOCIAL DE
REDES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado em Administração – da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Ivan de Souza Dutra

Londrina
2015

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

M414i Massaro, Marcio Luis.

A inserção socioeconômica de catadores de recicláveis em Londrina, Paraná : a influência de ações econômicas em imersão social de redes sociais / Marcio Luis Massaro. – Londrina, 2015.
127 f. : il.

Orientador: Ivan de Souza Dutra.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Cooperativismo – Administração – Teses. 2. Catadores de lixo – Bem-estar econômico – Teses. 3. Economia solidária – Teses. 4. Relações sociais – Teses. 5. Redes sociais – Aspectos econômicos – Teses. I. Dutra, Ivan de Souza. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 658:334

MARCIO LUIS MASSARO

**A INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA DE CATADORES DE
RECICLÁVEISEM LONDRINA, PARANÁ: A INFLUÊNCIA DE AÇÕES
ECONÔMICAS EM IMERSÃO SOCIAL DE REDES SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado em Administração – da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Ivan de Souza Dutra
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Marcelo de Souza Bispo
Universidade Federal da Paraíba - UFBP

Prof. Dr. Luis Miguel Luzio dos Santos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 22 de junho de 2015.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa a expressão física da inquietude humana, sempre em busca de um complemento explicativo para os acontecimentos do contexto que construímos e compartilhamos. Essencialmente, é o resultado da contribuição de diversas pessoas que, direta ou indiretamente, possibilitaram sua materialização, às quais destino meus sinceros agradecimentos:

Inicialmente a Deus pela experiência singular do conhecimento e da consciência advinda deste.

À minha família, suporte para todos os momentos de fraquezas, que não foram poucos diante da complexa missão.

Ao Prof. Dr. Ivan de Souza Dutra, pelo empenho e solicitude com que me disponibilizou todo seu conhecimento, em orientação a este trabalho. Sobretudo, pela amizade, compreensão e proximidade no trato diário, dádivas humanas cada vez mais escassas.

Aos Professores componentes da banca de qualificação, Prof. Dr. Marcelo de Souza Bispo e Prof. Dr. Luis Miguel Luzio dos Santos, pela prestatividade com que atenderam ao convite a colaborarem no processo de construção deste trabalho de dissertação.

A todo o corpo docente do PPGA, pela maestria na condução das disciplinas do mestrado e no estabelecimento de um ambiente sempre propício à construção do conhecimento.

Aos amigos de turma pela alegria, companheirismo, cumplicidade e fortaleza, o que certamente me possibilitou transpor os obstáculos naturais do aprendizado.

Aos cooperados da Coopermarka, que solícitamente atenderam ao pedido das entrevistas, em especial, a pessoa da Sra. Verônica, que em meio a seus atributos, colocou-se célere em me receber.

Aos demais, que trouxeram a sua participação contributiva, em qualquer proporção, ao longo deste trabalho, mesmo sem mencionar seus nomes, desejo que recebam a minha mais profunda gratidão.

O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer uma ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. (Paulo Freire)

As tarefas que nos propomos, devem conter exigências que pareçam ir além de nossas forças . Caso contrário , não descobrimos nosso poder, nem conhecemos nossas energias escondidas e assim deixamos de crescer. (Leonardo Boff)

MASSARO, Marcio Luis. **A inserção socioeconômica de catadores de recicláveis em Londrina, Paraná:** a influência de ações econômicas em imersão social de redes sociais. 2015. 127f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

RESUMO

A inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka é influenciada pelas ações econômicas socialmente imersas, empenhadas, individualmente, pelos cooperados. Com isso, o objetivo deste trabalho é compreender a influência na inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka, a partir de suas ações econômicas em imersão social, sob a perspectiva de Granovetter (1985, 1992, 2007). Para efetivar esse intento, quatro objetivos específicos são propostos: identificar evidências da inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka; identificar ações econômicas empenhadas pelos cooperados – enquanto iniciativa cooperativa – para eles ou a Coopermarka; averiguar a influência dessas ações econômicas na efetivação da inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka; analisar, sob a perspectiva de Granovetter (2007), a presença dos elementos de Imersão Social na constituição dessas ações econômicas. A sustentação teórica provém das fundamentações da Economia Solidária e da Imersão Social estabelecidas no âmbito da Nova Sociologia Econômica, na perspectiva de Granovetter (2007). As premissas da Economia Solidária contextualizam as relações sociais que perfazem a unidade de análise deste estudo. A Nova Sociologia Econômica ocupa-se de questões que correlacionam os propósitos econômicos e as relações sociais, a partir da Imersão Social, de Granovetter (2007), que situa as ações econômicas imersas em relações sociais, em que essas últimas definem os resultados das primeiras. No método, o estudo é de natureza objetivista e qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com abordagem fatural das relações sociais. Na coleta de dados, utilizaram-se técnicas de entrevista, levantamento documental, e observação não participante. Para a análise dos dados, a ferramenta foi a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2011). Com base nas proposições de Sachs (2004), verificou-se que há, efetivamente, um movimento de inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka. Concluiu-se, também, que a confiança, como elemento da Imersão Social, figura na base das relações sociais estabelecidas entre os cooperados e influencia sua inserção socioeconômica. Por outro lado, a ação econômica oportunista mostrou-se, inusitadamente, uma questão de grau. É consensualmente tolerável, no que tange à divisão de objetos incomuns, advindos de doações da comunidade e ou da segregação dos materiais coletados. Porém, é inaceitável quando envolve a posse e a comercialização dos materiais comuns da reciclagem. Destaca-se entre os resultados, que mesmo sendo a constituição da cooperativa baseada em relações sociais de camada interna (familiares), como classifica Lin (2005), sua progressão se deu com base em relações de camada intermediária (amizades), as quais têm por base, os interesses compartilhados.

Palavras-chave: Nova sociologia econômica. Imersão social. Relações sociais.

MASSARO, Marcio Luis. **A inserção socioeconômica de catadores de recicláveis em Londrina, Paraná: a influência de ações econômicas em imersão social de redes sociais.** 2015. 127p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

ABSTRACT

The social-economic insertion of associates of Coopermarka is influenced by the socially immersed economic actions, committed by individual members. In that way, the goal of the present essay is to understand the influence on social-economic immersion of its members, from their economic actions towards social immersion, according to Granoveter (1985, 1992, 2007). In order to do so, four specific objectives are proposed: identify evidence of socio-economic integration from Coopermarka associates; identify economic actions committed by the associated - while cooperative initiative - for themselves or the Coopermarka itself; investigate the influence of these economic actions in the execution of socio-economic integration when it comes to social economic insertion of Coopermarka associates; analyze, according to Granovetter (2007), the presence of elements towards social immersion when it comes to the constitution of these economic actions. The theoretical support comes from the Solidarity Economy as well as the Social Immersion established in the New Economic Sociology, according to Granovetter (2007). The premises of Solidarity Economy are contextualized in social relations as a part of the analysed-unit of this study. The New Economic Sociology is concerned with issues that correlate economic purposes to social relations, from Granovetter's point of view concerning social immersion, which places economic actions embedded in social relations, the last ones defining the results of the first ones. Through that point of view, the study presents an objective and qualitative perspective with an exploratory and descriptive character as well as a factual approach of social relations. During data collection, interviews techniques, data collection and non-participant observation were used. In that case, it was used the analyses-content proposed by Bardin (2011). Based on the propositions of Sachs (2004), it was possible to conclude that there is an effective movement of social-economic insertion from COPERMARKA associates. It was also proved that reliance, as an element of social immersion, lies on the basis of social relations established among associates and influences their social-economic immersion. In another way, an opportunist economic action was proved to be a degree matter. It is reasonably tolerable when it comes to uncommon division materials when it comes from donations from communities and or segregation of collected data. Nevertheless, it is not acceptable when it involves the possession and comercialization of commum materials from recycling. Among the results, it prevails the following idea: even though the cooperative constitution based on inner social relations (families) as classified in Lin (2005), its progression took place in intermediate layer-relations (friendship), based on mutual interests.

Keywords: New economic sociology. Social immersion. Social relations.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Desenvolvimento sustentável segundo Ignacy Sachs.....	20
Quadro 2 - Os princípios do cooperativismo segundo a ICA.....	30
Quadro 3 - Cooperativismo / Economia Social / Economia Solidária – conceitos	32
Quadro 4 - Características principais que divergem o campo da Sociologia e da Economia	34
Quadro 5 - Síntese dos aspectos estruturais de redes sociais na concepção de Granovetter (2005).....	50
Quadro 6 - Camadas de relações sociais diferenciadas em termos de Intensidade e reciprocidade	57
Quadro 7 - Categorias genéricas e específicas de análise de dados.....	62
Quadro 8 - Categorias emersas da análise dos dados	63
Quadro 9 - Total de categorias de análise dos dados.....	64
Quadro 10 - Quadro de indivíduos escolhidos para as entrevistas	67
Quadro 11 - Entrevistas de sondagem – cooperados da Coopermarka	68
Quadro 12 - Métodos específicos de coletas de dados.....	70
Quadro 13 - Cronograma temporal da pesquisa	127

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	OBJETIVO GERAL	11
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
1.3	JUSTIFICATIVA	12
2	SOCIOLOGIA ECONÔMICA: PERSPECTIVAS DE INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA NO CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE	16
2.1	SUSTENTABILIDADE: CONCEITOS E DIMENSÕES	16
2.2	INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA COMO CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE	23
2.3	O COOPERATIVISMO NAS PREMISSAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: MEIO DE INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA E SUSTENTABILIDADE.	28
2.3.1	O COOPERATIVISMO NOS PRECEITOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	30
2.4	SOCIOLOGIA ECONÔMICA	33
3	A NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA: A AÇÃO ECONÔMICA IMERSA EM REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS	38
3.1	AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DA AÇÃO ECONÔMICA	39
3.2	A IMERSÃO SOCIAL EM REDES SOCIAIS	45
3.2.1	<i>EMBEDDEDNESS</i> – A PROPOSIÇÃO DA IMERSÃO SOCIAL	46
3.3	IMERSÃO SOCIAL DAS AÇÕES ECONÔMICAS: CONFIANÇA, MÁ-FÉ E ORDEM.	49
4	METODOLOGIA	59
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO MÉTODO E ESTRATÉGIAS DE PESQUISA	59
4.1.2	ESTRATÉGIAS DA PESQUISA	60
4.2	CATEGORIAS DE ANÁLISE E UNIDADE DE ANÁLISE	61
4.3	SUJEITOS DA PESQUISA.....	65
4.4	ENTREVISTAS DE SONDAÇÃO	67
4.5	COLETA DOS DADOS E ENTREVISTAS	69

4.6	ANÁLISE DOCUMENTAL	71
4.7	ANÁLISE OBSERVACIONAL	72
4.8	ANÁLISE DOS DADOS	72
4.8.1	ANÁLISE DE CONTEÚDO	73
4.9	CONSIDERAÇÕES SOBRE AS LIMITAÇÕES	75
5	ESTRUTURAÇÃO DO AMBIENTE RELACIONAL NA COOPERMARKA	77
5.1	GRAU DE PROXIMIDADE RELACIONAL	77
5.1.1	INDÍCIOS DE INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA – CAMINHO PARA SUSTENTABILIDADE	80
5.2	A CONFIANÇA ADVINDA DAS RELAÇÕES SOCIAIS.....	86
5.3	O OPORTUNISMO NO CONTEXTO DA CONFIANÇA.....	89
5.4	A ORDEM.....	93
5.4	IMERSÃO SOCIAL DAS AÇÕES ECONÔMICAS.....	97
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS.....	107
	APÊNDICE I - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM COOPERADOS - COOPERMARKA.....	114
	APÊNDICE II - QUADROS MATRICIAIS DE CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS DAS ENTREVISTAS SEGUNDO AS TÉCNICAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO	116
	APÊNDICE III - CRONOGRAMA DA PESQUISA	127

1 INTRODUÇÃO

Entre os fenômenos que envolvem a vida do planeta e do homem, seu equilíbrio e necessidades, estão os aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais, políticos que se ampliam para muitas questões de Sustentabilidade, das quais, a Inserção Socioeconômica de pessoas excluídas da sociedade. O conceito de sustentabilidade não é recente e esteve historicamente vinculado ao surgimento das preocupações humanas envolvendo o meio ambiente (FOLADORI, 2001; LEFF, 2010; BOFF, 2012). Mas, foi a crise ambiental que se irrompeu a partir da década de 1940 (LEFF, 2010), que circunstanciou o acirramento das discussões acerca do tema.

Os debates sobre sustentabilidade tomaram outros significados, a partir de 1987, com a apresentação do relatório dos trabalhos da “Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, denominado “Relatório de Brundland”. O relatório tornou clássica a expressão “desenvolvimento sustentável”, que passou a ocupar intensivamente a literatura sobre o tema (BOFF, 2012). O conceito de desenvolvimento sustentável pode tomar diversas conotações, mas, no geral representa uma tentativa de conciliar as preocupações ambientais crescentes com questões de cunho socioeconômico (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005).

Assim, a prática de um desenvolvimento efetivamente sustentável se constituiria em meio para alcançar a sustentabilidade. Entretanto, a concepção de desenvolvimento sustentável que se faz essencial para este estudo, deriva das proposições de Sachs (2004). Segundo o autor, o desenvolvimento sustentável é aquele que busca a inclusão socioeconômica das pessoas, e não o crescimento econômico como fim em si mesmo. Esta definição de Sachs (2004) se desenvolve sobre seis âmbitos convergentes: social, ambiental ou ecológico, territorial, econômico, político e cultural.

Contraditoriamente, o modelo de desenvolvimento econômico moderno, pós Revolução Industrial Inglesa, forjado nas premissas clássicas de mercados autorreguláveis, resultou num exacerbado grau de autonomização da economia frente aos aspectos sociais (POLANYI, 2000). Assim, os avanços gerados na forma de produzir, se fizeram às custas de um “desordenamento social” (DAWBOR, 2010, p.4).

No Brasil, a exclusão social possui um forte apelo econômico. A questão é que o século XX terminou com um grande contingente de marginalizados (SINGER, 2003). Para Antunes e Pochmann (2007, p. 2), tratou-se de um momento de “desconstrução do trabalho e explosão do desemprego” no Brasil. Destaca-se, no entanto, que ao longo da primeira década do século XXI, houve um movimento de ascensão socioeconômica no Brasil.

Porém, é no cenário que marca o final do século XX, que ascende o “novo cooperativismo”, baseado nos fundamentos da Economia Solidária, como promessa de ser um canal de reinserção socioeconômica para a população marginalizada (SINGER, 2002, p. 111). Diante disso, se indaga: estão os cooperados efetivamente alcançando a reinserção socioeconômica através da cooperativa?

Para Laville (2002, p. 22), as premissas da Economia Solidária envolvem o “[...] grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, e insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” e o respeito à natureza. Esses valores aproximam as propostas desse movimento e os princípios de sustentabilidade defendidos por Sachs (2004). Entretanto, as cooperativas autocaracterizadas como de Economia Solidária, efetivamente atuam segundo os princípios basilares dessa proposta?

Por outro lado, o caráter participativo democrático do cooperativismo solidário, implica que os fins socioeconômicos propostos por esses empreendimentos, resultem do empenho das ações econômicas individuais dos sujeitos cooperados (LAVILLE, 2002; FRANÇA FILHO, 2002).

Por sua vez, a ação econômica assume diferentes significados em diferentes vertentes do pensamento. Desde uma visão formalista subsocializada baseada nos pressupostos da Teoria Econômica Clássica de Adam Smith, até uma visão substantivista supersocializada embasada nas concepções sociológicas de Weber (KHALIL, 1996). O renascimento contemporâneo desse debate que correlaciona questões econômicas com as relações sociais se faz em meados da década de 1980, no âmbito da Nova Sociologia Econômica.

Entre os extremos formalistas e substantivistas, Granovetter (2007) coloca-se numa posição mediana. Admite-se o aspecto clássico do sujeito individualista, porém, destaca-se que as ações econômicas empreendidas pelo

indivíduo, se fazem imersas em relações sociais, e não são pautadas apenas por interesses próprios.

Essa é a base da abordagem da Imersão Social proposta por Granovetter (1985, 2007). Admite-se que os elementos de Imersão Social, confiança, oportunismo e ordem, permeiam as relações sociais, as quais interferem no resultado das ações econômicas. Assim, por proposição, as ações econômicas empenhadas por sujeitos cooperados, ora podem se pautar por interesses coletivos, ora, por interesses próprios do indivíduo, o que pode influenciar sua inserção socioeconômica.

No que tange aos empreendimentos Solidários no Brasil, particularmente, a cidade de Londrina, no Estado do Paraná, destaca-se no cenário nacional, como pioneira no apoio ao desenvolvimento dessas iniciativas (CRUZ; LUZIO-DOS-SANTOS, 2010; GONÇALVES, 2012). Nesse contexto, insere-se a Coopermarka¹, que se autocaracteriza como iniciativa de Economia Solidária. Sediada na cidade de Londrina – Pr, atua como uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis e resíduos sólidos urbanos. Constituída desde 2009, teve seu processo de formação estudado sob as mesmas premissas da Imersão Social (GRANOVETTER, 2007), em dissertação proposta por Gonçalves (2012), que é fonte bibliográfica deste estudo.

Ressalta-se que nos estudos de Gonçalves (2012), toda a base que estruturou sua análise, partiu de evidências detectadas a nível micro das relações sociais, ou seja, o indivíduo e suas ações. Ante esse fato, considera-se igualmente, que a análise das ações individuais dos cooperados, poderá trazer respostas às indagações propostas neste trabalho.

Posto o contexto, a questão problema se torna a seguinte: Como a inserção socioeconômica alcançada pelos cooperados da Coopermarka desde o seu primeiro estatuto, foi influenciada por ações econômicas de Imersão Social?

1.1 OBJETIVO GERAL

¹ O nome fictício “Marka” faz alusão às iniciais dos nomes Mark Granovetter e Karl Polanyi, por serem os autores responsáveis (guardando-se as diferenças de época e de enfoque) pelo avivamento da discussão acerca da abordagem da Imersão Social das relações econômicas (originariamente o termo utilizado foi *embeddednes*, por Polanyi, 1944), questão que dá sustentação epistêmica a este estudo. A Coopermarka atua no ramo de catação de materiais recicláveis e resíduos sólidos urbanos na cidade de Londrina – PR, e será apresentada em detalhes no Referencial Teórico deste trabalho.

Para a pesquisa buscou-se compreender a inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka, desde o primeiro Estatuto, a partir da influência de suas ações econômicas socialmente imersas.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar evidências da inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka.
- b) Identificar ações econômicas empenhadas pelos cooperados – enquanto iniciativa cooperativa – para eles ou para a Coopermarka.
- c) Averiguar a influência dessas ações econômicas na efetivação da inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka.
- d) Analisar, sob a perspectiva de Granovetter (2007), a presença dos elementos de Imersão Social na constituição dessas ações econômicas.

1.3 JUSTIFICATIVA

A Coopermarka é uma iniciativa que intenta operar segundo a lógica e princípios colaborativos e mútuo auxílio. Entretanto, está inserida num ambiente concorrencial de competitividade desmedida, que exaure recursos e pessoas numa lógica insustentável, fatores que não auxiliam esse tipo de iniciativa.

Ainda que atuem nesse ambiente adverso e considerando todas as dificuldades sistêmicas e estruturais que as iniciativas cooperativas enfrentam (TAUILE; DEBACO, 2002; SINGER, 2002), por outro lado, possuem grande potencial para efetivar os fins a que se propõem (LAVILLE, 2002).

Diante das peculiaridades do ambiente concorrencial, é inegável que o poder concorrencial de uma empresa capitalista é, por natureza, superior ao de uma sociedade cooperativa (BASTIANI, 2001; GAIGER, 2007). Assim sendo, organizações de qualquer tipo concorrem no mesmo ambiente, pela satisfação de seus objetivos, buscando para tanto, o resultado econômico que lhes possibilitem sobreviver e prosperar, dentro de seus princípios conceituais (SANTOS; RODRIGUEZ, 2003; SINGER 2002).

A Coopermarka representa o lócus de atuação do conjunto de indivíduos que empreendem as relações sociais estudadas neste estudo. A

cooperativa possui suas atividades voltadas à catação de materiais recicláveis e resíduos sólidos urbanos no município de Londrina, norte do estado do Paraná. Iniciou suas operações no ano de 2008, e estabeleceu-se ao longo do tempo, como a maior, melhor estruturada e mais efetiva experiência do ramo na região.

Assim sendo, a Coopermarka está inserida num ambiente socialmente construído, permeado por controvérsias e paradoxos, o que perfaz um contexto rico de complexidades, portanto, um importante campo de estudos para este trabalho.

Frente à contextualização que circunstanciou este estudo, verificou-se que a importância da proposição do tema está no fato de tratar-se de uma forma de inserção socioeconômica de um contingente de pessoas historicamente marginalizadas, visto sobre uma perspectiva específica, nesse caso, da Imersão Social proposta por Granovetter (1985, 2007). Desde sua propositura, os elementos de Imersão Social, na perspectiva de Granovetter (1985), foram utilizados na literatura, para o entendimento de como as relações sociais influenciam as relações econômicas (UZZI, 1997).

No entanto, em consultas realizadas nos bancos de dados internacionais *Web of Science*, *ISI* e *ScienceDirect* e nos bancos de dados nacionais Spell, Capes e BDTD, selecionaram-se 124 trabalhos publicados entre 1985 e 2013, utilizando-se os temas como critério que, a princípio, continham indícios de emprego da Imersão Social nas prerrogativas de Granovetter (1985), como base de desenvolvimento do assunto.

Entretanto, com uma verificação mais criteriosa, dentre os trabalhos selecionados, não se verificou algum que empregasse a abordagem da Imersão Social de Granovetter, na mesma linha proposta neste estudo. Um destaque, porém, ao trabalho de dissertação empenhado por Gonçalves (2012), que aplica a abordagem de Imersão Social de Granovetter, em estudos acerca da forma com que relações sociais entre um conjunto de indivíduos, colaboraram na constituição de uma cooperativa.

Assim sendo, a contribuição teórica deste estudo se dá:

a) por seu caráter complementar ao trabalho já consolidado empenhado por Gonçalves (2012);

b) pela proposta inédita de empregar a abordagem da Imersão Social de Granovetter na compreensão da forma com que as ações econômicas dos

cooperados da Coopermarka, influenciam os fins da organização, enquanto empreendimento de Economia Solidária.

No que se refere aos resultados práticos, atenta-se propriamente para o contexto de atuação da Coopermarka. O município de Londrina destaca-se no âmbito nacional no que se refere ao pioneirismo no modelo de organização do trabalho de catadores de materiais recicláveis, gerando renda e dignidade a uma população social e economicamente excluída. Assim sendo, o município gerou condições para desenvolvimento de práticas de Sustentabilidade, fato que rendeu à cidade, uma série de indicações a prêmios e reconhecimento nacional pelo trabalho nesse setor (GONÇALVES, 2012).

Contraditoriamente, alguns indicadores do município de Londrina, apontam para um contexto pouco favorável à inclusão socioeconômica. Conforme o Fórum Desenvolve Londrina (2015), o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município é de 0,845, inferior ao da capital Curitiba e também de cidades de porte menor, como Maringá e Cascavel. Uma comparação entre 15 cidades brasileiras, entre 400 e 600 mil habitantes, coloca o PIB per capita da cidade em 11º lugar, e no saldo do mercado de trabalho entre 2004 e 2013, em 12º lugar.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o município de Londrina possui aproximadamente 17.500 pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, sendo que dessas, aproximadamente 4.000 vivem em situação de extrema pobreza. O mesmo levantamento aponta um índice de Gini de, 0,51 para a concentração de renda em 2010, valor mediano se comparado com o Brasil, porém, elevado comparando-se cidades equivalentes como Niterói - RJ e Joinville - SC.

No contexto, Gonçalves (2012), aponta também, para a coexistência, na cidade, da prática autônoma de catação que, além de remeter esses trabalhadores à precariedade social e econômica, gera ainda concorrência direta às organizações já instituídas de catadores, como o caso da Coopermarka.

A mesma autora dispõe ainda sobre a existência de um desequilíbrio intrínseco de poder negocial, entre as iniciativas cooperativas e as organizações de cunho capitalista, com vantagens para essas últimas. Considera que esse desequilíbrio advém, dentre outras causas, da falta de autonomia econômica desses grupos de catadores estabelecidos em cooperação.

Diante do exposto, este estudo se justifica em termos de resultados, pela proposta de compreender a inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka, desde seu primeiro Estatuto, a partir da influência de suas ações econômicas socialmente situadas. Nesse ponto, a contribuição do estudo foi:

a) Empregar fundamentos vinculados à Teoria de Redes como suporte teórico para a compreensão de questões do âmbito socioeconômico inerentes à Sustentabilidade.

b) Disponibilizar mais conhecimento empírico e entendimento voltados ao campo da Sustentabilidade, que possam suscitar novas hipóteses de estudos, contribuindo, assim, para a consolidação desse campo em Estudos Organizacionais.

c) Utilizar-se da Sociologia Econômica como embasamento para estudos voltados à Sustentabilidade na área dos Estudos Organizacionais.

No ponto de vista teórico, devido ao ineditismo no emprego da Imersão Social na linha de análise proposta, confluir as proposições teóricas e a realidade fatural, foi um exercício que exigiu percepção acurada. Ao mesmo tempo, o desenvolver da pesquisa empírica reservou alguns desafios específicos, principalmente de ordem operacional e temporal.

A esse respeito Minayo (2010), considera ser comum a ocorrência de obstáculos operacionais em entrevistas realizadas em ambientes não controlados. A mesma autora discorre também sobre possíveis bloqueios de ordem emocional por parte de entrevistados, quando as questões propostas envolvem valores éticos e morais. Efetivamente esses pontos se concretizaram nas maiores adversidades ao intento do estudo.

A questão temporal que envolveu a coleta, sistematização e análise dos dados, apesar de crítica, foi suficiente para atingir os objetivos propostos.

2 SOCIOLOGIA ECONÔMICA: PERSPECTIVAS DE INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA NO CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE

O campo da Sociologia Econômica emerge da proposta de aproximação entre duas áreas do pensamento que, apesar de distintas não são excludentes: a Sociologia e a Economia. A visão complementar dos dois campos, confere solidez ao debate neste estudo, em especial no entendimento de aspectos envolvidos com a Inserção Socioeconômica do indivíduo.

Neste capítulo, serão resgatados conceitos essenciais acerca de Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, Inserção Socioeconômica, Cooperativismo e Economia Solidária, sob as premissas da Sociologia Econômica, que sejam relevantes ao escopo deste trabalho.

Conjectura-se que as prerrogativas do Cooperativismo, nos moldes da Economia Solidária, quando aplicadas na sua essência, pode ser um caminho, não o único, para Inserção Socioeconômica de pessoas marginalizadas. Se efetivamente isso ocorre, está alinhado aos preceitos multidimensionais da Sustentabilidade. Contudo, na prática não significa que automaticamente participando de uma iniciativa de Economia Solidária, o indivíduo estará socioeconomicamente inserido.

2.1 SUSTENTABILIDADE: CONCEITOS E DIMENSÕES

Desde a Revolução Industrial Inglesa, o modelo capitalista de produção consolidou-se de forma hegemônica. O uso exaustivo de recursos produtivos, para além das necessidades e capacidades presentes, culminou em degradação ambiental e desordem social. Dessas mazelas socioambientais, ascendeu uma massa literária crítica que passou a levantar questionamentos sobre a eficiência do modelo hegemônico.

O debate envolvendo a Sustentabilidade nasceu desses questionamentos envolvendo as consequências do modelo de produção instituído, em particular, no meio ambiente. Todavia, a contemporaneidade revelou, também, as consequências sociais da forma de produzir capitalista, que criaram contingentes de pessoas que vivem à margem do sistema.

A origem do termo Sustentabilidade remonta a 400 anos de história. Ao longo da Idade Média, a preocupação com o extrativismo intensivo da madeira já se fazia presente no rol dos assuntos que ocupavam os debates críticos. Contudo, foi em 1560, na província Saxônica da Alemanha, que se cunhou a palavra *Nachhaltigkeit*, que pode ser entendida por Sustentabilidade. Em 1713, o Capitão Carl Von Carlowitz, deu sentido estratégico ao termo. Entretanto, a palavra foi mais intensivamente utilizada no meio científico, após 1790, com a criação do Clube de Roma e o relatório “Os Limites do Crescimento” (BOFF, 2012).

Para Mensah e Castro (2004, p.4), “o conceito de sustentabilidade tornou-se a resposta atual para absolver o mundo de suas crises ambientais e econômicas no século XXI”. Aponta ainda que se multiplicaram as literaturas sobre o tema, mas, o significado do conceito assumiu uma série de definições imprecisas e ambíguas (HOOPWOOD; MELLOR; O’BRIEN, 2005) que, sobretudo, dificulta ou mesmo impede sua aplicabilidade empírica.

Embora não haja consenso sobre o significado preciso da sustentabilidade, parece haver um consenso geral de que três conceitos básicos estão envolvidos com condutas sustentáveis: viver conforme os limites de capacidade da terra de manter a vida; compreender as interconexões entre economia, sociedade e meio ambiente; e a manutenção de uma justa distribuição de recursos e oportunidades para esta geração e a próxima (MENSAH E CASTRO, 2004, p.4).

Portanto, a natureza do conceito de Sustentabilidade possui um caráter multifacetado, e envolve interativamente aspectos ambientais, humanos, socioeconômicos e temporais, e produzem fenômenos de ordem sistêmica de influência na vida do planeta e do homem, essenciais para o problema de pesquisa.

Apesar de ser o conceito originalmente ligado às preocupações com o meio ambiente, os aspectos socioeconômicos ocupam o caráter central no discurso da sustentabilidade. Sobre esse âmbito social e econômico da sustentabilidade é que se apoia a questão central deste estudo, e porquanto, a essencialidade da Sociologia Econômica na mediação das questões que perfazem a inserção socioeconômica dos catadores de recicláveis.

Do ponto de vista racional econômico, Solow (1993, p. 181) aponta que trata-se da “[...] obrigação de comportar-nos para que possamos deixar para o futuro a opção ou a capacidade de viverem tão bem como nós. A sustentabilidade é uma liminar para não nos satisfazermos por empobrecer os nossos sucessores”.

São diferentes percepções sobre o mesmo conceito que, no limiar, convergem no sentido de promover subsídios explicativos, que consigam estabelecer uma possível razoabilidade entre o ritmo de utilização de recursos produtivos finitos na atualidade e o acesso aos mesmos recursos pelas futuras gerações. Para Dovers (1996), os problemas que envolvem a sustentabilidade devem ter uma tratativa diferenciada dos demais campos, pois muitas vezes referem-se à irreversibilidade de determinados aspectos já consolidados.

Destacando a linha de pensamento de Dovers (1996), uma questão pode ser colocada: considerando o âmbito social da sustentabilidade, há aspectos irreversíveis? Repara-se nesse ponto nas considerações de Pochmann (2004) quando trata do desemprego estrutural, que exclui permanentemente parte da população do acesso ao trabalho, ainda que esse não seja de qualidade, mas, que garanta um mínimo sustento. Essa temática será retomada adiante.

Drake e Spinler (2013) ressaltam que apesar de todos os problemas historicamente relacionados à Sustentabilidade, o assunto, na atualidade, serve de base e extrapola para uma série de estudos. Segundo os autores, há uma tendência natural de continuidade da presença de estudos sobre sustentabilidade, principalmente devido as influências e incertezas do tema na vida de pessoas e organizações no futuro próximo.

No entanto, paralelamente à dificuldade conceitual que o tema abarca, a sustentabilidade tomou vulto no meio científico sob a concepção do termo “Desenvolvimento Sustentável” (DS), em 1987, mesmo considerando a distinção conceitual entre os termos. O conceito foi proposto no relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, da Comissão Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e conhecido como simplesmente por Relatório de Brundland (MENSHA; CASTRO, 2004).

O significado de DS sugerido no relatório de Brundland passou a ser quase hegemônico na literatura sobre a questão e, ao mesmo tempo, fonte de críticas por sua imprecisão e ambiguidade (HOOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; MENSAH; CASTRO, 2004; DOVERS, 1996). O conceito propõe ser "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades" (WECD, 1987). Cronologicamente, os estudos que envolvem o desenvolvimento,

passam a internalizar preocupações com a sustentabilidade, a partir da década de 1970 (SACHS, 2008).

As críticas acerca da proposta hegemônica de DS estão embasadas principalmente na percepção de que, apesar de o conceito ser originário de preocupações ambientais, essa dimensão não aparece presente de forma precisa. Assim, o DS assumiu mais um caráter racionalista econômico voltado a justificar a continuidade do sistema de produção capitalista, que propriamente uma defesa que prime pelas gerações futuras (HOOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; MENSAH; CASTRO, 2004; DOVERS, 1996; CASTRO, 2004).

[...] o conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se um dos conceitos mais onipresentes, contestados e indispensável do nosso tempo. Embora o conceito tenha sido introduzido pela primeira vez em resposta às preocupações ambientais, foi definido primariamente pela tradição dominante da análise econômica, o que tende a marginalizar a questão da própria sustentabilidade ecológica (CASTRO, 2004, p.195).

Ressalta-se, porém, que há uma diferença conceitual entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Em tese, o DS seria uma proposta de diretrizes de condutas para se alcançar a sustentabilidade. Em outras palavras, a prática de um modelo de DS, seria uma forma conciliatória entre o ritmo do crescimento econômico, a melhoria qualitativa para a vida humana, respeitando-se o meio ambiente de forma que as gerações futuras possam desfrutar dos mesmos benefícios da contemporaneidade (BOFF, 2012).

Diante do embate ideológico-conceitual que acompanha o conceito de DS, Sachs (2008) ressalta que, em meio à inevitável globalização que trata Dovers (1996), o desenvolvimento sustentável deve ser um movimento pensado endogenamente sob seis pilares: - social (inclusão), ambiental (sustentável), econômico (sustentado), territorial (alocação de recursos), cultural (tradição X inovação) e político (democracia).

O Quadro 1 representa uma síntese do raciocínio de Ignacy Sachs, sobre o conceito de desenvolvimento sustentável. Observa-se que sua linha de pensamento sobre o assunto segue uma proposta de desenvolvimento com atenção local, por isso, endógeno, contemplando as diversas dimensões da sustentabilidade, mas com destaque para a inclusão social.

Quadro 1 – Desenvolvimento Sustentável segundo Ignacy Sachs

Desenvolvimento	Pilares	Caracterização
Includente	Social	<ul style="list-style-type: none"> -O ambiente é parte do meio social. -Emprego decente e autoemprego. -Gerenciamento de crises. -Crescer para o desenvolvimento -Ambiente que permita, ao ser humano, manifestar suas potencialidades. -Tempo para atividades não produtivas. -Programas assistenciais, moradia, educação, saúde, emprego. -Combate à pobreza -Desenvolvimento ético -Oportunidades iguais para as pessoas
Sustentável	Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> -Metas ambientais estratégicas -Harmonia com a natureza -Respeito aos sistemas de sustentação da vida: provê recursos e recepção resíduos
Sustentado	Econômico	<ul style="list-style-type: none"> -Reaproximação da ética com a economia e política. -Equilibrar evolução tecnológica e necessidade de criar empregos. -Estrutura tributária progressiva -Crescer induzido pelo emprego -Desconcentração de renda -Empreendimentos individuais e coletivos -Libertação do trabalho alienante -Viabilizar o crescimento do pequeno produtor -Fomento do empreendedorismo coletivo -Dinamizar o fornecimento de microcrédito
	Territorial	<ul style="list-style-type: none"> -Crescer o mercado interno gerando dinamismo econômico -Alocar eficientemente os recursos disponíveis -Sem negligenciar a inserção do país no ambiente global -Empoderamento a nível local
	Cultural	<ul style="list-style-type: none"> -Respeito à cultura local -Continuidade da tradição -Mas, com espaço para inovação
	Político	<ul style="list-style-type: none"> -Reaproximação da ética com a economia e política -Apropriação dos direitos coletivos -Promoção da democracia -Maior participação política -Planejamento participativo -Planejamento de baixo para cima -Pensar no longo prazo

Fonte: Sachs (2008)

Ignacy Sachs busca, na sua linha de pensamento, fazer confluírem os seis pilares que propostos, no sentido de que efetivamente ocorra o Desenvolvimento Sustentável segundo sua concepção: social, ambiental, econômico, territorial, cultural e político. Para esta pesquisa, a noção multidimensional de DS proposta por Sachs (2008) é referência teórica.

Para o autor, o Estado tem papel fundamental na promoção do ambiente necessário para que ocorra a harmonização entre as dimensões do DS. De forma especial, no fomento dos preceitos legais que garantam o emprego e o autoemprego com objetivo de “assegurar simultaneamente a sustentabilidade social e o crescimento econômico” (SACHS, 2008, p.18).

A endogenia do crescimento a que refere o autor, não significa isolamento diante da globalização, mas o empoderamento das forças locais, para que o crescimento ocorra de dentro para fora, e não por mimetismo externo. Para Sachs (2008, p. 13), “o crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo) para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos”.

Assim, o crescimento econômico é condição *sine qua non* para a manutenção do desenvolvimento sustentável, mas há necessidade de intervir no processo de crescimento (quantitativo) para que haja desenvolvimento (qualitativo). A posição dos fundamentalistas como Solow (1993), que considera o crescimento econômico como meio automático para o desenvolvimento, não vai ao encontro do pensamento de Sachs (2008).

Em geral, Sachs (2008) considera que algumas ações são essenciais como condição para a efetivação do desenvolvimento sustentável que seja incluyente:

a) fomentar, legal e financeiramente, o pequeno empreendimento, devido à sua capacidade de promover postos de trabalho e de competir na economia capitalista.

b) promover o cooperativismo, pelo potencial que essas iniciativas possuem de dinamizar a economia local.

c) combater a pobreza estrutural, comum em países em desenvolvimento.

d) tratar desigualmente os desiguais implica na promoção de políticas que consigam efetivamente reinserir socioeconomicamente, as pessoas que realmente vivem à margem do sistema.

Em suma, nesta seção, fica perceptível que a gênese do termo sustentabilidade esteve ligada, desde seus primórdios, às preocupações ambientais. Adicionalmente, observa-se nas colocações de Boff (2012), que foi a extração intensiva da madeira como atividade econômica que primeiramente suscitou as preocupações ambientais. Assim sendo, a sustentabilidade já possui, em sua concepção, um certo antagonismo com a atividade econômica, fato que dá sustentação às visões críticas que se colocam contrárias às tentativas de conciliação entre o crescimento econômico e a sustentabilidade.

Evidencia-se nesse ponto, que essa aproximação entre os desígnios econômicos e as demandas pela sustentabilidade, abre mais perspectivas de estudos para a Sociologia Econômica.

No que se refere às imprecisões e debates que circundam o conceito de Desenvolvimento Sustentável, a essência da questão está suportada nos autores referenciados. (HOOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; MENSAH; CASTRO, 2004; DOVERS, 1996; CASTRO, 2004; BOFF, 2012).

Ademais, a Sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável guardam diferenças conceituais, apesar de sua aproximação teórica. Para fins deste estudo, não cabe discutir o debate ideológico acerca do desenvolvimento sustentável, mas apresentar o processo de consolidação do conceito e sua correlação com o tema principal. Para tanto, a diretriz teórica adotada é de Sachs (2008) como a essência do significado de desenvolvimento sustentável, que satisfaz os propósitos desta pesquisa.

Sachs (2008) propõe que o DS deve ser pensado em diferentes dimensões indissociáveis, porém, destaca que o ator principal é a pessoa humana. Repudia o crescimento econômico com fim em si mesmo e aponta que o caminho do DS está na promoção da inserção socioeconômica, pelo emprego decente e o autoemprego. Considera, ainda, que há um grande potencial na cooperação como instrumento para o desenvolvimento local, chave para o que chamou de desenvolvimento endógeno, com respeito às potencialidades locais.

Um ponto muito específico para o autor, refere-se ao imperativo de que o desenvolvimento econômico seja efetivo em proporcionar melhorias qualitativas na vida das pessoas. Portanto, que seja destinado a inserir socioeconomicamente as pessoas, principalmente as que se encontram marginalizadas.

A despeito das antinomias teóricas entre a Sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável, uma questão salta: é possível a simultaneidade do Desenvolvimento e da Sustentabilidade? Parece perceptível que, a irracionalidade exploratória do sistema hegemônico, está na raiz da insustentabilidade instalada. Assim, o mesmo sistema que causou a crise ambiental e social contemporânea, não deve ser o modelo que irá reverter quadro (LEFF, 2010).

Algumas propostas teóricas buscam aproximar a Sustentabilidade e o Desenvolvimento Econômico, como a Modernidade Ecológica de Arthur P. Moll, a

Ecologia Profunda de Leonardo Boff e o próprio Desenvolvimento Sustentável, proposto no Relatório de Brundtland. Entretanto, outras questões emergem do debate, no sentido de revisar o ritmo do crescimento econômico, com vistas à capacidade de suporte dos recursos ainda disponíveis, e a recuperação imperiosa do que já se depredou.

Para além dessas proposições teóricas, no ponto de vista do pesquisador, o entendimento do problema e a possível solução, passam pela consciência específica de cada indivíduo. A complexidade das questões que circundam a Sustentabilidade demanda uma série de conhecimentos e habilidades que, muitas vezes, estão além do alcance do sujeito comum. Por isso, o trato coletivo do problema, não surte os efeitos desejados. Talvez, a educação seja o caminho que habilite o indivíduo a participar da resolução da questão.

2.2 INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA COMO CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE

Na concepção de Sen (2010), a compreensão dos aspectos que circunscrevem a inserção socioeconômica, parte contraditoriamente do entendimento do movimento que leva à exclusão socioeconômica e segrega uma parcela das pessoas do acesso às benesses do sistema (SEN, 2010). Observa-se, também, na literatura sobre o tema, que questões ligadas ao trabalho e emprego estão diretamente relacionadas com o nível de inserção socioeconômica. Assim, algumas colocações históricas e pontuais serão consideradas adiante, a fim de promover a compreensão do significado de inserção socioeconômica a partir de seu contrário, exclusão socioeconômica.

Historicamente, a década de 1980 foi marcada pelo aumento do desemprego e conseqüente exclusão socioeconômica no Brasil, fato que Singer (2003), atribui à competição desmedida estabelecida pelo sistema de produção capitalista, bem como a questões estruturais ligadas à dinâmica das empresas em países em desenvolvimento.

A esse respeito, Pochmann (2004) explica que no capitalismo periférico, como o caso do Brasil, sequer houve a solidificação da política do Estado de Bem-Estar Social, nos anos 1930. Esse fato teria contribuído para o

enfraquecimento do aparato de proteção social, que culminou, ao final do século XX, com a exclusão socioeconômica de parte da população.

Singer (2003) e Pochmann (2004) concordam que não somente a falta de postos de trabalho, mas também sua precarização, constituem-se fatores de aumento da exclusão socioeconômica. É justamente o ponto em que Sachs (2008) considera ser essencial no caminho para a inclusão social: criação de emprego e trabalho decente.

Outro importante fator que Dowbor (2010) considera estar no âmago da exclusão socioeconômica é o distanciamento entre o padrão de vida dos mais ricos comparado ao dos mais pobres, ou seja, a concentração de renda. O relatório “Humanidade dividida: confrontando a desigualdade nos países em desenvolvimento” publicado em 2013 pela ONU (Organização das Nações Unidas), demonstra a realidade da concentração de renda a nível global. Segundo o relatório, mais de 40% da riqueza mundial estava em posse de aproximadamente 1% da população do planeta. Por outro lado, mais de 50% da população mais pobre detém apenas 1% da riqueza global (PNUD, 2014).

No caso do Brasil, até o início dos anos 2000, figurou como referência internacional no campo da desigualdade socioeconômica, concentração de renda, baixa qualificação da mão de obra e inexperiência democrática (POCHMANN, 2004). Entretanto, não há como negar que o país promoveu ao longo da primeira década do século XXI, um movimento expressivo de ascensão social, com bons resultados percebidos na “[...] queda na desigualdade da renda do trabalho e nas taxas de pobreza absoluta e extrema” (POCHMANN, 2010, p. 112).

Segundo o MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, o Brasil registrou, ao longo do ano de 2014, as menores taxas históricas de desemprego no país. Entretanto, para Pastore (2014, p. 1), os critérios metodológicos e o aspecto demográfico alteram, de forma contumaz, os números do desemprego no Brasil. Para o autor, “[...] a oferta de trabalho está diminuindo com velocidade maior do que a da geração de empregos. Isso significa que menos pessoas procuram emprego, o que faz reduzir a taxa de desemprego”.

Independentemente do comportamento do mercado de trabalho, observa-se no geral, que a exclusão socioeconômica está diretamente ligada com a distribuição desigual da renda, a pobreza, imaturidade democrática, inabilidade política, mas converge para um ponto comum, no que se refere à falta e ou

precarização de postos de trabalho. Esse é o ponto chave para o escopo deste estudo.

Para Sachs (2004, p. 25-26), um caminho de promoção da inclusão socioeconômica com crescimento econômico no Brasil, passa pela promoção de políticas compensatórias que sejam capazes de proporcionar a melhoria na qualidade de vida da população. Entretanto, aponta que o “emprego e o autoemprego decentes” têm papel fundamental no processo de inserção socioeconômica, em especial por duas razões:

a inserção no sistema produtivo oferece uma solução definitiva, enquanto as medidas assistenciais requerem financiamento público recorrente; em termos psicológicos, o exercício do direito ao trabalho promove a autoestima, oferece oportunidades para a autorrealização e o avanço na escala social, ao contrário do desânimo e da falta de perspectivas vivenciados por assistidos crônicos.

Ainda, na concepção do mesmo autor, a inclusão socioeconômica deve ser pensada sob dois aspectos: Socialmente, buscando maior igualdade distributiva, diminuindo as distâncias entre ricos e pobres, e Economicamente, no sentido de fazer avançar as estruturas produtivas para promover continuamente uma maior produtividade do trabalho. Mas, o processo de produção atual em que boa parte da população está à margem enquanto outra vive ao sobressalto do excesso de trabalho, não leva ao equilíbrio socioeconômico (DOWBOR, 2013).

A esse respeito, Santos (2005) aponta que a promoção da inserção socioeconômica passa por uma nova forma de pensar a produção, segundo princípios fundamentais de igualdade, solidariedade e respeito à natureza. Para Antunes e Pochman (2007, p. 201) “o exemplo das cooperativas talvez seja o mais eloqüente, uma vez que, em sua origem, elas nasceram como reais instrumentos de luta e defesa dos trabalhadores contra a precarização do trabalho e o desemprego”.

Também Sachs (2004) defende que os pequenos empreendimentos possuem grande potencial de promover a inserção socioeconômica, por sua capacidade de gerar empregos decentes. Chama atenção para as cooperativas, em especial aquelas ligadas a serviços de reciclagem que, além de contribuírem para o progresso econômico, cumprem um papel ambiental essencial no sentido da sustentabilidade.

[...] atividades que poupam os recursos naturais, mediante conservação de solos, água e energia, reciclagem do lixo e dos materiais e aproveitamento dos resíduos agrícolas etc. Elas resultam numa maior produtividade dos

recursos e, portanto, contribuem para a um maior crescimento do PIB. Trata-se de um conjunto de atividades intensivas em mão-de-obra e que deveria ser objeto de um cuidado especial, tanto mais que elas contribuem para sustentabilidade ecológica do processo de desenvolvimento (SACHS, 2004, p. 38).

Assim, diante do exposto nesta seção, observa-se que a noção de inserção socioeconômica se constrói justamente pela consciência do conceito antagônico da exclusão socioeconômica. Diferentes autores apontam motivos diferentes para a exclusão, porém, há uma convergência num ponto específico. No geral, o desemprego e a precarização de postos de trabalho figuram no centro das causas de exclusão socioeconômica. Portanto, iniciativas que visem o aumento e à melhoria na qualidade dos postos de trabalho, se constituem no meio para inclusão socioeconômica.

Ao mesmo tempo, incluir sócio e economicamente as pessoas perfaz justamente a dimensão humana da proposta de desenvolvimento sustentável de Sachs (2004). O autor designa que o desenvolvimento sustentável deve ter seu fim voltado às pessoas. Assim, se a inserção socioeconômica passa pela promoção do emprego e autoemprego decentes, melhoria de indicadores de qualidade de vida, avanço democrático e respeito às diferenças individuais, ela representa, então, um indicativo de sustentabilidade no escopo de seu caráter multidimensional.

Conquanto essa aproximação entre a inserção socioeconômica e a promoção da sustentabilidade, materializam-se nas colocações de Pochmann (2004) e Sachs (2004), de que o cooperativismo solidário desenvolvido segundo suas premissas originais, evidencia-se, contemporaneamente, como um caminho (não o único) para a inserção socioeconômica. Assim sendo, desenvolvem-se, na seção seguinte, alguns conceitos essenciais sobre o cooperativismo no modelo solidário.

Apesar das considerações acerca da inserção socioeconômica, aqui delimitadas à concepção de Sachs (2004), é necessário evidenciar que seu significado transcende às delimitações deste estudo. Uma visão mais abrangente sobre o tema pode ser evidenciada no trabalho de Paulo Freire por exemplo.

Para Freire (1998), a inclusão a uma sociedade passa, primeiramente, por um processo de formação de consciência humana, capaz de gerar, no indivíduo, a capacidade de discernir, autonomamente, acerca de tudo o que ocorre ao seu redor, seja no âmbito político, econômico, social.

O autor apregoa um modelo de educação tal, que proporcione um grau de autonomia que qualificou como “libertadora”. Assim, as pessoas desenvolveriam, igualitariamente, capacidades que as possibilitariam participarem integralmente da sociedade.

O sonho de um mundo melhor nasce das entranhas de seu contrário. Por isso corremos o risco de tanto idealizarmos o mundo melhor, desgarrando-nos do nosso concreto, quanto o de, demasiado “aderidos” ao mundo concreto, submergirmo-nos no imobilismo fatalista (FREIRE, 1998, p. 8).

A autonomia a que se refere Freire (1998) é, na sua concepção, a força motriz que possibilitaria, a cada pessoa, uma posição proativa em relação à sua própria inserção na sociedade. Assim, evitaria a posição determinista que conduz as pessoas ao desalento fatalista, tanto quanto, o apego ao idealismo utópico que não conduz a melhoria nenhuma.

Outro exemplo extremo de comparação está no modelo de inserção socioeconômica vivenciado pelos cidadãos dos países escandinavos, considerado referência mundial. Conforme Abrahamson (2012), o modelo é concebido, não no assistencialismo pontual que socorre uma classe específica, de desempregados, por exemplo. Ao contrário, a base está numa rede de proteção universal e ampla, que abarca a sociedade na sua totalidade, ao longo de toda a vida de seus cidadãos. O Estado tem papel preponderante nesse modelo, assim como Sachs (2008) propõe.

Em outras palavras e com algumas limitações, o modelo escandinavo: é universal e (portanto) caro; é financiado por impostos; é baseado na provisão pública de transferências e serviços; tem ênfase em trabalhos sociais pessoais em vez de transferências; fornece serviços de alta qualidade; possui altos índices de compensação, por isso é igualitário; é baseado num alto grau de participação no mercado de trabalho de ambos os sexos (ABRAHAMSON, 2012, p. 9).

Tomando-se por referência o modelo escandinavo, pode-se dizer que a proposta de inserção socioeconômica baseada na promoção do autoemprego e no emprego decente é um tanto tímida. Entretanto, Sachs (2008) destaca que se trata de um caminho inicial para uma inserção efetiva. “Os países escandinavos têm mercados de trabalho altamente organizados com condições de trabalho e negociações salariais institucionalizadas através de acordos entre parceiros sociais” (ABRAHAMSON, 2012, p. 31).

Assim, as instituições promotoras da inserção socioeconômica, na Escandinávia, são consolidadas. O alto grau de maturidade cidadã de seu povo,

bem como a efetividade da presença do Estado na promoção do bem-estar social, são aspectos historicamente institucionalizados naquela nação. Diferentemente, o Brasil não está inserido no mesmo contexto, portanto, demanda iniciativas que ao longo da história, consigam transformar a realidade do país.

Vê-se, portanto, que o debate sobre a inserção socioeconômica possui dimensões que transcendem o escopo deste estudo. Posto isso, adota-se a proposição de Sachs (2004, 2008), de que o acesso ao emprego decente perfaz um caminho importante para inserção socioeconômica no Brasil, como premissa ao intento deste estudo.

2.3 O COOPERATIVISMO NAS PREMISSAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: MEIO DE INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA E SUSTENTABILIDADE.

O Cooperativismo, apesar de existir desde os primórdios do sistema capitalista moderno, renasce, contemporaneamente, com a promessa de reinserir, socioeconomicamente, o contingente de pessoas marginalizadas ao término do século XX. O cooperativismo, nas premissas da Economia Solidária, supõe não apenas um contraponto ao modo de produção capitalista, mas também envolve valores de solidariedade que possuem como pressuposto, a existência de desigualdades socioeconômicas entre as pessoas.

Foi na primeira década do século XIX, que as ideias anticapitalistas do industrial britânico Robert Owen, passaram a configurar o que mais tarde se desenvolveria em princípios do Cooperativismo. Owen era dono de um grande empreendimento do setor têxtil, e passou a limitar a jornada de trabalho de seus empregados, não empregar crianças, dentre outras ações incomuns para a época. Essas atitudes resultaram no aumento expressivo de produtividade para suas fábricas, fato que, em primeira instância atraiu a atenção da comunidade industrial britânica (SANTOS; RODRIGUEZ, 2003).

As ideias de Owen representaram o ponto de partida para o Movimento Cooperativista mundial. Porém, outros valores tornaram-se bases conceituais originárias do movimento, que, ao longo da história, foram adquirindo outros significados, muitas vezes, desvirtuando-se das propostas originais. Por exemplo, a gestão democrática dos empreendimentos cooperativos.

Assim, na segunda metade do século XX, com a crise das políticas do Estado de Bem-Estar, renasce um novo movimento cooperativista, com o objetivo de resgatar suas origens históricas, o que Singer (2002, 2003) chamou de “o Novo Cooperativismo”.

Segundo a ICA (2014) - Aliança Cooperativa Internacional,

uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais comuns e aspirações através de uma empresa de propriedade comum e democraticamente gerida. As cooperativas baseiam-se nos valores de autoajuda, auto-responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com os outros.

Em 1995, ano comemorativo do centenário da ICA, o órgão promulgou os sete princípios que devem sustentar as iniciativas cooperativas. O Quadro 2 adiante, sintetiza esses sete princípios de acordo com seus significados.

No Brasil, a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, criada em 1969, é o órgão representativo do cooperativismo no país. A OCB assim define o cooperativismo:

Cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes. Associado a valores universais, o cooperativismo se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade (OCB, 2014).

Como prática econômica, o cooperativismo mostra-se diferente de outras opções mais radicais, em especial por conseguir se desenvolver inserto no próprio ambiente capitalista, mesmo com pressupostos anticapitalistas. Entretanto, contemporaneamente, grande parte das iniciativas que se designam cooperativas, possuem seu *modus operandi* um tanto desconecto dos preceitos do cooperativismo original. O cooperativismo nas premissas da Economia Solidária guarda maior proximidade com os preceitos originários do movimento e engloba outros valores que serão tratados na subseção seguinte.

Quadro 2 – Os princípios do cooperativismo segundo a ICA

Princípio	Significado
Adesão livre e voluntária	As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usar seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política ou religiosa (ICA, 2014).
Controle democrático	As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões. Homens e mulheres, eleitos como representantes, são responsáveis perante a sociedade. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto) e cooperativas de outros graus são também organizadas de maneira democrática (ICA, 2014).
Participação econômica dos membros	Os membros contribuem equitativamente e controlam, democraticamente, o capital das suas cooperativas. Pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros geralmente recebem uma compensação limitada, se houver, sobre o capital, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou todas as seguintes finalidades: desenvolver sua cooperativa, possibilitando a formação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; retorno aos sócios na proporção de suas transações com a cooperativa; e apoio a outras atividades aprovadas pelos membros (ICA, 2014).
Autonomia e independência	As cooperativas são organizações autônomas, de autoajuda, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital de fontes externas, o fazem em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa (ICA, 2014).
Educação, formação e informação	As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, administradores e funcionários para que eles possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de suas cooperativas. Informam o público em geral – particularmente os jovens e os líderes de opinião – sobre a natureza e os benefícios da cooperação (ICA, 2014).
Cooperação entre cooperativas	As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais (ICA, 2014).
Preocupação com a comunidade	As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros (ICA, 2014)

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados do site da ICA (2014)

2.3.1 O COOPERATIVISMO NOS PRECEITOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para maior entendimento da Economia Solidária, se faz importante resgatar conceitos que envolvam a Economia Social, bem como, a separação conceitual dos dois termos. O Quadro 3 adiante sintetiza e sistematiza esses conceitos diferenciais entre movimentos.

A emergência da Economia Social esteve ligada diretamente com a ascensão de movimentos alternativos ao sistema de produção capitalista, em especial, no que se refere à forma instalada de exploração da mão de obra, na Europa da segunda metade do século XIX. Posteriormente, o movimento fragmentou-se em estatutos jurídicos independentes, como as organizações associativas, mutualistas e cooperativas, constituídas de forma autônoma. De certa

forma, essa fragmentação enfraqueceu o movimento, que teve papel subsidiário na ordem econômica ao longo do século XX (FRANÇA FILHO, 2002).

Mas este quadro mudou a partir da segunda metade da década de 70 do século XX. Uma nova crise do sistema capitalista trouxe por conseqüências, o desemprego e o fechamento de empresas e criou-se um quadro dramático para a classe trabalhadora (LECHAT, 2002, p. 6).

As mudanças Sociológicas desse período histórico, contextualizaram a ascensão de uma série de empreendimentos Cooperativos até meados da década de 1980. Coincidentemente, período em que ascenderam os estudos teóricos no âmbito da “Nova Sociologia Econômica” a partir do trabalho de Granovetter (1985).

De toda forma, a Economia Social representa a base para o entendimento da emergência do termo Economia Solidária. Para França Filho (2002), o caráter contemporâneo da nova Economia Social, representa o ponto fundamental de distinção conceitual, para o que se entende por Economia Solidária, em especial, pela “dimensão política” inerente à segunda.

O que nos leva a defini-las como experiências que se apoiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais, concorrendo ainda para a afirmação de ideais de cidadania.[...] A economia solidária pode ser vista assim como um movimento de renovação e de reatualização (histórica) da economia social (FRANÇA FILHO, 2002, p.13).

Para Lechat (2002, p.9), essa “nova economia social” tem um papel preponderante na ordem econômica. Distintivamente, “[...] a economia solidária apoia-se numa economia de sujeitos desiguais, enquanto que a economia social é, pelos seus princípios e regras, uma economia de iguais”.

Na prática, o termo economia solidária identifica hoje uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade. O fato é que se vêm verificando a emergência e desenvolvimento de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas (FRANÇA FILHO, 2002, p. 14).

O Quadro 3 sintetiza as particularidades de cada movimento, e abre a possibilidade de entendimento do conceito contemporâneo de cooperativismo, segundo os preceitos da Economia Solidária, essencial para o escopo desta pesquisa.

Quadro 3 – Cooperativismo / Economia Social / Economia Solidária - conceitos.

Movimento	Essência do movimento
Economia Social	Nascido na primeira metade do séc. XIX, em especial pela ascensão do movimento associativista, porém, guarda não somente a contestação ao sistema de produção capitalista, como também o descontentamento pelo afastamento dos desígnios da economia e dos anseios sociais. Parte do princípio da igualdade entre os indivíduos.
Cooperativismo	Movimento surgido ao longo das duas primeiras décadas do séc. XIX na Europa, como reação à pobreza extrema advinda da conversão de pequenos camponeses em trabalhadores fabris. A gênese do movimento esteve ligada às práticas contrárias ao modo de operação capitalista, em especial com base nas ideias do britânico Robert Owen, com relação à exploração de trabalhadores. O radicalismo da luta operária esteve presente na proposta original do movimento, que se oferecia em substituição ao modelo capitalista de produção que se instituiu hegemonicamente. Representa um estatuto jurídico desmembrado dos preceitos da Economia Social.
Economia Solidária	Tido por um movimento de renovação da Economia Social, mas, com um caráter político mais severo, à medida que contesta a separação das esferas econômica e social na constituição do modelo de sociedade. Não é opositor ao desenvolvimento capitalista, mas combate as injustiças socioeconômicas geradas pelo sistema hegemônico. É baseada em valores humanos de equidade, solidariedade e respeito à natureza. Parte do princípio de que os indivíduos são desiguais e desigualmente devem ser tratados. O termo intensivamente utilizado na América Latina, para designar iniciativas mercantis com objetivos sociais.

Fonte: elaborado pelo autor, com base em (LECHAT, 2002; FRANÇA FILHO, 2002; SINGER, 2002)

Para França Filho (2002), as organizações de Economia Solidária possuem uma lógica de atuação contrária à de uma organização capitalista, que se baseia na cumulatividade produtiva para além das necessidades locais do tempo presente. Em especial na América Latina, o termo representa uma série de iniciativas que visam prioritariamente à melhoria de indicadores qualitativos na vida de seus adeptos, através da prática de valores como cooperação e gestão democrática dos meios produtivos (GAIGER, 2009).

No Brasil, dois exemplos de empreendimentos em Economia Solidária destacam-se pela amplitude dos resultados alcançados, no sentido de reinserção socioeconômica de seus participantes: a Associação de Pequenos Agricultores do Município de Valente (APAEB) no interior da Bahia, que trabalha na criação de postos de trabalho decentes, e na melhoria da qualidade de vida dos associados, e a Associação de Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP), mais conhecida por Banco Palmas, que há mais de 32 anos subsidia pequenas iniciativas de negócios que visam inserir socioeconomicamente os beneficiados (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

A iniciativa cooperativa, onde se desenvolvem o conjunto das relações sociais estudadas, atua no ramo da catação de resíduos sólidos urbanos

no município de Londrina – PR. Apesar de se autocaracterizar como iniciativa de Economia Solidária, considerou-se mais adequado segundo a teoria, referenciá-la como iniciativa de Cooperativismo Solidário. Seguindo os temas tratados na II CONAES – II Conferência Nacional de Economia Solidária, o Cooperativismo Solidário envolve iniciativas que atuam conforme as premissas do trabalho cooperativo, seguindo os valores da Economia Solidária.

Conceitualmente, o Cooperativismo Solidário é um modelo de organização, no rol das iniciativas de Economia Solidária. Trata-se, propriamente, de uma cooperação de indivíduos, com objetivos coletivistas, que operam conforme as premissas da Economia Solidária. Desta forma, a autogestão, o repúdio ao assalariamento e a consideração de que os indivíduos são diferentes, do ponto de vista socioeconômico, são valores que se esperam presentes nessas organizações.

Independentemente das possíveis designações classificativas que as iniciativas Solidárias podem ter, nas colocações de Santos (2014, p. 60), o contexto em que atuam esses empreendimentos é naturalmente adverso, dado o nível de competitividade e eficiência comum do ambiente hegemonicamente capitalista. Assim, é na contradição entre a sobrevivência no mercado competitivo e a realização de suas propostas emancipatórias que figuram

[...] os novos experimentos organizacionais de corte solidário, que além de buscarem formas de produção mais justas, democráticas e sustentáveis, ambicionam uma nova forma de sociabilidade e de convivência humana, mais rica em significados e propósitos.

Segundo o mesmo autor, os valores fundamentais da Economia Solidária conferem, a essas iniciativas, o status de meio de condução à inserção socioeconômica das pessoas envolvidas. Entretanto, alerta que a esfera de interação humana e social se faz num lócus de complexidades, sendo, portanto, incoerente estabelecer um caminho como único. Há necessidade de se considerar a questão no seu todo.

2.4 SOCIOLOGIA ECONÔMICA

A Sociologia Econômica (SE), como campo de conhecimento científico, possui menos de um século de existência, portanto pode ser considerado historicamente novo. Importante, contudo, é compreender que é distinto da

Economia enquanto ciência. O foco de interesse da SE está centrado em temas que abordam as interações entre relações sociais com interesses econômicos. O cuidado necessário, nesse ponto, está justamente na distinção de áreas complexas e diferentes como o caso da Economia e da Sociologia.

Em primeiro plano, dentro da tradição clássica e neoclássica da Economia, os modelos desenvolvidos tendem ao estudo do comportamento racional do indivíduo, mas também abordam temas como incertezas e riscos. Aproximando-se da Sociologia, a Economia também abarca estudos sobre instituições e normas. A Sociologia, contudo, apresenta-se sempre através de teorias concorrentes entre si, portanto, ascende o debate acerca dos temas tratados, característica que influenciou, de modo contumaz, o desenvolvimento da SE (SMELSER; SWEDBERG, 2005).

Quadro 4 – Características principais que divergem os campos da Sociologia e da Economia

Economia	Sociologia
Tem como ator principal o indivíduo	Considera o grupo, instituições e a sociedade.
A microeconomia estuda a ação do indivíduo isolado, enquanto sujeito maximizador de utilidades.	A sociologia entende a racionalidade como um fenômeno a ser explicado e não simplesmente assumido.
Entende a ação econômica como resultado da interação de gostos, preços de mercado e quantidades de bens e serviços.	A ação econômica está cercada de significados historicamente construídos, ou seja, é o resultado da Interação de variáveis endógenas.
Foco na concepção da ação econômica.	Foco nas relações criadas a partir da ação econômica
O indivíduo isolado é que constitui suas próprias decisões.	As decisões individuais podem ser influenciadas por outros atores.
Análises tradicionais são baseadas em variáveis econômicas e de mercado, as demais são consideradas estáveis.	Há influências de variáveis sociais nos resultados econômicos e nos mercados.
Condena análises descritivas	É mais sensível a interpretações
Predições focadas em modelos matemáticos, racionais, quantitativos.	Consideram metodologicamente válidos, os dados qualitativos, análises comparativas.

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Smelser e Swedberg (2005)

No Quadro 4, aponta-se uma série de particularidades que distinguem as áreas da Economia e da Sociologia, que influenciaram em muito a concepção da Sociologia Econômica. Nota-se que não se trata de pontos totalmente divergentes, mas, ao contrário, muitas vezes complementares entre si, fato que confere grandeza teórica ao campo da SE.

Pela análise do Quadro 4, nota-se a tendência humanista que marca a visão da Sociologia acerca dos fatos da vida, tanto quanto o viés racional que a

Economia tem na sua busca pela precisão matemática das escolhas humanas. É nesse sentido que se propõe a complementariedade desses dois campos diferentes, mas, não divergentes de estudos. Assim, a aproximação dessas diferentes visões, pode sustentar uma série de possibilidades analíticas para fatos da vida cotidiana, que envolvam aspectos sociais e econômicos.

A visão de Granovetter (2005, p. 6) transcende a discussão das diferenças teóricas da Economia e Sociologia: “a questão teórica, muitas vezes não é um dos argumentos contraditórios de economistas e sociólogos, mas sim da fraqueza de ambos na compreensão de como atores com motivos econômicos e não-econômicos simultâneos atuarão”.

Diante dessa consideração de Granovetter (2005), conclui-se que uma análise que se proponha realizar sobre ações que envolvam a complexidade das relações entre atores humanos, que possuem objetivos econômicos e não econômicos, terá, na Sociologia Econômica, uma base teórica sólida e propícia. Portanto, para esta pesquisa, que tem como unidade de análise um conjunto de relações sociais, as proposições da Sociologia Econômica se mostram essenciais à compreensão do problema proposto.

O termo Sociologia Econômica foi utilizado pela primeira vez em 1879, pelo economista britânico W. Stanley Jevons, mas os estudos no campo tomaram vulto a partir da década de 1980, por um pequeno grupo de teóricos que passaram a produzir na linha da SE. “A principal linha da tradição da sociologia econômica é que a investigação deve combinar a análise de interesses econômicos com uma análise das relações sociais” (SMELSER; SWEDBERG, 2005, p. 7).

Dessa forma, considerando o problema da pesquisa, partiu-se do pressuposto de que os catadores enquanto indivíduos possuem interesses que balizam suas ações econômicas. Esses interesses ocorrem circunscritos em relações sociais que se pautam, tanto pelo racionalismo econômico quanto pelo humanismo sociológico. Assim sendo, as ações econômicas efetivamente empenhadas pelos catadores, estão socialmente situadas, e desse meio social recebem influências, o que neste trabalho torna-a rica e fundamental.

De acordo com Smelser e Swedberg (2005), o pioneirismo na linha da SE tem o mérito de produzir estudos a partir de assuntos até então inéditos na literatura. As questões primeiras tratadas pela SE, envolviam: o papel da economia na sociedade; o que é a ação econômica; diferenciação de pensamento para com o

tradicionalismo econômico; e em especial havia uma preocupação acerca das mudanças que o capitalismo gerou na sociedade.

A SE como campo de estudos, envolve pensadores clássicos como Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim, Georg Simmel, e após os clássicos também aparecem trabalhos de Joseph Schumpeter, Karl Polanyi, Talcot Parsons e Mark Granovetter.

Em conclusão a este capítulo, verifica-se que as preocupações sobre a Sustentabilidade não são contemporâneas. Desde a sua origem, está ligada à percepção humana de que há um desencontro intrínseco entre o ritmo de crescimento econômico estabelecido e a capacidade social e ambiental de suportar.

Por conseguinte, a inclusão socioeconômica de pessoas historicamente marginalizadas, de que trata este estudo, representa um princípio corretivo de parte das mazelas geradas por um sistema produtivo naturalmente excludente, que se hegemonizou ao longo da história, mesmo diante de suas consequências previsíveis.

O termo Desenvolvimento Sustentável, como proposto no relatório de Bruntland em 1987, teve como intento responder ao clamor de corpos teóricos críticos, que já previam as consequências do ritmo de produção estabelecido. No entanto, a fragilidade conceitual do termo representou mais uma justificativa que legitimou a continuidade do sistema produtivo estabelecido, do que propriamente uma disciplina limitativa capaz de promover a sustentabilidade no seu caráter multidimensional.

Nessa temática, é que se inserem os argumentos de Sachs (2008). O autor apresenta um modelo próprio de Desenvolvimento Sustentável, que resultaria segundo a sua concepção, na promoção da Sustentabilidade, em seus diversos âmbitos. Para este estudo, alguns pontos das concepções do autor são essenciais:

- a) O Desenvolvimento Sustentável deve ter um fim na melhoria efetiva da qualidade de vida das pessoas.
- b) O crescimento econômico só é efetivo se resultar em desenvolvimento, ou seja, na inclusão socioeconômica das pessoas.
- c) O autoemprego e o emprego decentes são meios de inserir socioeconomicamente as pessoas.

É com base nessas concepções de Sachs (2008), que neste estudo se aponta o Cooperativismo Solidário, como uma proposta alternativa ao modo de produção hegemônico, capaz de promover um novo modelo de desenvolvimento propenso à Sustentabilidade. Em especial, essa forma de iniciativa, por seu perfil democrático e solidário de atuação, representa, acima de tudo, um meio de inserção socioeconômica, portanto, alinhado à questão chave deste estudo.

Contudo, existem na literatura sobre o campo, contingências de ordem estrutural e sistêmica, que apontam para a dificuldade de manutenção desses Empreendimentos Solidários no mercado competitivo capitalista. Por isso, há constatações empíricas (GONÇALVES, 2012) de que, na atuação, os empreendimentos podem se afastar de algumas premissas que os caracterizam como iniciativas de Economia Solidária. A própria literatura aponta que esse fato não diminui o papel desse modelo de produção, como meio de inserção socioeconômica.

Em síntese, diante dos apontamentos desse capítulo, verifica-se que há um distanciamento natural entre o imperativo Crescimento Econômico de um sistema de produção que se hegemonizou e as demandas sociais advindas das mazelas consequentes do próprio sistema.

Diante desse fato, a Sociologia Econômica apresenta-se como campo do conhecimento científico, cujo intento se faz em promover a aproximação entre a questão Econômica do Crescimento e a questão social do Desenvolvimento. Assim, para este estudo, a Sociologia Econômica gera o subsídio teórico capaz de proporcionar uma visão sistêmica entre o Social e o Econômico, necessário para o entendimento do Desenvolvimento Sustentável nos termos que Sachs (2008) propõe.

3 A NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA: A AÇÃO ECONÔMICA IMERSA EM REDES DE RELAÇÕES SOCIAIS

Durante algum tempo, em especial no período pós Segunda Guerra Mundial, enquanto as políticas do Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*) permaneceram evidentes, arrefeceram-se os debates envolvendo a SE. Entretanto, a crise do Estado do Bem-Estar desencadeada ao longo da década de 1980, propiciou o ressurgimento dos debates no âmbito do que se considerou ser a Nova Sociologia Econômica.

Em meados da década de 1980, as considerações de Mark Granovetter sobre a Imersão Social (*Embeddedness*) circunstanciaram o renascimento das discussões teóricas envolvendo a Nova Sociologia Econômica. Assim, o referido autor figura como responsável pelo ressurgimento contemporâneo do debate sobre SE (MACHADO, 2011).

Todo um contexto político permeou o ressurgimento do debate sociológico de questões econômicas. De certa forma, a ascensão de Margaret Thatcher (Primeira Ministra do Reino Unido de 1979 a 1990) e Ronald Reagan (Presidente dos EUA entre 1981 e 1989) ao poder, sinalizava o fortalecimento do discurso liberalista na Economia.

Também o pensamento econômico começou a ocupar-se de campos tradicionais da sociologia, tanto quanto o contrário também se fez verdadeiro (SMELSER; SWEDBERG, 2005). Assim, Granovetter (1985), chamou de “Nova Sociologia Econômica” esse renascimento do debate sociológico de questões econômicas, mas, com a promessa de ocupar-se de temas centrais da economia e não apenas questões periféricas.

Mesmo diante de algumas tentativas de se mudar o foco de estudos da Nova Sociologia Econômica, a imersão social (*embeddedness*) como proposto por Granovetter (1985), figura no centro do debate. A concepção de que as ações econômicas ocorrem imersas em relações sociais é, na visão de Smelser e Swedberg (2005), o tema mais discutido na literatura da Nova Sociologia Econômica.

Faz-se essencial destacar, que a imersão social a que se refere Mark Granovetter, parte de relações sociais dispostas em redes, ou seja, o estudo das relações sociais nas quais estão imersas as ações econômicas perfaz o próprio

campo de estudos de redes. Para Smelser e Swedberg (2005), a proposta da imersão social conforme Mark Granovetter possibilitou inserir redes, como campo de estudos para a sociologia.

A questão que delinea esta pesquisa traz no âmago do debate, a inserção socioeconômica de catadores de recicláveis com base nas influências das ações econômicas dos mesmos, sob a perspectiva da Imersão Social proposta por Mark Granovetter. Portanto, se faz necessário desenvolver alguns conceitos, pertinentes ao entendimento da ação econômica sob o panorama proposto. O ponto principal de análise nesse campo envolve a seguinte interrogação: Quão independentes são as ações econômicas dos indivíduos?

Na seção que segue, propõe-se abordar conceitos ligados à ação econômica, na amplitude necessária para sua compreensão, restrito ao escopo deste trabalho. Também serão evidenciados os conceitos inerentes à Imersão Social, sob a perspectiva de Granovetter (2007).

3.1 AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DA AÇÃO ECONÔMICA

Diferentes áreas do conhecimento apontam algumas proximidades conceituais para a ação econômica. No entanto, é no âmbito da Ciência Econômica, Sociologia Econômica e da Antropologia, que se estabeleceram as vertentes que apresentam os debates para a questão problema.

Nas três últimas décadas do século XX, a Economia passou por perceptíveis mudanças, mas, não tão drásticas como a que ocorreu quando da ascensão das propostas Keynesianas no pós-Segunda Guerra. O fato, é que a Economia passou a disponibilizar um instrumental analítico, que até então, não era comum em outras disciplinas, o que lhe possibilitou uma presença maciça em investigações realizadas em áreas do conhecimento distintas, definindo o que especialistas chamam de “imperialismo econômico” (KHALIL, 1996, p.13).

Mas, essa definição não possui qualquer proximidade com as críticas de Polanyi (1944), no que se refere à autonomização da Economia. Ao contrário, indica apenas que outras áreas do conhecimento passaram a utilizar de forma intensiva, ferramentas analíticas que até então eram presentes apenas nas análises puramente econômicas. Entretanto, Khalil (1996) afirma que esse

movimento, acabou disseminando o economicismo em diversas áreas do pensamento, e por isso, a concepção do imperialismo econômico.

Assim, o senso utilitarista que, até então, era próprio do domínio da Economia, passou a figurar também, em outras áreas do conhecimento. A Economia que historicamente ocupou-se da investigação de ações que possuíam fins exclusivamente pecuniários, passa a voltar-se ao estudo da maximização das atividades, cujos fins vão desde interesses individuais até a cooperação, considerando valores morais e religiosos (KHALIL, 1996).

Para Smelser e Swedberg (2005), a visão microeconômica sobre ação econômica, tem seu ponto de partida no ator individual, racional, maximizador da utilidade. Essa perspectiva é derivada da Teoria Econômica Clássica, em especial das colocações de Adam Smith.

Smith (1904) considera que existe uma propensão humana natural pelas “trocas”, fato que legitimaria a forma extensiva de produção no capitalismo. O homem, na visão clássica, desenvolve sua ação econômica quase que instintivamente, como que guiado por uma “mão invisível”, sempre na busca de maximizar o resultado dessas trocas em benefício próprio. E complementa em relação à ação econômica:

Ele geralmente, de fato, não tem a intenção de promover o interesse público, nem sabe o quanto o está promovendo [...] ele pretende apenas seu próprio ganho, e é neste, como em muitos outros casos, guiado por uma mão invisível a promover um fim que não era parte de sua intenção (SMITH, IV. 2.9)

Em análise sobre o pensamento econômico clássico, Dumont (1977, p.69-70) afirma que “Smith vai mais longe ao identificar a ação econômica dentro da ação humana em geral, como o tipo particular que escapa da moralidade sem ser contrário à moral em um sentido mais amplo.” O autor desenvolve essa visão baseado no corolário da “mão invisível”, a qual guiaria as ações humanas, com via à satisfação própria. Assim, ainda que o indivíduo isoladamente tenha um comportamento oportunista, forças de mercado (mão invisível) o impelem para um objetivo comum.

De certa forma, a ação do indivíduo, voltada para o interesse próprio, colaboraria na visão clássica, com o interesse geral da sociedade, no sentido de que a soma da ambição individual, produz o crescimento econômico como um todo. “Ao buscar seu próprio interesse ele frequentemente promove o da

sociedade mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo” (SMITH, IV. 2.9).

Entre o entendimento clássico de ação, voltado para uma análise a nível do indivíduo e a visão sociológica voltada para análise grupal, ressalta-se à título complementar, a visão Keynesiana, em nível macrossocial, portanto, fora do escopo deste debate.

O contraponto do pensamento Keynesiano fundamenta-se essencialmente em oposição à concepção clássica do mecanismo da mão invisível, e conseqüentemente à política liberal (*laissez-faire*). Para Keynes (1992), o capitalismo é estruturalmente instável. O Estado interventor possibilita a progressão do sistema capitalista, à medida que busca harmonizar os interesses individuais dos atores econômicos com os interesses coletivos da sociedade.

Contudo, Keynes (1992, p.346) considera que, “[...] o individualismo, se puder ser purgado de seus defeitos e abusos, é a melhor salvaguarda da liberdade pessoal, no sentido de que amplia, mais do que qualquer outro sistema, o campo para o exercício das escolhas pessoais”. Assim, visualiza o Estado interventor não em seu caráter totalitário, mas, disciplinador da ação individual.

Dessa forma, Keynes (1992) conserva a visão de que o indivíduo age economicamente em busca de seu interesse próprio, mas o Estado seria o instrumento de encontro entre o interesse individual e o coletivo. Para os clássicos, esse instrumento harmonizador seria o próprio mecanismo da “mão invisível”, que automaticamente efetivaria a estabilidade do sistema.

No campo da análise sociológica, as premissas de Max Weber constituem-se em referência.

A especificidade da sociologia econômica de Weber se encontra na capacidade de observar, no ato autointeressado, um elemento dotado de sentido, como uma ação social encadeada de modo possível de interpretar. A teoria econômica se caracteriza por sua compreensão atomística de séries de desdobramentos entendidos como mecânicos (LADEIRA, 2013, p. 220).

Nas colocações de Weber (2000), a ação do indivíduo não é constituída apenas sobre um racionalismo, mas recebe influências de hábitos e sentimentos. Considera ainda que a ação individual é resultado de um processo social, que envolve os comportamentos de outros indivíduos. Na visão sociológica, o que move o indivíduo não são apenas as motivações materiais, mas também os

ideais. Esses são aspectos que diferem as visões sociológica e econômica clássica, sobre a ação econômica. Outras visões como a de Émile Durkheim, coexistem, porém, não cabem ao presente debate.

Para Ladeira (2013, p. 228), a “[...] sociologia econômica weberiana, opera como um elemento fundamental na construção de uma proposta teórica que envolva a análise social da ação auto-orientada e a imprevisibilidade do desenvolvimento da própria racionalidade”. Assim, a crítica da racionalidade total perfaz justamente o ponto principal de divergência entre a teoria clássica e a sociologia econômica weberiana. O autor enxerga, na questão da racionalidade, a possibilidade de aproximação entre sociologia e economia, e coloca a visão de Joseph Schumpeter como a expressão prática dessa possibilidade.

A questão da racionalidade para Smelser e Swedberg (2005), é um fenômeno, socialmente disposto e que merece um estudo próprio, e não sua aceitação pura, simples e automática, como na proposta da economia clássica. Para os autores, Max Weber dedicou grande parte de sua sociologia econômica, para verificar em que situações sociais a racionalidade plena é possível.

A visão schumpeteriana assume uma posição muito próxima das concepções de Weber, no que se refere à racionalidade econômica. Para Schumpeter (1985), a ação econômica não é algo natural, próprio do ser humano, mas sim, resulta de um processo socialmente situado que, ao longo do tempo se naturalizou. Portanto, a ideia clássica de indivíduo atomizado não perfaz o pensamento de Schumpeter. Ao contrário, o autor considera que as ações individuais resultam de uma interação sociocultural. Entretanto, percebe ser válido tomar ações individuais como unidades de análise para fenômenos coletivos.

Na antropologia, a posição substantivista “concebe a ação econômica como a busca de benefícios materiais, em oposição aos princípios morais”. Esses benefícios materiais, não necessariamente devem ser mediados através de trocas e, além disso, não precisam ser destinados propriamente a um único agente, mas podem assumir significados diferentes, de cunho mais coletivo (KHALIL, 1996, p. 30-31). Trata-se de um posicionamento pouco aceito dentre os pesquisadores econômicos contemporâneos, em especial, pelos neoclássicos que guardam uma proximidade teórica com as premissas clássicas de Adam Smith (GRANOVETTER, 2007).

Na vertente formalista antropológica, a ação econômica é vista como “o uso eficiente de meios escassos, em relação aos diversos fins. Tais fins, dentro de uma estrutura de otimização, incluem benefícios não pecuniários”. Nessa linha de raciocínio, certos valores como a honestidade, são “[...] gostos comensuráveis que ocupam uma única função de utilidade”, portanto, passíveis de otimizações (KHALIL, 1996, p. 31).

Segundo o mesmo autor, a definição formalista é dominante em meio às dos pensadores da área, em especial os neoclássicos. O autor aponta cinco razões para essa dominância:

a) há uma tendência natural dos cientistas da área, por teorias que sejam mais positivistas, como o caso da tese da otimização.

b) o campo da economia é atrativo aos pesquisadores que acreditam na possibilidade de substituir o poder, autoestima, compromisso, por fins pecuniários.

c) o argumento da otimização seria um forte ponto distintivo da ciência econômica diante dos demais campos afins, portanto, atrativo aos pensadores da área.

d) o argumento da otimização é o sustentáculo para modelagens matemáticas, fator que tem guiado as proposições econômicas.

e) simplicidade e objetividade, pode ser esta a razão de maior peso para a predominância da vertente formalista. A capacidade explicativa e a abrangência na diversidade das possíveis ocorrências dentre as relações humanas, atrai muito os estudiosos do campo.

Ambas as posições representam vertentes não totalmente concorrentes, porém com especificidades que permitem sua distinção. Entretanto, para se ter coerência com as proposições teóricas que embasam este trabalho, nem uma nem outra vertente será integralmente eleita para mediar o desenvolvimento das análises necessárias neste estudo. Ao contrário, uma terceira via proposta por Granovetter (1973, 1992, 2005, 2007) posiciona-se entre as duas extremidades descritas, e será prevalente neste trabalho.

Os estudos de Granovetter (1985, 2007), Vasconcelos e Oliveira (2012), Nascimento, Oliveira e Cenerino (2013) atentam para a questão do quão “imerso” o comportamento econômico está em relações sociais, portanto, dessas sofrem influências.

Para Granovetter (1985, 2007), a ideia da imersão está conceitivamente ligada à escola Antropológica substantivista, sendo Karl Polanyi, um expoente nessa linha de pensamento. Para os pensadores dessa vertente, a modernidade afastou as relações econômicas das sociais, gerando um comportamento econômico individualista, de sujeitos racionais que buscam apenas os ganhos individuais, fato que conferiu grau de autonomia à economia.

Na década de 1920, uma outra vertente retoma a questão da imersão sob a ótica de que, mesmo em mercados primitivos, não haveria um grau de imersão das questões econômicas, tão elevado quanto pregavam os substantivistas. Assim, os sujeitos já possuíam um comportamento econômico individualista, não sendo então a modernidade, a causa do afastamento entre as duas áreas. Essa linha de pensamento é que balizou a escola formalista (em Antropologia), e também representa a base do pensamento das análises econômicas das instituições sociais (GRANOVETTER, 1985, 2007).

A escola substantivista corresponderia a uma visão supersocializada da ação humana, à medida que percebe as relações sociais como determinantes das relações econômicas. Contraditoriamente, a linha de pensamento formalista estaria ligada à visão subsocializada da ação humana, já que pressupõe o indivíduo racional com atitudes voltadas, exclusivamente, aos interesses próprios. O posicionamento do autor difere das duas vertentes, ou melhor, assume um caráter mediático entre os dois extremos (GRANOVETTER, 1985, 2007).

Meu ponto de vista diverge de ambas as escolas de pensamento. Afirmando que o nível de imersão do comportamento econômico é mais baixo em sociedades não reguladas pelo mercado do que o sustentado pelos substantivistas e teóricos do desenvolvimento, e que esse nível mudou menos com o processo de “modernização” do que esses autores defendem; mas sustento também que esse nível sempre foi e continua a ser mais substancial do que o considerado pelos formalistas e economistas (GRANOVETTER, 2007, p. 4)

Para sustentar seu ponto de vista intermediário, Granovetter (2007, p. 4) afirma que a visão subsocializada ou (utilitarista) parte da premissa de que o indivíduo age autonomamente, sem ser afetado por relações sociais externas à sua vontade. Esse pensamento é o fundamento da teoria clássica liberal de Adam Smith, bem como a ideia de mercado autorregulável que dispensa, portanto, as intervenções de ordem nos mercados.

Em contrapartida, a visão supersocializada considera que os indivíduos adquirem hábitos, normas, costumes, que em última instância interferem nas ações e escolhas individuais. Porém, contraditoriamente, as duas visões aproximam-se num ponto importante: “ambas têm em comum, a concepção de que ações e decisões são conduzidas por atores atomizados” (GRANOVETTER, 2007, p. 6).

Na abordagem subsocializada, a atomização resulta de uma busca estreitamente utilitarista dos interesses próprios; na supersocializada, deriva da ideia de que os padrões comportamentais são interiorizados e, portanto, as relações sociais existentes exercem efeitos apenas periféricos sobre os comportamentos (GRANOVETTER, 2007, p. 7).

Um dos argumentos centrais que Granovetter (2007, p. 9) utiliza para justificar seu posicionamento intermediário entre as duas visões, decorre, justamente, da questão da atomização, conforme segue:

Uma análise proveitosa da ação humana implica que evitemos a atomização implícita nos extremos teóricos das concepções sub- e supersocializadas. Os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relações sociais.

Para este estudo, considerou-se que os indivíduos não agem autonomamente (como átomos) fora de um contexto relacional, tampouco, são impelidos, automaticamente, a tomarem decisões inconscientes. Ao contrário, admite-se, diante da posição de Granovetter (1985, 2007), que os mesmos empreendem suas ações econômicas, e essas estão imersas em relações sociais, que efetivamente as influenciam.

Conforme afirma Granovetter (2005, p.3), “a ação econômica está ligada à ou depende de ações ou instituições que são não econômicas”, ou seja, o entendimento das ações econômicas passa também, pela análise de aspectos que fogem das especificidades econômicas, ou seja, envolvem questões sociais.

3.2 A IMERSÃO SOCIAL EM REDES SOCIAIS

A Imersão social na perspectiva de Granovetter (1973, 1985, 2005, 2007), parte da premissa de que as ações econômicas estão imersas em relações

sociais, portanto, delas sofrem influências. Este debate inicia-se com as proposições de Polanyi (2000) (tradução da obra original de 1944) o qual, primeiramente, deu luz ao termo “*embeddedness*” para designar que as relações econômicas estão “enraizadas” em relações sociais. Este conceito de Karl Polanyi foi desenvolvido, primeiramente, em 1944 em sua obra “*The Great Transformation*” sendo retomado por Mark Granovetter em 1985, que deu novo significado ao conceito à sombra da “Nova Sociologia Econômica”.

O propósito da Imersão Social de Granovetter (1985, 1992, 2007) figura na sustentação teórica para esta pesquisa, portanto, é pertinente seu entendimento. Para tanto, faz-se necessário, no primeiro momento, entender o contexto de desenvolvimento da Nova Sociologia Econômica como área distinta da própria Economia. Os estudos de Smelser e Swedberg (2005), Gonçalves (2012), Collet (2003) e Granovetter (1985, 1992, 2007) são utilizados como guias teóricos para esse entendimento.

3.2.1 *EMBEDDEDNESS* – A PROPOSIÇÃO DA IMERSÃO SOCIAL

Nesta seção, apresenta-se o desenvolvimento do conceito de *Embeddedness* no contexto das Ciências Sociais. A premissa de partida é de que, a inserção socioeconômica dos indivíduos cooperados, é influenciada por suas próprias ações econômicas, as quais se desenrolam imersas em redes de relações sociais. Essa premissa vem ao encontro da proposta de Granovetter (1985, 2007) de que as relações econômicas estão “enraizadas” (tradução literal de *embedded*) em relações sociais.

O princípio da Imersão Social, conforme desenvolvido por Granovetter (1985), representa, não somente o renascimento das discussões em torno da SE, mas também um dos assuntos mais estudados da Nova Sociologia Econômica. A premissa principal é de que as ações econômicas estão “imersas num concreto sistema de relações sociais” (GRANOVETTER, 1985, p. 487).

Para Baldi (2004), essa abordagem inicial da Imersão Social representou um contraponto aos pressupostos da Teoria dos Custos de Transação, no que se refere ao estudo da ação econômica. Enquanto a Teoria dos Custos de Transação foca nos estudos das trocas de bens e assume que o indivíduo age de

acordo com seus interesses próprios, a Imersão Social está voltada ao entendimento da atividade econômica dentro de uma estrutura social mais ampla.

O termo *Embeddedness* é, na literatura quase que universalmente atribuído a Karl Polanyi (MACHADO, 2011, p. 119; GONÇALVES, 2012). Todavia, foi Mark Granovetter que o trouxe contemporaneamente ao debate, mas sob um novo aspecto se comparado à forma citada por Polanyi (1944) (SMELSER; SWEDBERG, 2005; GONÇALVES, 2012).

Contraditoriamente, Beckert (2007) defende que a questão da Imersão nem foi o foco na obra de Polanyi, na medida em que a maioria dos autores consideram. O autor considera haver uma confusão interpretativa do conceito de Imersão Social. Complementa que não se trata de negar a influência das relações sociais nas tomadas de decisões individuais, mas acredita que esse foco demasiado nas relações sociais, pode tornar míope uma visão que se deve ser sistêmica.

Apresenta também, que esse assunto não deveria ocupar o papel central no âmbito das análises da nova SE. Apesar de as colocações de Beckert (2007) representarem um argumento importante ao debate, apenas complementa a discussão sobre o tema, e não diminui sua representatividade no escopo proposto para este estudo.

Polanyi (2000, p. 52-53) parte da premissa de que “o liberalismo econômico interpretou mal a história da Revolução Industrial porque insistiu em julgar os acontecimentos sociais a partir de um ponto de vista econômico”. O autor considera que a institucionalização da Economia de Mercado a partir da Revolução Industrial Inglesa é o fato preponderante no movimento que afastou a Economia dos desígnios sociais, conferindo-lhe autonomia.

A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado (POLANYI, 2000, p. 77).

A partir desse ponto, é que Polanyi (1944) afirma a primazia das questões econômicas sobre as sociais. Para ele, a Economia tomou autonomia do objeto social e desvencilhou-se da causa. Desde então, o tratamento de temáticas prioritariamente sociais, foi reduzido ao automatismo matemático econômico, fato que o autor atribui como causador de uma grave desarticulação social, pois sedimentou o progresso econômico com fim em si mesmo e não na pessoa.

O que Machado (2011, p. 122) chama à atenção é justamente para essa ideia de Karl Polanyi, de que a Economia era socialmente circunscrita e veio tomar autonomia com a modernidade capitalista. Assim, a concepção da ideia da Imersão Social (*embeddedness*) é nascida nos termos de Karl Polanyi, especificamente da constatação de seu contrário (*disembeddedness*).

Então o foco principal de Polanyi não estava no desenvolvimento do conceito de Imersão Social, mas sim, na constatação da autenticidade da economia frente às questões sociais, ou “des-imersão”. De certa forma, esse é um ponto que justificaria as observações de Beckert (2007) sobre a questão do foco da obra de Polanyi. Já para Granovetter (2007, p. 4) a questão da Imersão Social refere-se mais à premissa de que as relações econômicas estão imersas nas relações sociais. É o que ele aponta como “imersão do comportamento econômico”.

Granovetter (2007, p. 3-4) pontua que a visão “substantivista” de Polanyi de que a economia pré-mercantil estava enraizada em relações sociais e tenha se desvinculado delas na modernidade, não é aceita por muitos economistas que “afirmam, diferentemente, que a imersão em sociedades anteriores não era substancialmente superior aos baixos níveis encontrados em mercados modernos”, discurso que dá essência da visão formalista, como já tratado neste trabalho.

Entretanto, o pensamento de Mark Granovetter acerca da imersão, tem sido amplamente discutido e, em certos pontos, até criticado (BECKERT, 2007). Na concepção de Uzzi (1997), por exemplo, organizações podem ser “*underembedded*” ou “*overembedded*” e, assim sendo, seus resultados estariam ligados à sua capacidade de equilibrar-se entre esses diferentes graus de imersão. Alguns críticos apontam também que as concepções de Granovetter não consideram aspectos importantes da ação econômica como, por exemplo, questões de macroeconomia, cultura e política (SMELSER; SWEDBERG, 2005).

Mesmo diante de toda crítica às proposições de Mark Granovetter, no que se refere à imersão social, este estudo se propõe a desenvolver uma análise específica sob a perspectiva das colocações do referido autor. Conforme Gonçalves (2012, p.43), a proposta da Imersão Social “[...] ganha força diante das críticas por defender a ideia precípua de que as relações sociais, numa perspectiva de *embeddedness*, são a fonte da cultura e das decisões econômicas”. Assim sendo, esta pesquisa toma as propostas de Mark Granovetter no campo da Imersão Social, como meio para visualizar o problema proposto.

3.3 IMERSÃO SOCIAL DAS AÇÕES ECONÔMICAS: CONFIANÇA, MÁ-FÉ E ORDEM.

Normalmente, setores econômicos caracterizados por alta competitividade, perfazem um campo fértil para os estudos na linha da Imersão Social. O motivo principal é que, em geral, a Teoria Econômica hegemônica em setores competitivos, praticamente desconsidera a interferência da estrutura social (UZZI, 1997; BALDI, 2004). Para Granovetter (2007, p.10) “atores atomizados em mercados em competição interiorizam esses padrões normativos de comportamento de uma forma tão profunda que asseguram a ordem nas transações” (GRANOVETTER, 2007, p.10).

A Imersão Social apresenta-se, dentre outras essencialidades, como contraponto a esse pensamento da teoria econômica neoclássica, de que os indivíduos agem automaticamente, em conformidade aos condicionantes das forças do mercado. Trata-se, em última instância, de uma proposta de equilíbrio entre as visões sub e supersocializadas. A Imersão Social busca relacionar de que forma a estrutura social apresenta-se contingente à atividade econômica (GRANOVETTER, 2007; BALDI, 2004). Destaca-se, entretanto, que a visão de indivíduo atomizado não deixa de ser presente também nas proposições de Granovetter (BALDI, 2004).

Faz-se necessário observar que Granovetter (1992) apresenta a Imersão Social tanto no âmbito das relações estabelecidas entre atores isolados (relações díades), como nas relações construídas em estruturas formadas por grupos coesos de indivíduos. Diante dessa colocação, implica que na prática, as relações díades estabelecidas entre indivíduos cooperados, interferem, tanto no comportamento econômico em nível individual, como em nível grupal. Conforme aponta Baldi (2004, p. 39), “a ação econômica é afetada pelas relações particulares e pelos impactos cumulativos de todas as relações”, considerando que são estruturadas em rede.

Nesse ponto, Uzzi (1997) tece uma crítica contundente ao trabalho de Granovetter (1985), uma posição clara sobre a forma com que as redes efetivamente contingenciam a ação econômica. Gonçalves (2012) aponta que outra fonte de críticas dirigidas às obras do autor, advém do fato de elas não terem dado o devido destaque ao papel do Estado em seus estudos sobre Imersão Social.

Talvez, essa posição de Mark Granovetter perante o papel do Estado, esteja ligada à sua consideração de que as relações sociais permeadas pela confiança, seriam a fonte de ordem na economia, não havendo necessidade de intervencionismo político do Estado. Esse ponto será tratado com maior intensidade, posteriormente.

No que se refere à estrutura social, Granovetter (1992, 2005) considera que a mesma é constituída, principalmente, em forma de redes sociais, e essas afetam os resultados econômicos, especialmente por três motivos: a) as redes são fontes de informação; b) representam um campo seguro para a coleta dessas informações, devido às relações interpessoais estabelecidas; c) a confiança é presente nas relações dispostas em redes. Para Collet (2003, p. 3), “[...] a principal forma de diferenciação entre agentes dentro de um sistema social é a estrutura da rede social em que estão inseridos”.

O quadro 5 apresenta uma síntese dos aspectos estruturais de redes sociais, no âmbito da Imersão Social, segundo as propostas de Granovetter (2005).

Quadro 5 – Síntese dos aspectos estruturais de redes sociais na concepção de Granovetter (2005)

Aspectos	Detalhamento
Normas e densidade da rede	A intensidade da ligação entre atores sociais de uma rede (nós) define a facilidade do trânsito de informações e o estabelecimento de normas, que irão delinear o comportamento dos indivíduos da rede.
A força dos laços fracos	A troca de informações é mais intensiva entre atores que não são intimamente próximos. Atores muito próximos tendem a se fechar em grupos isolados (cliques) que se ligarão a outros através de laços fracos.
A importância dos “buracos estruturais”	Pessoas que possuem ligações simultâneas em grupos (ou redes) diferentes, perfazem um importante papel no sentido de serem “pontes” pelas quais se efetiva a troca de informações.
A interface entre ações econômicas e não econômicas.	Muito da vida social desenvolve-se ao redor de atividades não econômicas. Entretanto, essas atividades afetam contumaz as atividades econômicas. Essa ligação é a essência da Imersão Social

Fonte: elaborado pelo autor autor, com base em Granovetter (2005)

Segundo Gulati (1995) e Baldi (2004), há uma tendência natural para que os estudos voltados para Imersão Social ocupem-se da teoria de redes em seu

desenvolvimento. Contrariamente, Beckert (2007) afirma que a análise de redes não possibilita explicar como se estruturam os mercados. Acrescenta, ainda, que a análise de redes, de certa forma, privilegia as questões de mercado frente às questões sociais defendidas por Polanyi, o qual estaria na gênese dos estudos da Imersão.

Diante do exposto, torna-se evidente que, na base da constituição estrutural de uma Rede Social, estão as particularidades das relações estabelecidas entre indivíduos (díades). Granovetter (1973) atenta para o caso das ligações interpessoais, as quais denomina “laços”, que, por sua vez, são classificados segundo o grau de intensidade. Os “laços fortes” são constituídos com base em relações muito próximas (amigos íntimos, parentes), enquanto que os “laços fracos” possuem na sua base os relacionamentos entre conhecidos.

Referindo-se ainda aos laços, Granovetter (1973) chama à atenção para a força dos laços diádicos (relacionados a interações entre dois indivíduos – nível micro) para os estudos no campo da teoria sociológica. O autor tece críticas aos pesquisadores no campo da teoria sociológica, pela desatenção dos mesmos em referências aos laços diádicos. Considera que as relações estabelecidas em nível micro (entre indivíduos) é que definem os padrões em nível macro.

Na mesma linha de pensamento, Bögenhold (2013, p. 11) afirma que “ações sociais são constituídas por laços de contatos existentes, que são baseados em experiências sociais dentro de diferentes círculos sociais de comunicação.” Então, há necessidade de se considerar, não somente as relações díades, como também, a visão da estrutura formada pelo conjunto das relações.

Na pesquisa, o enfoque foi no sentido de buscar se, são principalmente as relações estabelecidas em nível micro, ou seja, entre cooperados. Por outro lado, isso não exclui o ato de verificar as configurações de relações macro que possam emergir da investigação.

De toda forma, para Granovetter (1973, 1992, 2007) as relações interpessoais entre atores sociais, estejam em redes ou não, interferem nas ações econômicas socialmente imersas e, por fim, definem a ordem da vida econômica. No entanto, observa-se que mercados pouco competitivos apresentam imperfeições que, de certa forma, colocam em cheque essa premissa. O fato retoma a questão das visões sub e supersocializada sob o ponto de vista econômico. A visão subsocializada desconsidera que interações pessoais sejam capazes de inibir ações

de má-fé. Contrariamente, a visão supersocializada pressupõe a existência da “confiança” como força inibidora do oportunismo, como se “acordos implícitos” socialmente, limitassem a ação individualista.

A “ordem”, “confiança” e “oportunismo” (ou má-fé) emergem, nos estudos de Granovetter (2007), como elementos que permeiam as relações díades estabelecidas por laços de diferentes intensidades. A confiança é entendida como um sentimento de segurança recíproca advindo da aproximação social entre autores que se relacionam há algum tempo. Já o oportunismo refere-se à possibilidade de numa relação díade, de um dos indivíduos agir em defesa dos interesses próprios, em detrimento do coletivo. A ordem é entendida, pelo autor, como o resultado legítimo da ação econômica.

Dos três elementos de Imersão Social citados por Granovetter (1992), a confiança ocupa local de destaque. Para o autor, esse sentimento se estabelece a partir de circunstâncias que permeiam as transações, no sentido garantir, aos atores envolvidos, que não haverá, de qualquer parte, atitudes de autointeresse.

Segundo Bögenhold (2013), os elementos de Imersão Social de Granovetter (1985) são intensivamente citados em investigações de Redes Sociais. Para o autor, a economia e a sociedade estão em constantes mudanças, as quais são melhor interpretadas por meio do estudo das interações (laços) entre os atores sociais que desenham as estruturas sociais.

Assim, a intensidade dos laços estabelecidos em relações díades, estrutura redes de relações e, em meio a elas, a confiança figura como elemento que inibe comportamentos de má-fé (GRANOVETTER, 2007; GULATI, 1995). Para Baldi (2004, p. 41), a confiança subentende que “[...] um sentimento de obrigação recíproca é criado entre os parceiros e como consequência eles se comportam lealmente”.

Para Gulati (1995), a base de estabelecimento da confiança está na intensidade das relações constituídas entre atores. No campo das organizações, o autor considera que a confiança surge como efeito de transações repetidas. Tal pensamento pode ser associado à posição de Granovetter (2007), quando afirma que “[...] relações econômicas contínuas tendem a revestir-se de conteúdo social carregado de grandes expectativas de confiança e abstenção de oportunismo”.

O argumento da imersão enfatiza, por sua vez, o papel das relações pessoais concretas e as estruturas (ou “redes”) dessas relações na origem da confiança e no desencorajamento da má-fé. [...] diferentemente de motivos puramente econômicos, as relações econômicas contínuas tendem a revestir-se de conteúdo social carregado de grandes expectativas de confiança e abstenção de oportunismo (GRANOVETTER, 2007, p.12).

Baldi (2004, p.42) complementa ainda, que “[...] tanto o passado compartilhado como a perspectiva de um futuro comum fornecem as bases para a confiança, assim como a possibilidade de interação futura limita as chances de se agir oportunisticamente”. Vê-se então, a necessidade da perspectiva temporal na análise da estrutura de relações estabelecidas. No caso das relações entre os indivíduos cooperados, buscou-se através das entrevistas, estabelecer essa ligação temporal.

Contudo, a impressão que se tem, é de que Granovetter (2007), assume uma posição supersocializada, quando admite que as relações pessoais representam um mecanismo quase único no estabelecimento da confiança, e esta, a determinante da ordem na vida econômica. Na verdade, o autor não se apresenta incauto nesse ponto.

Granovetter (2007, p. 26) não nega que as relações de poder possuem efetividade na mediação de conflitos de mercado. “A atenção às relações de poder é necessária para evitar que a ênfase no papel atenuante das relações sociais no mercado leve à subestimação do papel dessas relações nas situações de conflito”. Ou seja, o autor é cuidadoso em depositar crédito demasiado às relações sociais como único mecanismo de ordem no mercado, considera sim que isso poderia levar à improvidência.

De toda a forma, o autor se refere à confiança estabelecida e mantida por meio das relações sociais diretas ou indiretas, como um mecanismo regulatório, capaz de evitar atitudes oportunistas no mercado, mesmo sem instrumentos coercitivos.

Os estudos de Uzzi (1997) contemplam situações empíricas, em que a Imersão Social promoveu agilidade e ganhos transacionais superiores, à medida que as relações estabelecidas entre os atores envolvidos em transações, subsidiam o estabelecimento da confiança, que por sua vez, atua em substituição a instrumentos burocráticos (contratos por exemplo) de inibição da má-fé.

Por outro lado, apesar de apontar a essencialidade das relações pessoais na formação e manutenção da confiança, Granovetter (2005, 2007) adverte

para o fato de que a intensidade dessas mesmas relações sociais pode, paradoxalmente, em certos casos, proporcionar um contexto de alta confiança, o qual representaria oportunidades para o estabelecimento de condutas oportunistas, e enumera três motivos para essa possibilidade.

Primeiramente, o autor considera que a confiança interpessoal, estabelecida com base em relacionamento duradouro, pode gerar oportunidade de traição. Aponta que o motivo é justamente a imprevidência que permeia a relação entre dois atores unidos pela confiança, e complementa: “quanto maior for a confiança, maior é o potencial de ganho por meio da má-fé” (p. 14).

Um segundo aspecto apontado pelo autor, é que a confiança como elemento de coesão de grupos de indivíduos afins, pode gerar condições propícias a condutas de fraude e de força. Um exemplo, são grupos que empreendem em ações de suborno e cartéis. “Assim, as relações pessoais podem originar tanto grande confiança quanto grande má-fé” (p.14).

Por fim, um terceiro aspecto, é que as desordens advindas da má-fé e da força, estão ligadas ao padrão da estrutura da rede de relações. Se há uma proximidade muito expressiva entre os indivíduos (laços fortes), que leve à coesão de um grupo, tanto maior será a desordem advinda da atuação do grupo.

Dessa forma, Granovetter (2007, p.15) posiciona-se de maneira cuidadosa, no que se refere a considerar o peso das relações sociais no estabelecimento da confiança.

A abordagem da imersão para o problema da confiança e da ordem na vida econômica, portanto, se define entre a abordagem supersocializada da moralidade generalizada e a abordagem subsocializada dos dispositivos institucionais impessoais ao identificar e analisar padrões concretos de relações sociais.

Ao mesmo tempo, “sustenta que cada situação será determinada pelos detalhes da estrutura social” (GRANOVETTER, 2007, p.15), ou seja, justifica que cada estrutura social perfaz um campo particular de estudos, com especificidades próprias e, por isso, cada caso deve ser visto de forma única. Assim, as relações estruturadas por grupos de sujeitos, no âmbito da pesquisa, fazem parte de uma estrutura única, que compõe um campo justificável de estudos.

Collet (2003) avança ainda mais e afirma que “os agentes são diferenciados principalmente pela estrutura e história de sua rede social, com exclusão de outros atributos individuais”. Dessa forma, a escolha da Imersão Social

na perspectiva de Granovetter (1992, 2005, 2007), permitiu verificar as particularidades das relações sociais estudadas, sem a necessidade de se basear em generalizações teóricas prévias. Essa “liberdade” investigativa foi determinante para que subcategorias de análise emergissem das especificidades das relações estudadas e fossem incorporadas na proposta deste trabalho.

Para Gonçalves (2012), a confiança ocupa papel de destaque nos estudos do campo da Sociologia Econômica, em especial por seu caráter regulatório das ações econômicas. Entretanto, a literatura Econômica clássica ocupa-se, mais intensivamente, da propositura de dispositivos voltados ao controle do oportunismo, que propriamente ao estudo de mecanismos que construam a confiança. Por isso, as transações tendem a se revestir, intensivamente, de instrumentos de contenção da má-fé.

Granovetter (1992) considera que, sob o ponto de vista da Imersão Social, os indivíduos intendem em transações econômicas por considerá-las uma expressão natural do sentimento de confiança estabelecido entre atores. De certa forma, esse comportamento confiante gera um padrão comportamental em uma sociedade. Sobre esse fato, Granovetter (2007) sustenta que também o oportunismo pode advir das mesmas relações que estabelecem a confiança, causando desordenamento do padrão estabelecido.

Assim, há uma proximidade entre o contexto que propicia o estabelecimento da confiança e do oportunismo. A esse respeito, Granovetter (2007) aponta que as redes relacionais ocorrem na sociedade em diferentes níveis de atuação e em diferentes graus de relações, por isso, existem lacunas que abrem espaço para o surgimento de episódios de oportunismo, má-fé e desordem.

Outra questão que Granovetter (2007) enfatiza, é que, no caso da confiança estabelecida em relações pessoais próximas, há grande propensão de ocorrência de comportamentos oportunistas. Isso devido ao ambiente despreocupado que se concretiza entre os atores envolvidos. No caso das relações sociais estudadas, esse fator tem especial relevância, já que, a priori, as relações estabelecidas são resultado de grau de parentesco e/ou convívio muito próximo.

Considera ainda Granovetter (1992,2007), que o nível muito elevado de confiança que permeia grupos coesos, normalmente perfaz um campo passível de desordem em escala também elevada. Isso porque grupos coesos que tenham interesses oportunistas comuns agem em cartéis, ou seja, o resultado da força

grupais que tendem à desordem é muito superior que o de um indivíduo isolado. No âmbito da cooperativa envolvida neste estudo, a ocorrência de grupos coesos pode levar a resultados adversos no que se refere à inserção socioeconômica dos cooperados.

Por fim, o autor aponta para a forma como se estrutura uma rede de relações sociais e sua correlação com a desordem possível. A coexistência de grupos fracos mantém as forças equilibradas na rede, contudo, à medida que se estruturam, os embates em defesa de interesses específicos podem levar à desordem.

Em meio a essa discussão sobre as estruturas das relações sociais, as proposições de Lin (1999, 2005) apresentam-se convenientes. Segundo Misoczky (2009), a obra deste autor tem grande proximidade com a linha de pensamento de Granovetter (1973, 1992, 2007).

Referindo-se à natureza das relações sociais, Lin (1999, 2005) considera que, essas são estabelecidas em nível de interações individuais e, que os estudos de “redes baseados na teoria do capital social, reconhecem padrões importantes das relações sociais” (LIN, 2005, p. 12). Partindo-se dessa premissa, as relações díades estabelecidas entre indivíduos, se configuram como unidade básica de análise para os propósitos deste trabalho.

Para Lin (2005), as relações entre indivíduos variam de acordo com a intensidade e, a reciprocidade estabelecidas nos laços e, identifica três camadas diferentes que possibilitam qualificar essas relações. O Quadro 6 apresenta de forma sintética as características de cada camada.

A camada interna representa as relações estruturadas por sentimentos mais fortes (entre parentes ou conhecidos muito próximos), onde há implícito, a necessidade de retribuição de trocas e serviços entre os indivíduos. A camada intermediária é onde estão estruturadas as relações baseadas em ligações afetivas não tão intensas, onde os laços são mantidos em um “circulo social” com indivíduos que possuem interesses semelhantes. A camada externa é caracterizada pela presença de organizações que delineiam o contexto das relações entre os indivíduos que assimilam essas “regras” pelo sentimento de pertença ao grupo (LIN, 2005).

Quadro 6 – Camadas de relações sociais diferenciadas em termos de Intensidade e reciprocidade

CAMADA	BASE	CARACTERÍSTICAS
Interna	<ul style="list-style-type: none"> • Relações íntimas de confiança 	<ul style="list-style-type: none"> • compartilham sentimentos de apoio mútuo • reciprocidade intensa • laços fortes e rede densa, normalmente parentes e confidentes
Intermediária	<ul style="list-style-type: none"> • Interesses compartilhados 	<ul style="list-style-type: none"> • típica a maioria das relações sociais • mistura laços fortes e fracos • nem sempre há ligações diretas entre indivíduos • indivíduos compartilham informações e recursos
Externa	<ul style="list-style-type: none"> • Adesão e identidade partilhada 	<ul style="list-style-type: none"> • relações mediadas por uma coletividade ou instituição que fornece o contexto da adesão (igreja, clã, clube) • indivíduos não interagem necessariamente entre si

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados de Lin (2005)

Ainda nas considerações de Lin (2005), a forma como que essas camadas de relações servem aos indivíduos que as compõem, depende exclusivamente dos interesses e dos fins que esses indivíduos visualizam. Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que, as relações estabelecidas entre os cooperados, são permeadas por interesses individuais, o que na visão de Granovetter (1985, 2007), é fonte de emersão dos elementos confiança, oportunismo e ordem, que pautam as ações econômicas dos indivíduos.

Em conclusão à seção, verifica-se que Granovetter (2007) apresenta a confiança, como mecanismo de estabelecimento de ordem na vida econômica. Considera que a forma como se estruturam as relações sociais estabelecidas entre indivíduos está na base do estabelecimento da confiança e que, paradoxalmente, o contexto de confiança excessiva pode ser propício à instalação de condutas oportunistas.

Entretanto, a questão que se levanta diante dessas considerações é: As proposições de Granovetter não se qualificam essencialmente como supersocializadas? Esta indagação sustenta algumas críticas (GULATI, 1995; COLLET, 2003; BECKERT, 2007) às considerações de Granovetter sobre a Imersão Social.

Todavia, Granovetter (2007) se autodefine em uma posição particular de análise da Imersão Social, à qual identifica, medianamente, entre a posição supersocializada substantivista e a subsocializada formalista. Nessa questão, percebem-se evidências em seu trabalho, à medida que se mostram

presentes, elementos próximos do formalismo de Adam Smith, como a conduta racional e atomizada de indivíduos. Ao mesmo tempo, destacam-se aspectos substantivistas, mais próximos das concepções weberianas, como as considerações sobre a ação econômica socialmente situada.

Diante do exposto, a Imersão Social na perspectiva de Granovetter (2007), figura como diretriz teórica desta pesquisa, no âmbito da instrumentalização, para análise das ações econômicas empreendidas pelos cooperados.

4 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos estão descritos em tópicos, obedecendo à seguinte ordem: delimitação epistêmica; estratégias metodológicas; sujeitos da pesquisa; técnica de coleta de dados; técnica de análise de dados e limites da pesquisa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO MÉTODO E ESTRATÉGIAS DE PESQUISA

No que diz à explicação da posição de epistemológica orientadora do estudo, a ideia de adoção de paradigmas por Burrell e Morgan (1979) auxiliou preliminarmente, porque significa um conjunto de “crenças” que orientou a ação da investigação. Existem outros estudos recentes, sob diferentes perspectivas e questionamentos dos, ou quanto ao uso de, paradigmas. Entretanto, utilizou-se esse trabalho como ponto de partida, preliminar e não definitivo, devido à sua volumosa identificação em pesquisas dos estudos organizacionais, tornando-se referência, seja para a sua utilização e defesa, ou para a crítica.

O estudo se contextualiza em um mundo real de caráter sistêmico e com certa relação de causa e efeito. Isso o torna em algum grau, mais próximo do objetivismo de mudança incremental, pois que também se apresenta “[...] pelo interesse em dar explicações do status quo, da ordem social, da integração social, da solidariedade, e da necessidade de satisfação e atualização” (BURRELL; MORGAN, 1979, p.17).

Por outro lado, não houve uma necessidade determinista por escolha de um paradigma dos propostos pelos autores, dada a perspectiva lato assumida. Isto porque o estudo também tem a qualidade de ser incremental e contínuo; é o que pode ser visto a partir do tema e problema com a revisão de literatura, em que se abrem os históricos dos conceitos centrais e vão se desenvolvendo em direção até o encontro de categorias teóricas.

Está no trabalho a percepção de tempo e da crítica no desenvolvimento dos conceitos, sem aquela ideia de “fotografia” neutra do real. Além disso, a estratégia de pesquisa promoveu subcategorias que pudessem surgir do campo para dados primários, através dos relatos de comportamentos, sentimentos,

percepções que têm significados para os entrevistados. Isso, que será apresentado adiante, conferiu a qualidade de outro paradigma, aquele em que a realidade é produto da experiência subjetiva pessoal e entre indivíduos, o que se corrobora nas análises que visam à compreensão dessas subjetividades. O estudo assim converge para uma abordagem multiparadigmática.

Ante essa delimitação epistêmica, é possível considerar que a Nova Sociologia Econômica, a Imersão Social e o Cooperativismo Solidário, que figuram na diretriz teórica deste estudo, mostram-se coerentemente alinhados à essência do *status* epistemológico apresentado. De modo especial, são teorias que partem do princípio de uma realidade social concreta e empiricamente constatável, mas que também consideram a subjetividade do sujeito como parte constituinte dessa realidade.

4.1.2 ESTRATÉGIAS DA PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada segundo a abordagem qualitativa. Para Gibbs (2009, p. 8), abordagem qualitativa de pesquisa busca, “[...] esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta, o que estão fazendo ou o que está lhe acontecendo em termos que tenham sentido e que ofereçam uma visão rica.”

Especificamente, a concepção de Gibbs (2009, p.8) vem ao encontro da realidade estudada na Coopermarka, que possui seu meio de atuação disposto no cotidiano da vida social “lá fora”, mas as interações entre indivíduos “de dentro” é que definem a construção do cotidiano. Também Minayo (2010), considera que a abordagem qualitativa se destina ao estudo das questões que envolvem relações humanas. Por conseguinte, não devem ser quantificadas já que denotam valores, crenças e atitudes.

A estratégia de pesquisa utilizada foi o Estudo de Caso, em especial por buscar responder como e porque os fenômenos sociais ocorrem, atendendo assim, a questão problema que baliza o desenvolvimento deste estudo.

Segundo Yin (2001, p. 19),

[...]os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

O mesmo autor considera ainda que “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32).

Quanto ao enfoque, o Estudo de Caso é de cunho exploratório-descritivo. Descritivo por considerar categorias teóricas já institucionalizadas para análise dos fenômenos relacionais observados, e exploratório no sentido de considerar novas categorias analíticas que provenham das entrevistas e da observação da realidade social no ambiente da Coopermarka.

Nas considerações de Yin (2001, p. 24), a definição pelo uso de um estudo de caso descritivo baseia-se principalmente no fato de que este parte de bases teóricas já estabelecidas, no campo, para analisar fenômenos explícitos. Já em estudos exploratórios, considera-se a possibilidade de emergência de novas proposições teóricas advindas da fase empírica da pesquisa.

As relações sociais que serão investigadas, estabelecidas entre os cooperados da Coopermarka, demandam um grau de detalhamento que a pesquisa descritiva se propõe a atender, dentro das peculiaridades de cada conjunto de atores que estabelecem relações entre si, de onde emergem episódios de confiança e oportunismo. De acordo com Yin (2001, p. 22), o Estudo de Caso descritivo consegue captar “a sequência de eventos interpessoais ao longo do tempo, descreve uma subcultura que raramente foi tópico de estudos anteriores e descobre seus fenômenos-chave [...]”.

Por outro lado, o mesmo autor também considera que a teoria preestabelecida pode não conseguir abarcar toda a complexidade que surge dos fenômenos sociais observados. Nesse ponto, a combinação com a pesquisa exploratória possibilitou resultados mais consistentes de análise.

4.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE E UNIDADE DE ANÁLISE

Para alinhar com o método de análise proposto, a definição das categorias de análise foi realizada com vistas a atender o escopo que se propõe o trabalho, ou seja, verificar a inserção socioeconômica dos cooperados da

Coopermarka, sob as influências de suas ações econômicas imersas em relações sociais.

Segundo Bardin (2011), as categorias podem ser definidas de acordo com um trecho da teoria (categoria preliminar), ou mesmo um trecho de uma fala (categoria emersa) ou, ainda, de acordo com a percepção do pesquisador, tendo por base sua proximidade com o tema estudado.

Primeiramente, no Quadro 7 está descrita a série de categorias genéricas e preliminares, extraídas da teoria de base deste trabalho. As genéricas representam grandes grupos classificatórios que, devido à sua expressividade analítica, balizaram a primeira classificação dos dados da pesquisa. As subcategorias designadas como preliminares referem-se a parâmetros de codificação definidos, a priori, que moldaram as classificações a miúdo dos dados.

Quadro 7 - Categorias genéricas e preliminares de análise dos dados

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS GENÉRICAS	CATEGORIAS PRELIMINARES	AUTORES
a) Identificar evidências da inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka.	Inserção	-Tipificação -Intensidade e reciprocidade relacional.	(LIN, 2005); (LIN, 1999); (MISOCZKY, 2009); (SACHS, 2004)
b) Identificar ações econômicas empenhadas pelos cooperados – enquanto iniciativa cooperativa – para eles ou para a Coopermarka.	Confiança	- Facilidade transacional. - Ação moral permeada pelos laços estabelecidos.	(GRANOVETTER, 1973, 1992, 2007)
c) Averiguar a influência dessas ações econômicas na efetivação da inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka.	Oportunismo	-O risco de ação individualista. -Traição advinda da confiança. - Ações por interesses próprios.	(GRANOVETTER, 1992, 2007) (LIN, 2005)
d) Analisar sob a perspectiva de Granovetter (2007), a presença dos elementos de Imersão Social na constituição dessas ações econômicas.	Ordem	- Estruturas de governança. - Ausência de autoridade pura. - Relações de poder. -Imersão: o peso das relações sociais nas ações individuais.	(GRANOVETTER, 1992, 2007)

Fonte: elaborado pelo autor

O processo de pesquisa também foi elaborado para que novas categorias ou subcategorias sejam identificadas durante a aplicação da técnica de Análise de Conteúdo, eleita para análise dos dados da pesquisa. Faz-se importante

pontuar, que a base de análise é composta pelas relações sociais estabelecidas pelos cooperados da Coopermarka.

Em caráter complementar, porém não menos importante, algumas categorias de análise emergiram dos dados coletados e devido à sua relevância, foram consideradas de acordo com as prerrogativas da própria Bardin (2011), que prevê esse tipo de ocorrência. Assim, o Quadro 8 sistematiza as categorias de análise emergidas dos dados, em consonância com cada objetivo específico a que estão ligadas e também os respectivos autores que serviram de sustentação teórica para análise.

Quadro 8 - Categorias emergidas da análise dos dados

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS GENÉRICAS	CATEGORIAS EMERSAS	AUTORES
a) Identificar evidências da inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka.	Inserção	-A vida antes e após a catação. -Percepção de segurança social e econômica.	(SACHS, 2004) (LIN, 2005)
b) Identificar ações econômicas empenhadas pelos cooperados – enquanto iniciativa cooperativa – para eles ou à Coopermarka. c) Averiguar a influência dessas ações econômicas na efetivação da inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka. d) Analisar, sob a perspectiva de Granovetter (2007), a presença dos elementos de Imersão Social na constituição dessas ações econômicas.	Confiança	-Ações cooperativas -Sentimento de pertença ao grupo.	(SINGER, 2002, 2004)
	Oportunismo	-	
	Ordem	-Ações organizacionais da cooperativa contra a má-fé	(GAIGER, 2007, 2012, 2013)

Fonte: elaborado pelo autor

Portanto, a junção das categorias estabelecidas a priori (Quadro 7) e das que emergiram da análise dos dados (Quadro 8), compõem a totalidade das categorias de análise de dados utilizadas nesta pesquisa, dispostas em detalhes no Quadro 9.

Destaca-se que, seguindo as especificações de Câmara (2013) acerca do desenvolvimento da técnica de Análise de Conteúdo, definiu-se como critério de escolha das categorias de análise (preliminares e emergidas), aquelas cujos

temas específicos ocorressem nas transcrições, em três ou mais entrevistas. Sendo assim, do total de seis entrevistas, a incidência em 50% ou mais.

Quadro 9 - Total de Categorias de análise dos dados

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS DE ANÁLISE			AUTORES
	GENÉRICAS (TEORIA)	PRELIMINARES (TEORIA)	EMERSAS (DADOS)	
a) Identificar evidências da inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka.	Inserção	-Tipificação -Intensidade e reciprocidade relacional.	-A vida antes e após a catação. -Percepção de segurança social e econômica.	(LIN, 2005); (LIN, 1999); (MISOCZKY, 2009); (SACHS, 2004)
b) Identificar ações econômicas empenhadas pelos cooperados – enquanto iniciativa cooperativa – para eles ou para a Coopermarka.	Confiança	- Facilidade transacional. - Ação moral permeada pelos laços estabelecidos.	-Ações cooperativas -Sentimento de pertença a um grupo.	(GRANOVETTER, 1973, 1992, 2007) (SINGER, 2002, 2004)
c) Averiguar a influência dessas ações econômicas na efetivação da inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka.	Oportunismo	-O risco de ação individualista. -Traição advinda da confiança. - Ações de interesses próprios.	-	(GRANOVETTER, 1992, 2007) (LIN, 2005)
d) Analisar, sob a perspectiva de Granovetter (2007), a presença dos elementos de Imersão Social na constituição dessas ações econômicas.	Ordem	- Estruturas de governança. - Ausência de autoridade pura. - Relações de poder. -Imersão: o peso das relações sociais nas ações individuais.	-Ações organizacionais da cooperativa contra a má-fé	(GRANOVETTER, 1992, 2007) (GAIGER, 2007, 2012, 2013)

Fonte: elaborado pelo autor

Não há parâmetros na teoria que sustente este critério. Mas, a citação de que há necessidade de definir um critério que, no caso, se fez com base na percepção do pesquisador. Entretanto, as falas isoladas que foram consideradas fortemente correlacionadas ao tema chave da pesquisa, também foram igualmente consideradas para análise dos resultados, ainda que não classificadas em uma categoria definida.

No que se refere à Unidade de Análise, buscando atender aos objetivos propostos nesta pesquisa, considerou-se apropriado e factível, que a unidade de análise seja composta pelo conjunto das relações sociais desenvolvidas pelos cooperados da Coopermarka.

No âmbito da pesquisa qualitativa, a estratégia do Estudo de Caso apresenta-se, na concepção de Goode e Hatt (1968, p.422), como um “[...] meio de

organizar os dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado [...]” ou seja, a unidade de análise é considerada na sua individualidade. Ainda os mesmos autores, complementam que a unidade de análise pode ser representada por “[...] uma pessoa, uma família ou um grupo social, um conjunto de relações ou processos [...]”

Segundo Yin (2001, p. 19), nas prerrogativas de um Estudo de Caso, o “caso” é composto pela unidade de análise que se pretende verificar. Desta forma, o conjunto das relações sociais estabelecidas entre os cooperados da Coopermarka, perfaz o caso a ser estudado.

4.3 SUJEITOS DA PESQUISA

A Coopermarka – Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos Urbanos da região Norte do Paraná, não perfaz propriamente um sujeito desta pesquisa, mas o ambiente onde se desenrolam as relações sociais estudadas. Assim sendo, é aqui apresentada e descrita apenas para situar o leitor.

Ela está estabelecida desde 2009, sendo o ato de sua constituição já estudado sob as premissas da Teoria da Imersão Social de Granovetter (1985), em Dissertação de Mestrado, conforme trabalho realizado por Gonçalves (2012). Contudo, desde seu primeiro estatuto, a cooperativa passou por transformações, principalmente no âmbito da estrutura das relações sociais que permeiam seus membros cooperados. Porquanto, é razoável referir-se à mesma cooperativa, porém, com outra nomenclatura.

Uma vez constituída, a Coopermarka desenvolveu-se ao longo dos anos, estabelecendo-se no rol das cooperativas do segmento, como a maior, mais antiga e melhor estruturada organização regional do seu ramo de atuação. Ganhou experiência e maturidade nas relações comerciais que estabelece no mercado. Todavia, a cooperativa se denomina uma iniciativa de Economia Solidária, porquanto se espera que atue segundo as premissas desse modelo. Todos esses fatores foram determinantes na escolha dessa organização como campo onde se desenvolvem o conjunto de relações sociais, que é a última fronteira que perfaz a unidade de análise desta pesquisa.

Conforme registros da Coopermarka, a cooperativa foi composta por 102 integrantes, por ocasião de sua fundação. Atualmente, conta com mais de 250 cooperados, sendo que desses, 90% são do sexo feminino. O padrão médio de escolaridade entre os cooperados é de primeiro grau incompleto. Entretanto, existem cooperados que já possuem o segundo grau, e intendem ao curso superior. No início, predominavam pessoas com idade mais avançada, sendo que atualmente, há um equilíbrio entre jovens, adultos e idosos.

A retirada mensal de cada cooperado chega a R\$1.300,00, ante os R\$300,00 que ganhavam em média, na catação autônoma. No início do ano de 2015, a Coopermarka fez uma parceria com uma empresa do ramo de recicláveis, para operar uma máquina específica para processar isopor, e passou a ser a única cooperativa do interior do Paraná, com capacidade de uso da tecnologia. A Coopermarka possui alguns projetos em estudo, para levantar a viabilidade técnica e econômica de industrializar produtos, cujos insumos que, originam-se da própria reciclagem.

No entanto, tendo em vista o conjunto de organizações com as quais a Coopermarka estabelece alguma conexão (Prefeitura, fornecedores, compradores, moradores), é possível que atores desses organismos constituam relações sociais com os atores cooperados da Coopermarka. Com isso, essas relações podem interferir, ativamente, na definição da ordem de suas ações econômicas e, conseqüentemente, no resultado da inserção socioeconômica dos cooperados. Entretanto, durante a coleta de dados, não se observou relevância nessas ocorrências que justificasse maior atenção, considerando-se o escopo desta pesquisa.

Na impossibilidade prática de captar, registrar e analisar a totalidade das relações estabelecidas entre todos os cooperados, e considerando ainda, que este fato não interfere nas prerrogativas de uma pesquisa qualitativa, as entrevistas foram realizadas com seis cooperados² de dois diferentes entrepostos, sendo: a) três cooperados que atuam nas mesas de segregação do material, em dois entrepostos. b) dois cooperados que estão ligados à comercialização dos materiais

² A grande maioria dos integrantes da Coopermarka (cerca de 90%) são do gênero feminino. Então a palavra “cooperado”, bem como as demais empregadas no masculino, serão utilizadas com intuito de abarcar todas as pessoas que participam da cooperativa, independente do gênero.

segregados. c) um cooperado que atua diretamente na coleta dos materiais nas ruas.

A decisão foi em direção a um rol de cooperados escolhidos que representassem as diferentes realidades existentes dentro da Coopermarka. Assim, buscou-se, nas entrevistas, captar as relações sociais estabelecidas no escopo de cada conjunto específico de atores que desempenham funções diversas na organização, portanto podem apresentar comportamentos diferentes, com objetivos diferentes, que pautam suas ações econômicas.

Entretanto, por questão de coerência com a proposta metodológica, outros elementos não previstos na teoria de base, emergiram na coleta de dados, e foram inseridos oportunamente nas categorias de análise.

Assim sendo, no Quadro 10 demonstra-se a relação de indivíduos que foram considerados elementos representativos dos grupos específicos. No âmbito de cada indivíduo escolhido, buscou-se detectar as ocorrências dos elementos confiança e oportunismo que apresentam importância analítica segundo o escopo desta pesquisa.

Quadro 10 – Quadro de indivíduos escolhidos para as entrevistas

Organização	Ocupação	Elemento(s) da Imersão Social
E1	Gerente de Vendas e Segregação	Confiança, Oportunismo e Ordem
E2	Segregação – Entrepósito 1	Confiança, Oportunismo e Ordem
E3	Segregação – Entrepósito 1	Confiança, Oportunismo e Ordem
E4	Negociador de vendas	Confiança, Oportunismo e Ordem
E5	Catação de rua	Confiança, Oportunismo e Ordem
E6	Segregação – Entrepósito 2	Confiança, Oportunismo e Ordem

Fonte: elaborado pelo autor

Apesar de atender às proposições deste trabalho, o número de entrevistados perfaz um limite do mesmo, bem como, um indicativo para continuidade futura da pesquisa. Ainda que tenha alcançado a representatividade dos diferentes grupos de trabalho no âmbito da cooperativa, ressalta-se que a ampliação do número de entrevistados, poderia proporcionar a emergência de novos dados, aumentando a abrangência de análise da pesquisa.

4. 4 ENTREVISTAS DE SONDAGEM

Buscando proporcionar maior sustentação empírica à confecção dos questionários para coleta de dados primários, foram realizadas entrevistas prévias de sondagem. Segundo Yin (2001), a comunicação figura dentre os meios de obtenção de dados primários, como o caso das entrevistas. Considera ser conveniente que a formulação de questões envolvidas numa entrevista, tenha como ponto de partida pressupostos previamente observáveis.

Assim, posto que a Coopermarka se autocaracteriza atuante segundo os princípios basilares do cooperativismo, nas premissas da Economia Solidária, pressupõe-se que nesse caso a questão social viria a priori. Para essa constatação, realizaram-se três entrevistas prévias a título de sondagem. O foco foi levantar a importância que os cooperados da Coopermarka dispensam à questão de seus resultados econômicos. O quadro 11 detalha a realização dessa sondagem.

Quadro 11 – Entrevistas de sondagem – cooperados da Coopermarka

Ator³	Ocupação na cooperativa	Data da entrevista	Local
Ea	Diretor	14 de março de 2014	Sede da Coopermarka
Eb	Cooperado	14 de março de 2014	Sede da Coopermarka
Ec	Cooperado	14 de março de 2014	Sede da Coopermarka

Fonte: elaborado pelo autor.

As entrevistas foram realizadas na modalidade presencial, seguindo um roteiro semiestruturado, sendo as falas gravadas em meio eletrônico. Os atores entrevistados (Quadro 11) foram escolhidos segundo sua ocupação na cooperativa, sendo o ator dirigente, por estar envolvido, diretamente, com as questões financeiras da cooperativa e os atores demais cooperados escolhidos, aleatoriamente, com intuito de captar a visão do cooperado padrão.

Por se tratar de entrevistas de sondagem para uma questão específica, previamente estabelecida, não houve maior detalhamento das mesmas. Entretanto, destaca-se que, dentre as perguntas feitas nas entrevistas, duas estão diretamente ligadas a questões econômicas: 1) - Você tem preocupações quanto à permanência no mercado e à prosperidade da cooperativa? Quais? – 2) Quais dificuldades você percebe que a cooperativa enfrenta, hoje, para permanecer no mercado?

³ Indivíduo entrevistado, sendo respectivamente Ea (entrevistado “a”) Eb (entrevistado “b”) e Ec (entrevistado “c”).

Diante do que se esperava obter nas respostas, destaca-se que o resultado econômico da cooperativa foi citado nas três entrevistas, como sendo o ponto que demanda as maiores preocupações no cotidiano dos cooperados da Coopermarka. Tendo por base essa constatação, considera-se que, efetivamente, a questão econômica está imbricada nas relações que envolvem os cooperados da Coopermarka.

4.5 COLETA DOS DADOS E ENTREVISTAS

Para Yin (2001), a escolha de um procedimento científico para coleta de dados se faz essencial para Estudos de Casos, principalmente pelo seu caráter empírico. Dada essa importância, decidiu-se pela utilização do método de “Análise Inter-relacional”, de Tichy, Tuschman e Fombrum (1979), conforme descrito no Quadro 12.

O Quadro 12, refere-se ao trabalho de Tichy, Tuschman e Fombrum (1979), e detalha alguns métodos para a coleta de dados, que serviram de guia para a escolha da opção mais propícia para este estudo. Os pontos fracos apontados para o método inter-relacional não inviabilizam a escolha.

Na perspectiva de Tichy, Tuschman e Fombrum, (1979), este método oportuniza analisar conjuntos de relações (podendo ou não se caracterizarem redes) direcionando o foco para as especificidades de cada relação estudada. Para este trabalho, em específico, as relações díades interferem no âmbito das ações econômicas individuais, impetradas pelos cooperados em busca de objetivos comuns (confiança) ou em benefício próprio (oportunismos), o que alteraria o resultado (ordem) com a inserção socioeconômica de cada cooperado.

Esse procedimento científico permite estabelecer fluxos de “informações ou influências”, e assim determinar redes de interações.

Para Yin (2001, p. 105), existem, basicamente, seis fontes principais de evidências que podem ser utilizadas, isoladamente ou em combinação, a saber: “documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos”. Para este trabalho, optou-se pelo uso combinado das técnicas de entrevistas semiestruturadas, análises documentais e observações

não participantes. Assim, complementa-se o procedimento de coleta de dados escolhido.

Quadro 12 – Métodos específicos de coletas de dados

MÉTODO	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Análise Posicional	<ul style="list-style-type: none"> • Fácil Acesso 	<ul style="list-style-type: none"> • Menos Precisa • Necessita ser usada com outros métodos
Análise Reputação Atributiva	<ul style="list-style-type: none"> • Simplicidade no design e na coleta de dados • Pode lidar com várias redes • Dimensão limitada da Amostra 	<ul style="list-style-type: none"> • Apenas para redes percebidas • Efeito bola de neve com a arbitrariedade • Sem método para escolher as questões certas • Confiabilidade dos dados
Análise de Decisão	<ul style="list-style-type: none"> • Reconstruir redes • Pode lidar com várias redes • Questão específica 	<ul style="list-style-type: none"> • Ignora a influência sutil e indireta • Definição das principais questões • Escolha de temas importantes • Problemas com a gestão do efeito “bola de neve” para amostragem
Análise Inter-relacional	<ul style="list-style-type: none"> • Benefícios de todas as abordagens acima • Fácil de coletar • Confiabilidade dos dados 	<ul style="list-style-type: none"> • Definição dos limites • Necessidade de alta taxa de retorno • Caro para gerenciar e administrar • Requer alto grau de comprometimento do respondente e alta confiança

Fonte: Tichy, Tuschman e Fombrum (1979) (tradução nossa)

Na busca de explicitar elementos específicos advindos de relações sociais estabelecidas entre indivíduos, foco deste trabalho, as dificuldades foram no sentido de conseguir que os entrevistados se sentissem confiantes, a ponto de se expressarem na profundidade pretendida. Desta forma, a obtenção das informações necessárias para se observar os elementos confiança, oportunismo e ordem, no espaço das ações econômicas dos cooperados, revestiu-se de tarefa adversa, como previsto no projeto da pesquisa.

A partir desse pressuposto, a adoção da técnica da entrevista se apresentou adequada para a coleta dos dados necessários para satisfazer à questão problema. Segundo as considerações de Minayo (2008), pode-se esperar que no ato das entrevistas que são a expressão da própria realidade social, aflorem naturalmente as circunstâncias que denotem os elementos de Imersão Social.

Considerou-se que haveria uma grande heterogeneidade situacional dentre os indivíduos convidados às entrevistas, pois fazem parte de diferentes realidades na Coopermarka. Assim, possivelmente defenderiam interesses diversos, então, se fez essencial escolher um modelo de entrevista naturalmente flexível.

Porquanto, realizou-se entrevistas semiestruturadas, dentro dos preceitos de Yin (2001).

Mesmo baseando-se em um roteiro, a entrevista semiestruturada prevê um grau de adequação no momento de sua realização. Isso permitiu ao entrevistado expressar-se de forma mais desinibida, o que contribuiu também, para a obtenção de elementos inéditos ao escopo pretendido no trabalho.

Buscou-se um compromisso de autenticidade das falas expressas nas entrevistas, e para tanto, o registro das entrevistas pelo método de gravação direta em mídia eletrônica foi utilizado, com o prévio consentimento do entrevistado. As entrevistas foram transcritas num total de 66 páginas, de onde foram retirados os dados necessários para as análises.

4.6 ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise de documentos foi utilizada, a priori, como fonte de obtenção de registros históricos, que serviram somente de apoio às menções surgidas ao longo das entrevistas. Quanto ao processo de constituição da Coopermarka, foi exaustivamente descrito no trabalho de Gonçalves (2012), o qual foi referência para esta pesquisa. Assim, optou-se por não explorar novamente dados históricos, posto que, diante dos objetivos específicos em função do problema, não se verificou essa necessidade.

O principal documento consultado foi a ata de constituição da cooperativa, em especial para corroborar a real proposta de ação da Coopermarka.

De acordo com a perspectiva de Yin (2001, p. 109) “o uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes”. No entanto, o foco das entrevistas foi a explicitação de episódios estabelecidos a nível relacional entre indivíduos, que raramente são documentados. Assim sendo, não se verificou qualquer fato relatado que fosse passível de uma comprovação documental.

Consideram-se também as proposições de Yin (2010, p. 128), de que os “documentos devem ser usados, cuidadosamente, e não devem ser aceitos como registros literais dos eventos ocorridos”. Seriam, pois, complementares às

entrevistas, mas, não se observou a possibilidade de cruzar informações obtidas, de relações díades e documentos estabelecidos.

Todavia, a análise de documentos poderia ainda ser fonte de informações não previstas, como “por exemplo, observando a lista de distribuição para um documento específico, pode encontrar novas questões sobre as comunicações e as redes em uma organização”. No entanto, essas novas possíveis informações seriam aceitas apenas como “indícios” a serem investigados, e de forma alguma, consideradas como fatos por si (YIN, 2010, p. 130).

4.7 ANÁLISE OBSERVACIONAL

Mesmo diante dos dados físicos levantados, buscando alinhar-se à proposta de Yin (2010) acerca da importância das percepções do pesquisador, procurou-se-se compartilhar dados de cunho perceptivo.

As seis entrevistas foram realizadas no dia 12 de dezembro de 2014, com o acompanhamento do período completo de trabalho dos cooperados de dois entrepostos que compartilham o mesmo endereço. No decorrer desse dia, o pesquisador presenciou o horário de almoço dos cooperados, bem como o lanche da tarde.

Essa experiência possibilitou observar, em parte, comportamentos e atitudes que exprimem o clima relacional entre os cooperados, tanto durante a realização dos trabalhos como nos intervalos. Assim, ao longo da análise dos resultados, sempre que oportuno e relevante, inseriram-se comentários baseados na percepção do pesquisador.

4.8 ANÁLISE DOS DADOS

O estabelecimento de diretrizes que parametrizam a coleta dos dados para esta pesquisa, se mostra tão essencial quanto a escolha de instrumentos que promovam uma análise apropriada desses dados. Para tanto, optou-se pelo uso da técnica de “Análise de Conteúdo” proposta por Bardin (1997).

De acordo com Câmara (2013), a técnica de Análise de Conteúdo se mostra bastante adequada em pesquisas qualitativas e tem sido constantemente

utilizada em pesquisas de cunho social aplicadas às organizações. A seção seguinte apresenta as principais peculiaridades da técnica para efeito da pesquisa, bem como o seu processo de operacionalização.

4.8.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Longe de ser um instrumento, trata-se de “um conjunto de técnicas de análise de comunicação” que possui, basicamente, duas funções complementares: “função heurística” que proporciona maior “propensão à descoberta” e função de “administração da prova” que busca confirmar ou infirmar pressupostos de partida da investigação (BARDIN, 1977, p. 30- 31).

A análise de conteúdo contempla características que tornam possíveis a descrição das informações contidas nas mensagens, de forma objetiva e sistemática (BARDIN, 1977). Mostra-se, assim, perfeitamente adequada à satisfação das pretensões analíticas deste trabalho. Permite também, extrair o conteúdo mais subjetivo das entrevistas, não apenas pelas informações que se revelam superficiais, mas pelo íntimo das mensagens passadas.

Conforme Câmara (2013), a técnica de Análise de Conteúdo contempla, basicamente, três fases, as quais foram adotadas e executadas rigorosamente, sendo:

1) Na primeira fase, foi realizada a pré-análise, que, no caso das entrevistas, envolveu sua realização e transcrição. Criteriosamente, obedeceu-se à fidelidade máxima das falas, bem como a representatividade dos entrevistados diante do conjunto de sujeitos avaliados e, também, a pertinência das questões propostas com o tema da pesquisa.

2) Na segunda, o material transcrito foi explorado. Nesse ponto buscou-se definir um procedimento de codificação, através de categorias analíticas, que permitiriam agregar recortes afins das entrevistas e classificá-los segundo sua relevância, considerando, por exemplo, a contagem de suas ocorrências ao longo das entrevistas. Essa definição foi adotada para possibilitar a segregação dos recortes das falas, em blocos específicos de categorias de análise, obedecendo-se estritamente a proposta de cada categoria. Para Câmara (2013) as categorias podem ser componentes das teorias utilizadas na pesquisa ou podem advir das falas registradas nas entrevistas.

3) Na terceira fase do tratamento dos resultados, procurou-se através de inferências (segundo as categorias eleitas), dar relevo para os pontos das falas, em que se destacam conceitos e proposições que transmitissem a significância dos conteúdos analisados.

Durante todo esse processo que estrutura a Análise de Conteúdo, fez-se necessário recorrer às diretrizes do Referencial Teórico da pesquisa específica, que deu sustentação e significação para os resultados alcançados. Na subseção Categorias de Análise, definiram-se os critérios utilizados na estruturação das mesmas.

De acordo com Câmara (2013), a segunda fase da aplicação da técnica de Análise de Conteúdo, envolve a codificação das falas transcritas. Nesta pesquisa, a codificação foi realizada em 15 quadros matriciais (APÊNDICE II), cada qual representando uma das categorias preliminares e emersas dispostas no Quadro 9. Os quadros matriciais foram construídos dentro das especificações propostas por Câmara (2013), segundo a técnica de Análise de Conteúdo.

Cada quadro matricial representa uma categoria genérica à qual se refere e também as categorias preliminar e emersa com sua respectiva definição. A codificação das categorias foi realizada com base em “temas” específicos, que expressam a essência de cada uma, permitindo sua análise a miúdo.

A análise dos dados que efetivamente conduziu ao resultado final do trabalho foi realizada sob a ótica da Imersão Social proposta por Mark Granovetter (1985, 2007), segundo a qual, as relações sociais interferem na ordem das ações econômicas. Porquanto oportunismo, confiança e ordem, como elementos de Imersão Social, foram utilizados como categorias genéricas para análise dos dados.

A categoria genérica “Inserção” contempla a análise dos avanços em termos sociais e econômicos dos indivíduos, a partir da sua opção em ser cooperado. Para tanto, apoiou-se nas proposições de Lin (1999, 2005) que tipifica as relações sociais. Também foram consideradas as premissas de Sachs (2004) no tocante ao padrão de inserção socioeconômica que o autor adota para o caso do Brasil.

4.9 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS LIMITAÇÕES

Os limites que se verificaram inicialmente para este estudo são, basicamente, de ordem empírica, em especial, no que se refere à realização das entrevistas. Entretanto, um fato que torna este estudo relevante em seu caráter teórico, perfaz contraditoriamente um ponto de limite da pesquisa. Foram realizadas buscas direcionadas em bases de dados nacionais, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e estrangeiras, como *Web of Science*. O objetivo foi identificar, em Estudos Organizacionais, outros trabalhos que utilizam da Imersão Social, com enfoque na Sustentabilidade e Cooperativismo Solidário, na mesma linha deste estudo. Não se verificou outra ocorrência, exceto o trabalho de Gonçalves (2012), o qual se mostrou mais próximo dessa proposta.

No âmbito da unidade de análise da pesquisa, as ações econômicas individuais foram de difícil caracterização. Isso ocorreu devido à relutância que o entrevistado tem, em revelar comportamentos próprios que denotem prejuízo ao grupo e oportunismo pessoal. Para minimizar esse possível empecilho, as questões das entrevistas foram estruturadas com objetivo de promover um contexto mais favorável possível ao entrevistado, ao passo que os entrevistados estavam no próprio ambiente de trabalho do cooperado. Essas medidas possibilitaram, ao respondente, um sentimento de tranquilidade e favoreceu a fluência das informações.

Na operacionalização da pesquisa, referindo-se à realização das entrevistas, houve uma impossibilidade temporal e operacional de se contemplar a totalidade das relações estabelecidas pelas centenas de cooperados da Coopermarka, para que assim, pudesse estruturar a rede relacional de forma mais efetiva, abarcando todos os indivíduos envolvidos. Porém, esse fato não inviabiliza uma pesquisa de abordagem qualitativa. Assim, optou-se por eleger um representante de cada grupo funcional de cooperados para, dessa forma, contemplar diferentes perspectivas intencionais.

Outro ponto que efetivamente ofereceu limites à pesquisa, residiu no fato de que as relações sociais estabelecidas entre os indivíduos cooperados e indivíduos exógenos ao contexto da Coopermarka, poderiam, de certa forma, influenciar a ordem das ações econômicas empenhadas por cada cooperado. Captar essa influência foi operacionalmente impossível. Entretanto, observou-se que as

falas se concentraram, prioritariamente, nas ocorrências internas à cooperativa, envolvendo minimamente os atores externos.

Por fim, este estudo se materializou sobre um conjunto de relações sociais constituídas entre indivíduos de um grupo delimitado. Entretanto, é provável que relações sociais estabelecidas entre indivíduos pertencentes ao grupo e indivíduos exógenos a ele, também componham um fator que influencia as Ações Econômicas. Seria, portanto, um campo de continuidade desta pesquisa.

O Quadro 13 (Apêndice III) demonstra, com exatidão, o cronograma de desenvolvimento deste trabalho. Basicamente os recursos investidos foram temporais. Assim, não houve necessidade de compor um orçamento financeiro.

5 ESTRUTURAÇÃO DO AMBIENTE RELACIONAL NA COOPERMARKA

O conjunto das relações sociais estabelecidas entre os cooperados da Coopermarka, perfaz a unidade de análise desta pesquisa. A Imersão Social proposta por Granovetter (2007) pressupõe que essas relações sociais definem a ordem das ações econômicas individuais. Essa premissa alicerçou o desenvolvimento dos objetivos deste estudo, e as técnicas foram propostas no sentido de favorecer o alcance dos mesmos.

Para ter coerência metodológica, os dados obtidos na pesquisa foram analisados em conformidade com a técnica de Análise de Conteúdo, detalhado na seção anterior, considerando-se a satisfação de cada objetivo específico descrito. A definição das categorias relevantes de análise, seguiu o mesmo intento.

Assim sendo, a sistematização das falas registradas nas entrevistas, tanto quanto sua proximidade com o Referencial Teórico, se fez essencial para o entendimento das conclusões do trabalho.

No Apêndice II, está um conjunto de quinze quadros matriciais com o detalhamento da codificação sistêmica dos dados advindos das entrevistas. Cada categoria genérica de análise está contemplada em um quadro matricial específico, que condensou as falas mais relevantes das entrevistas. Esse aprimoramento na codificação dos dados permitiu selecionar com maior precisão, as falas que deram suporte às inferências necessárias à satisfação dos objetivos da pesquisa.

5.1 GRAU DE PROXIMIDADE RELACIONAL

Nesta seção, identificou-se o grau de proximidade relacional entre os cooperados da Coopermarka. De forma geral, como afirma Granovetter (1992), a intensidade e reciprocidade dos laços relacionais (parentes, amigos, conhecidos...) está ligado ao grau em que as ações econômicas individuais estão imersas em relações sociais.

De acordo com as proposições de Lin (2005), os estudos das interações sociais entre indivíduos podem revelar padrões específicos de

relacionamentos, que compõem unidades básicas para o entendimento de Redes Sociais.

Assim, para este trabalho, torna-se relevante verificar o peso em que as relações sociais estabelecidas colaboram para a decisão dos indivíduos em, primeiramente, fazerem parte da cooperativa, permanecerem na mesma, bem como o resultado, em termos de inserção socioeconômica, que essa decisão encerra.

E1 - “Parentes, em todos os barracão eu tenho parente, o presidente mesmo é meu tio.” (E1, 12 dez., 2014).

E2 - “Então minha mãe incentivou bastante para eu vir” (E2, 12 dez., 2014).

E2 - “Eu mesmo tenho nesse barracão a minha mãe e no outro barracão, a minha vó e minha tia. No geral é mais parentes que trabalha mesmo.” (E2, 12 dez., 2014).

E3 - “...é que assim a minha vó trabalha aqui...” (E3, 12 dez., 2014).

E4- “...tem um cunhado meu que trabalha aqui, ele que me convidou pra mim entrar...” (E4, 12 dez., 2014).

E6 - “...minha mãe chamou pra entra aqui e aí eu vim.”(E6, 12 dez., 2014).

Quanto à decisão de entrada do indivíduo na cooperativa, nota-se, pelos fragmentos transcritos, que há, efetivamente, uma presença marcante de intervenções de sujeitos que já participam da cooperativa e possuem laços relacionais fortes com outros que ainda estão de fora do grupo.

Nas considerações de Lin (2005), os laços dessa natureza correspondem à “Camada Interna” no que se refere à intensidade e reciprocidade, ou seja, são caracterizados pelo compartilhamento de sentimentos, reciprocidade intensa e rede densa. Essa relação estabelece-se normalmente entre indivíduos com grau de parentesco e ou confidentes.

Essa camada interna de relação social envolve indivíduos, que possuem, entre si, um sentimento de retribuição de trocas. Daí o convite para entrada na cooperativa, significando que aqueles que já pertencem ao grupo percebem uma vantagem que pode ser estendida aos parentes que não pertencem ao grupo.

No entanto, em outros fragmentos, nota-se que após a entrada no grupo, os indivíduos criam uma rede de relações que envolvem laços de menor Intensidade:

E1- “eu mesmo não gosto de trabalha com parente, na cooperativa eu tenho muitos, aqui nesse barracão mesmo tem... aqui conheci pessoas e fiz várias amizades, ...depois que eu comecei a trabalhar na reciclagem eu conheci muita gente...” (E1, 12 dez., 2014).

E2- “Eu tenho muitas amigas aqui.”(E2, 12 dez., 2014).

E6- “Aqui todo mundo é amigo de todo mundo né...(E6, 12 dez., 2014).

Essas redes de relações criadas dentro do grupo, representam o que Lin (2005) classifica como “Camada Intermediária”, onde a base dessas relações são os interesses compartilhados. Então, o ambiente passa a se compor de uma mistura de laços fortes e laços fracos, em que nem sempre se identificam relações diretas entre os indivíduos (parentes), porém, há maior facilidade para o transito de informações e recursos.

Para Lin (2005), esse ambiente eclético de classes de relações, abre espaço também para atitudes baseadas na defesa de interesses individuais. Assim, as ações individuais estão, no âmbito da Coopermarka, efetivamente imersas em relações sociais. É nesse contexto que, segundo Granovetter (2007), atuam os elementos da Imersão Social, confiança, oportunismo e ordem.

Entretanto, dentre os pressupostos verificados nesta pesquisa, entende-se que na Coopermarka há efetivamente e prevalência de interesses coletivos, que por fim geram resultados relevantes para os cooperados, no que se refere à inserção socioeconômica, segundo as premissas de Sachs (2004).

Todavia, ressalta-se também que essa ampliação do círculo de amizades, remete o indivíduo ao contato com outras realidades existentes, criando novas estruturas relacionais e emocionais, inserindo socialmente essas pessoas. Em última instância, isso colabora para abrandar a batalha diária desses sujeitos pela vida.

Os recortes das falas na sequência revelaram narrações dos cooperados, quando perguntados sobre a percepção que tinham de suas vidas, antes da catação na Coopermarka.

E1- “Eu trabalhava de doméstica em casa de família.” (E1, 12 dez., 2014).

E2- “Em uma das empresas eu era autônoma e não era registrada. Na outra, eu tinha registro mas o salário não compensava, mas, tinha segurança.”(E2, 12 dez., 2014).

E3- “Tipo auxiliar de serviços gerais, mas no registro era contínuo.”(E3, 12 dez., 2014).

E3- “É eu trabalhei na zona azul e lá eu fiquei quatro meses, como eu sou moreninho eu não gosto de sol, daí como tinha que trabalhar no sol daí... o sol não era o problema, o problema era a chuva, trabalha na chuva é complicado.”(E3, 12 dez., 2014).

E4- “Eu já era aposentado.”

E5- “Antes da cooperativa ‘nóis catava’ papelão na rua.”

E5- “a era difícil né, puxa carrinho né, daí vende por preço de banana que era o pior...”

- E5- "...nois' coletava era meia noite, chegava em casa era três, quatro hora da manhã..."
- E6- "Eu trabalhava numa fábrica de ração pra cachorro. A... pra mim não era muito bom não. Porque lá a gente tinha que pega muito peso, era muito forçado, então ali não era um serviço muito pra muié, é mais pra homi."

Primeiramente, há que se destacar uma verificação importante. Conforme o trabalho de Gonçalves (2012), a Coopermarka foi constituída em grande parte, por pessoas que já atuavam na catação, e participavam de ONGs. Atualmente, com exceção de E5, percebe-se que os demais entrevistados não são provenientes da catação, mas sim, de outras ocupações.

Frente ao que nisso se evidencia, e considerando as falas anteriores, pode-se afirmar que o crescimento da cooperativa, que hoje conta com mais de 250 cooperados, deu-se pela atração de novos componentes, que apesar de influenciados por pessoas com as quais mantinham laços relacionais fortes, também visualizaram a possibilidade de melhoria socioeconômica.

- E1- "A expectativa era de melhoria, se em um mês eu vê que não vai o negócio eu saio."(E1, 12 dez., 2014).
- E2- "...eu quero trabalhar bastante, ganhar bastante pra eu comprar minha casinha..."(E2, 12 dez., 2014).
- E3- "Crescer como pessoa, porque eu sou uma pessoa, é que assim eu sou ignorante,..."(E3, 12 dez., 2014).
- E4- "O que mais me impulsionou a entrar na cooperativa foi pra mim, conhece a área do resíduo sólido que eu não conhecia..."

Assim, nota-se que a atividade de catação cooperativa, pode efetivamente ser tão ou mais atrativa que outras atividades, inclusive iniciativas de cunho capitalista. Isto vai ao encontro das colocações de Singer (2002) que viu no novo cooperativismo, uma oportunidade socioeconomicamente viável, ainda que atuando em meio à Economia de Mercado.

5.1.1 INDÍCIOS DE INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA – CAMINHO PARA SUSTENTABILIDADE

Entre as condições de trabalho anteriores à cooperativa e as expectativas criadas ao passar a integrar o grupo, está, no entanto, a percepção do que efetivamente modificou para os cooperados. Na perspectiva de Sachs (2008), o princípio da inserção socioeconômica no Brasil, passa pela ocorrência de emprego e

atoemprego decentes. Outrossim, como avaliar o grau de decência de uma ocupação, senão pelo prisma do sujeito que efetivamente a vive?

Certamente a situação ideal de inclusão socioeconômica pressupõe idealisticamente o que Freire (1998) propõe, ou seja, a ocorrência generalizada de sujeitos com capacidade de pensamento autônomo, que lhes permita ter consciência de sua própria condição. Mas, conforme o mesmo autor afirma, corre-se o risco de idealizar tanto um mundo melhor, ao ponto de se perder da realidade concreta.

Desta forma, o modelo escandinavo de inserção socioeconômica relatado por Abrahamson (2012), apesar ser referência mundial, pode representar uma ilação utópica, se mimetizado com vistas à realidade brasileira. Por isso, considerou-se a proposta de Sachs (2004), que sinaliza que essas iniciativas cooperativas possuem grande potencial de promover o que considerou ser o desenvolvimento incluyente, do ponto de vista socioeconômico no Brasil.

- E1- "...tem uma diferença enorme, começando pelo salário né, que é uma diferença assim que cada mês, cada ano vai evoluindo..."
- E1- "...a gente tem uma poupança natalina."(E1, 12 dez., 2014).
- E2- "Só que aqui eu gosto de trabalhar. Aqui é um lugar que eu me identifiquei com aqui."(E2, 12 dez., 2014).
- E2- "Quando eu era registrada eu não ganhava o que eu ganho aqui. Só que eu não tenho registro, mas, uma coisa boa daqui é que a gente paga INSS, se machucar a gente consegue encostar, então isso pra mim tá ótimo."(E2, 12 dez., 2014).
- E3- "tem essa independência de sair, que eu quero, que eu tenho dinheiro, que eu posso comprar o que eu quero, já fui, trabalhando aqui, viaja com a cooperativa que eu fui pra São Paulo semana passada e já fui visitar meus amigos em Curitiba."
- E4- "...aqui dentro, me sinto útil, então isso me empolgou a ficar."
- E4- "isso é real, é vê que os cooperado tem tido progresso, que eles tem crescido entendeu, eles tem melhorado de vida, eles tem conseguido casa, eles tem conseguido carro entendeu, coisa que eles talvez não tinha nem sonho de conseguir né, muitos deles. Então é isso ai que na verdade me impulsiona a continuar, a ficar, a manter."(E4, 12 dez., 2014).
- E5- "Melhorei, graças a Deus"(E5, 12 dez., 2014).
- E5- "...e hoje aqui eu tiro mil e trezentos, tem diferença né, e lá 'nois' sofria né..." (E5, 12 dez., 2014).
- E6- "...com certeza, aqui é o céu..." (E6, 12 dez., 2014).
- E6- "Isso, tinha coisa que eu pensava, chegava no final do mês e eu vou comprar isso, só que lá não dá e aqui já dá pra compra e ainda sobra um dinheirinho no final do mês." (E6, 12 dez., 2014).

Vê-se, pelas falas, que há uma incidência representativa de relatos de melhorias relevantes na vida dessas pessoas, especialmente as materiais, que elas mesmas atribuem ao fato de estarem na cooperativa. Certamente são pequenos avanços se comparados sob a lente do modelo escandinavo de inserção

socioeconômica. Por outro lado, alinha-se, perfeitamente, à proposta de Sachs (2008).

Contudo, observou-se que alguns cooperados possuem como ponto de partida comparativo, uma situação anterior de miséria absoluta. É o caso de E5 que, antes de entrar para a cooperativa, era catadora autônoma e trabalhava nas madrugadas nas ruas. É certo que qualquer nível de melhora para um indivíduo que sobrevive à margem, naturalmente é extremamente representativo do ponto de vista dele mesmo.

Mas, considerando a fala de E4 na sequência, nota-se que há um abismo imperceptível para quem idealisticamente observa, entre o resgate socioeconômico proporcionado pela cooperativa a E5 por exemplo, e a potencialidade dessa pessoa permanecer indefinidamente na situação marginal em que vivia anteriormente. Isso, dada a má condição estrutural, talvez incorrigível, que E5 possuía, do ponto de vista cidadão.

Sem dúvida, tem muitas empresas que pagam menos do que o que eles ganha aqui. Porque o papel da cooperativa, o social da cooperativa é esse né, resgata esse pessoal que trabalhava como os 'carrinheiros' por exemplo, que tem pouca cultura, não tem profissão, então esse pessoal não tem oportunidade numa empresa e aqui não, a cooperativa abraça (E4, 12 dez., 2014).

Na incapacidade de obter um grau de autonomia a que Freire (1998) se refere, para E5 expor sua situação atual diante da anterior, utiliza-se de uma comparação simplista: "...hoje na cooperativa é diferente, hoje é tudo do meu lado né, ai tem diferença, que antes pra 'nóis' não tinha lucro, eu, minha mãe, ela fazia mais pra sustenta os 'fio' memo." (E5, 12 dez., 2014).

Então, analisando pontualmente a situação socioeconômica de E5, tem-se três perspectivas aqui postas: 1ª) à sombra do modelo escandinavo relatado por Abrahamson (2012), E5 continuaria à margem. 2ª) sob a perspectiva de Sachs (2008) seria um princípio de inclusão, um caminho. 3ª) do ponto de vista da própria E5, representa talvez uma possibilidade única de inclusão: "A, pra mim graças a Deus tudo melhorou, não tenho nada de pior pra fala, eu tenho a minha família, graças a Deus tenho meu filho, meu marido, 'sossegadinho'." (E5, 12 dez., 2014).

Assim sendo, para uma visão sistêmica sobre o assunto, se faz necessário contemplar todas essas possibilidades avaliativas; no entanto, dentro do

escopo desta dissertação, as considerações de Sachs (2004, 2008) se mostram apropriadas.

Esse conjunto analítico sedimenta a percepção da vida antes e após a catação, sob o ponto de vista do cooperado, como indivíduo mais afetado pelas mudanças. Trata-se de um ponto constituinte de uma categoria de análise emersa dos dados.

Quando os entrevistados foram instigados a exteriorizar o que pessoalmente consideravam conquistas de melhorias para a suas vidas com o trabalho na Coopermarka, bem como as expectativas para um futuro, as respostas foram:

- E1- “A renda que melhorou bastante. A experiência que lá eu tinha pouquinho e hoje eu tenho bastante experiência, e conhece mais pessoas, porque o mundinho que a gente vivia antes não dava essa oportunidade, e de fazer viagens.”(E1, 12 dez., 2014).
- E1- “A gente espera melhora cada vez mais né, é um dos meus maiores sonhos é ter a minha casa própria que eu não tenho, a minha expectativa é através desse trabalho, desse serviço consegui a minha casa própria.”
- E2- “Eu consegui comprar moto, então só o fato de não estar morando com meus pais, ser independente, estar sustentando minha filha, isso está sendo fantástico.”(E2, 12 dez., 2014).
- E2- “Olha, o que eu mais quero mesmo, eu tenho fé que isso vai acontecer, eu preciso acabar o terceiro ano.”(E2, 12 dez., 2014).
- E3- “...eu comprei um computador, na minha casa tipo assim era que eu gosto de assisti bastante filme de tv aberta, dai eu pus Net na minha casa, internet, ‘to’ terminando de tira minha carteira de habilitação entendeu...”(E3, 12 dez., 2014).
- E3- “...eu quero fazer ciências sociais pra mim trabalha na reciclagem mesmo, eu não quero sai daqui tão cedo entendeu...”(E3, 12 dez., 2014).
- E3- “Minha vida tem qualidade, tem amigos, bem melhor de quando eu trabalhava antes, posso dizer que foi da água pro vinho.”
- E6- “meu marido compro carro né juntando meu dinheirinho com o dele, eu não tinha uma máquina que faz tudo e agora eu tenho, meu fogãozinho era pequenininho e agora é grande. Agora no final do ano vou trocar meu sofá, meu armário, tudo com o dinheiro daqui, e lá trabalhando lá eu não tinha essa condição de jeito nenhum, nem economizando.”(E6, 12 dez., 2014).
- E5- “A eu espero só melhoras né, e eu creio que ‘nois vamo’ consegui, que aqui ‘nois’ tem um povo bom, eu sempre lutando por ‘nois’ e eu creio que ‘nois’ só ‘vamo’ ter vitória daqui pra frente, porque ‘nois’ já sofreu né pra consegui tudo o que ‘nois’ conseguiu, as prensas, os caminhão, agora é só melhora, isso que eu espero deles aqui.”

Fica evidente, na fala de E1, que para apresentar o que efetivamente considerou conquistas, ela avaliou a própria situação pregressa, que viveu antes da cooperativa, e ao que teve acesso após sua entrada na cooperativa. Isso vem ao encontro com a percepção do pesquisador, de que os entrevistados

creditam à Coopermarka, não somente a melhoria quantitativa de renda, mas, avanços qualitativos de vida.

Novas oportunidades envolvendo relacionamentos pessoais, viagens que a cooperativa promove e, em especial, a possibilidade de alcançar metas futuras que antes seriam evidentemente impossíveis. No entanto, percebe-se, nas expectativas futuras declaradas por E3 e E5, que seus planos pessoais envolvem a evolução da própria cooperativa, ou seja, existe um sentimento coletivista característico de relações classificadas por Camada Intermediária como posto por Lin (2005).

Contudo, um ponto relevante destacado pelos entrevistados, denota o quanto eles se percebem inseridos no cotidiano social, não apenas pelo que a renda lhes possibilita acessar, mas pelas experiências sociais que consideravam inacessíveis, não fosse por pertencerem a um grupo cooperado.

- E1- "...a vida social tá sendo bem corrida ultimamente, sempre tem uma que chama pra fazer alguma coisa, até mesmo porque agora é final de ano e eu faço parte da comissão de eventos da cooperativa."
- E1- "...conheci o Lula de perto, Dilma, tudo de perto nas viagens pra São Paulo..."
- E2- "Tô saindo mais. Quase todo final de semana eu saio. Saio bastante, levo minha filha para vários passeios, shoppings, lugares assim que eu não imaginava que ia poder ir pra gastar..."
- E3- "Hoje ainda vou pro churrasco com meus amigos porque tem um grupo no What's up e vai rolar um social..."
- E3- "...eu posso comprar o que eu quero, já fui, trabalhando aqui, viajar com a cooperativa que eu fui pra São Paulo semana passada e já fui visitar meus amigos em Curitiba."
- E3- "e a noite bem possível que eu vá no Bar da Silvia vê o cover do Legião Urbana."
- E5- "A eu vou tomar um banho e vou pra balada, pego meu maridinho e meu filho 'nois' vai comer alguma coisa, nois vai sair né."
- E6- "A gente 'i' no mercado e pode comprar o que um filho pediu uma coisa 'a mãe quero comprar isso', te o dinheiro e vai lá e comprar."

Essa visão de pertencimento à sociedade percebida sob a lente dos sujeitos envolvidos vai muito ao encontro da concepção que Singer (2002) possui acerca do potencial de reinserção social, que esse novo cooperativismo, nascido no final do século XX, possui.

As falas ainda denotam a percepção de segurança social e econômica que as circunstâncias atuais, em cooperativa, proporcionam aos cooperados, historicamente marginalizados. A fala de E3 é bem explícita nesse ponto, quando relata ter a possibilidade de adquirir os bens que deseja e, além

disso, a oportunidade de realizar viagens, coisas que para o próprio, seriam inatingíveis.

Ainda assim, se faz relevante pontuar a presença de relatos que demonstram a efetividade de um resgate social, que identifica a Coopermarka com pelo menos um quesito característico do movimento de Economia Solidária, como descrito por França Filho (2002), a solidariedade.

- E1- "...porque assim tem ex-drogados, pessoas com problemas, mulheres né com problema de violência, alcoolismo, eu vejo que tem. Por isso que tem a assistente social que faz os acompanhamento, então assim, eu vejo que pra eles também é um avanço muito grande.."(E1, 12 dez., 2014).
- E3- "Isso, é eu vejo assim que a cooperativa é uma porta pra isso, porque eu vejo muitas pessoas que se sentem rejeitadas lá e aqui elas ganham valor entendeu, por mais que seja catador, por mais que uma pessoas lá fora que não conheça fala que 'nois' trabalha com lixo, sim eu trabalho com lixo mas tenho meu valor sei reconhecer isso, tenho meu trabalho, meus amigos e tenho uma vida digna."(E3, 12 dez., 2014).
- E5- "ali mesmo 'nois' tem o tio Zé, ele é bêbado, bebe pinga, muita cachaça, então o que resgatou ele foi o serviço, porque enquanto ele 'tá' aqui ele não 'tá' bebendo."(E5, 12 dez., 2014).
- E5- "...pra algumas pessoas é bom, porque ajudou a resgatar né, igual o tio mesmo, o Seci, o Dunga que é deficiente e alcoólatra e drogado também, então isso ai foi resgatando, eu também, todos 'nóis' né."(E5, 12 dez., 2014).

Essa presença da solidariedade no cotidiano da Coopermarka, por si não é suficiente para caracterizá-la como movimento de Economia Solidária. Outros quesitos seriam necessários de serem avaliados para se afirmar tal classificação. No entanto, há indícios de que há uma proximidade evidente com a classificação de Cooperativismo Solidário, segundo as prerrogativas da III CONAES- Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em 2014.

Basicamente são empreendimentos que se desenvolvem segundo as premissas do cooperativismo, e possuem valores da Economia Solidária. O ponto principal em que diverge o movimento Cooperativista do movimento de Economia Solidária é que o segundo pressupõe uma sociedade composta por desiguais (FRANÇA FILHO, 2002). Daí o espaço aberto para o resgate social daqueles marginalizados.

O Desenvolvimento Sustentável como meio para se alcançar a Sustentabilidade, conforme defendido por Sachs (2004), envolve, além da inclusão socioeconômica, a preocupação com o meio ambiente. Na fala de E4 que segue, é possível verificar um fragmento em que o entrevistado cita a questão ambiental.

Possivelmente, os cooperados não tenham a noção exata da grandeza da dimensão ambiental para a Sustentabilidade. Entretanto, essa citação demonstra que E4 visualiza essa questão, como parte integrante das preocupações da Cooperativa.

E4- “É perfeitamente, que é o nosso tripé, é o econômico, o ambiental, o social, e nós nos preocupamos em atender esse tripé, eu acho que enquanto nós tivermos atendendo esse tripé a cooperativa só vai né, não tem como político derruba, não tem né, e a gente tem provado pra todo mundo que esse é o caminho e na prática ocorre.”

Assim sendo, verificou-se que, do ponto de vista dos sujeitos cooperados, há indícios suficientes que evidenciam a inserção socioeconômica dos cooperados da COOPERMAKA. Esse elemento vem subsidiar uma resposta afirmativa a algumas provocações feitas ao longo deste trabalho, em especial no tocante ao primeiro objetivo específico.

5.2 A CONFIANÇA ADVINDA DAS RELAÇÕES SOCIAIS.

A estrutura das relações sociais estabelecidas entre os cooperados da Coopermarka está evidenciada na seção 5.1. Há ocorrências de relações caracterizadas por laços fortes e por laços fracos. Esse padrão de relações de diferentes intensidades é o que Gulati (1995) considera ser a base de estabelecimento da Confiança.

Contudo, para Baldi (2004), desde as relações mais fortes estabelecidas entre os primeiros integrantes da cooperativa quanto as relações baseadas na possibilidade de um futuro comum, participam do estabelecimento do sentimento de confiança.

O princípio da Imersão Social a que refere Granovetter (1992, 2007), argumenta que a confiança é um construto social, mas é o sentimento que permeia as ações econômicas individuais impetradas por sujeitos insertos em redes de relacionamentos. Portanto, são as relações sociais no fim, desenham o resultado das ações econômicas individuais.

No caso das relações sociais estabelecidas entre sujeitos no seio da Coopermarka, tanto as relações longevas (parentescos) quanto aquelas criadas pela proximidade no dia a dia do trabalho (amizades), bem como as expectativas de

relações futuras, colaboraram para a consolidação do sentimento de confiança do grupo.

- E1- “Que eu tenho confiança é no meu grupo, que são amigo mesmo.”
 E1- “e foi bem num momento em que eu já tinha desistido de mim mesma, foi quando essa pessoa só faltava que me bate pra me ajuda, eu falava que não e ela falava que sim, foi bem marcante pra mim, a pessoa deixou o problema dela de lado pra pega o meu, a pessoa me acolheu e me acolhe até hoje.”
 E2- “Só que a maioria sim, são de confiança.”
 E3- “No pessoal eu confio.”
 E5- “Eu confio no meu pessoal sim, porque eu ‘to’ com eles há anos já né, eu tenho conhecimento das pessoas e ali pelo menos eu conheço.”
 E6- “...com as pessoas que eu tenho convivência bastante eu confio...”

Faz-se importante ressaltar que indagar os entrevistados diretamente sobre a confiança, não é o ideal e o suficiente para constatá-la. Isso devido ao possível viés que as respostas podem conter, ou mesmo a ocultação de informações relevantes. Assim, visando assegurar a imparcialidade da pesquisa, optou-se por questões indiretas que conduzissem o entrevistado a relatar situações em que a confiança estivesse presente.

Observa-se, pela fala de E5, que há um peso expressivo das relações longevas no estabelecimento da confiança no grupo. Granovetter (2005, 2007) atenta para o fato de que a confiança advinda de relacionamentos duradouros, se mostra propícia para a ocorrência da má-fé em uma das partes. Isso porque, em relações duradouras, há, naturalmente, uma imprevidência entre os envolvidos, que abre campo para ações de traição.

Mas, E1, E5 e E6 deixam evidente em suas falas, que a confiança é estabelecida entre sujeitos pertencentes a grupos específicos, portanto, não é um sentimento que permeia as relações entre todos os cooperados de forma geral. Esse fato coloca a confiança como elemento de coesão de grupos específicos, como cita Granovetter (2007). Na fala de E1 que segue, tem-se uma ideia de coesão de grupos.

- E1- “Aqui como se diz, eu acho assim, eu falo que pelo grupo que a gente tem, nós somos um grupo que só aqui nesse barracão que consegue aumenta o salário de todo mundo brincando. A gente consegue, não trabalhando correndo, desesperado igual eles pensam, mas acho que cada um fazendo a sua parte consegue não só o meu, mas o de todos.”

Para Granovetter (2007), a ocorrência de grupos coesos, advém, principalmente, da prevalência de relações baseadas em laços fortes (parentes). Segundo o autor, esses grupos possuem um elevado potencial de desordem causada por sua intervenção individualista, em defesa de seus interesses comuns.

De outro lado, verificou-se que o padrão de relações que prevalece entre os cooperados da COOPPERMARKA, apesar de eclético, envolve, em grande parte, sujeitos que se conheceram na cooperativa, portanto, a ocorrência de grupos coesos, apesar de latente é menos provável.

Apesar de a confiança arraigada promover um contexto propício a atitudes de má-fé, é, contraditoriamente, um mecanismo de ordem para as ações econômicas. Segundo Granovetter (2007), é a confiança que permeia uma relação, o fator determinante para que as ações sejam efetivamente realizadas. Para o autor, se houvesse necessidade do uso de instrumentos institucionalizados que previssem todas as possíveis ocorrências em uma ação econômica, praticamente essas seriam inviabilizadas.

Em suma, a estrutura relacional estabelecida entre indivíduos no âmbito da Coopermarka, consolida um sentimento de confiança, que atua como facilitador das ações cooperativas, as quais possibilitam benefícios em termos de inserção socioeconômica, vivenciados pelos próprios cooperados. Ao mesmo tempo, constitui-se num mecanismo inibidor de ações individualistas. Assim, ações cooperativas constituem-se em meio para a Coopermarka atender seus objetivos enquanto iniciativa de Cooperativismo Solidário.

- E2- “Então é um todo, não tem um chefe, uma pessoa pra ficar mandando... aqui todo mundo se uni, faz um serviço bom...”(E2, 12 dez., 2014).
- E2- *(sobre alguma traição)* “Á, eu acho que não. Espero que não. Até agora que eu saiba, não. A gente vai ficar sabendo depois que tiver uma bola de neve gigante.”(E2, 12 dez., 2014).
- E3- “e também aqui vale a boa-fé né, igual eu vejo que são pessoas dispostas ao trabalho que querem o bem da cooperativa...”(E3, 12 dez., 2014).
- E5- “lá teve muito roubo. Já aqui é diferente, aqui ninguém mexe em nada, aqui é certinho, nem pode.”(E5, 12 dez., 2014).
- E5- “Se eu precisar todo mundo ‘tá’ a disposição graças a Deus. Do mesmo jeito é eles, se eles precisa eu ‘to’ a disposição...”(E5, 12 dez., 2014).

O que se verifica é que há confiança instalada entre indivíduos, entre indivíduos e grupos e entre indivíduos e a Coopermarka. Ou seja, o padrão eclético das relações sociais estabelecidas (entre parentes e entre amigos) é o fator que

determina isso. Entretanto, há uma relação geral entre os cooperados e a Coopermarka, que garante o estabelecimento desse mutualismo de confiança.

Em certo ponto, dá a entender que essa rede de confiança estabelecida, é que atua para a não ocorrência de traição entre os diversos atores envolvidos na trama: indivíduos parentes / indivíduos amigos / Coopermarka.

- E1- “As próprias relações mesmo, que tem aquele do contra que graças a Deus hoje noventa por cento é positivo, os negativo são bem a minoria mesmo. Eles pensa em fazer, mas acho que antes já inibe então eles não fazem por conta disso.”(E1, 12 dez., 2014).
- E2- “Mas, geralmente as pessoas acham coisas assim, boas, traz para o barracão e é vendido por aqui mesmo. Ninguém pensa em si próprio.”(E2, 12 dez., 2014).
- E2- “A minoria pensa em si e a maioria pensa no grupo mesmo.”(E2, 12 dez., 2014).
- E5- “Porque ‘nois’ vai ‘tá’ roubando ‘nois’ mesmo, ‘nois’ num aceita, ‘nois’ num deixa.”(E5, 12 dez., 2014).
- E5- “Não deixa de jeito nenhum, porque ‘nois’ já sai com as pessoas certas, por isso que o que sai tem que ser as pessoas que eles confiam né, porque não pode acontecer isso não.”(E5, 12 dez., 2014).

As falas anteriores referem-se à questão colocada para os entrevistados, sobre a possibilidade de cooperados agirem em defesa de interesses particulares. Um destaque especial é para a primeira fala de E2. Houve, na cooperativa, numa certa oportunidade, o episódio de um cooperado que trabalhava na rua ter ganhado alguns móveis de um morador. Entretanto, ao invés de encaminhar a doação para ser repartida no barracão, desviou-a para sua residência.

Quando a situação veio à tona, o grupo decidiu baixar uma norma que disciplinasse esse tipo de ocorrência, deixando certo que todas as doações devem ser encaminhadas para o barracão, para então, ser dividido por um critério aceito por todos. Esse fato será mais detalhado na seção seguinte.

Contudo, há que se ressaltar que, apesar de oportunidades latentes de ações individualistas, é a confiança entre os cooperados que proporciona a instalação do sentimento que cada um possui de pertencer a um grupo. É esse sentimento de pertença que, em última instância, atua na inibição de ações de oportunismo.

5.3 O OPORTUNISMO NO CONTEXTO DA CONFIANÇA

Num contexto permeado pelo sentimento de confiança, até mesmo em um grupo coeso, é passível de ocorrências de atitudes de má-fé em defesa de interesses próprios, o que pode alterar o resultado de uma ação econômica. No caso da Coopermarka, ações oportunistas estariam em desacordo com o propósito cooperativista da organização.

Porém, como a unidade de análise deste trabalho é composta pelo conjunto de relações sociais estabelecidas entre os cooperados da Coopermarka, é em meio a essas relações que se busca evidências de má-fé. Assim, o oportunismo figura como elemento de imersão social advindo especialmente da traição, em uma relação de confiança (GRANOVETTER, 2007).

Apesar de evidências de que há o sentimento de confiança arraigada entre as relações sociais verificadas, também há resquícios de que essa confiança é velada.

- E1- "...eu sou meia dois pé atrás, não é nem só um, pra mim confia, confia mesmo, nossa moço é difícil, mas tem."(E1, 12 dez., 2014).
- E2- "Porque nem tudo mundo age na transparência com você."(E2, 12 dez., 2014).
- E3- "...eu sou o seu amigo mas eu tenho que ficar com o pé atrás, não sou de me entregar."(E3, 12 dez., 2014).
- E3- "Não sou, eu não consigo depositar cem por cento de confiança em alguém,..."(E3, 12 dez., 2014).
- E4- "Olha eu acho muito difícil, bom, você sabe que quando a pessoa quer fazer algo errado ela faz, eu acredito que não faz por muito tempo, mas faz." (E4, 12 dez., 2014)
- E6- "Tem umas que a gente tem que confia de 'zóio' aberto né." (risos)(E6, 12 dez., 2014).

Observa-se, pelas falas, que apesar da confiança estabelecida em meio às relações, existe um certo grau de cautela individual. Uma análise deste aspecto, seguindo as colocações de Granovetter (2007) acerca da confiança, pode-se inferir que no ambiente relacional onde há certa desconfiança entre as partes envolvidas, é menos suscetível a ocorrências de oportunismo.

Quando indagados sobre as possibilidades de indivíduos cooperados agirem em defesa de interesses privados, as respostas foram:

- E1- "Eles pode até consegui, mas não por muito tempo, porque aqui nada fica assim por muito tempo, eles pode até consegui fazer isso." (E1, 12 dez., 2014).
- E1- "Que nem o exemplo que você usou da coleta mesmo, nos que 'tamo' aqui dentro não 'consequimo' visualizar eles lá, então eles poderia se juntar o grupinho que tá lá e eles consegui assim pega o material melhor ou ganhar alguma coisa que seria pra cooperativa." (E1, 12 dez., 2014).
- E2- "Às vezes está sendo seu amigo ali, e pelas costas está lá, ó, descendo a lenha em você." (E2, 12 dez., 2014).
- E4- "...eu já tive cliente que chega pra mim e diz 'olha me vende um material pra

mim que eu pago uma porcentagem a mais pra você' né, então já aconteceu isso, já aconteceu de ter esse tipo de coisa, mas."(E4, 12 dez., 2014)

- E5- "...a coleta é assim, pode 'tá' recheado de saco de latinha, que você sabe que se você pegar aquilo lá e levar embora e vender você vai ganhar, mas jamais ele pode tocar naquilo ali, igual tem dia que 'nois' vai nos prédio e tem 50, 60 saco cheio de latinha, como você vai mexe naquilo lá, não pode."(E5, 12 dez., 2014).

Atente-se que a questão proposta ao entrevistado foi para que relatasse possíveis ocorrências de ações individualistas, e não fatos realmente ocorridos. Entretanto, o relato de E4, demonstra uma possibilidade latente de ocorrência de má-fé. Inclusive o próprio cooperado, ilustrou sua resposta com um fato que afirma ter ocorrido efetivamente.

Ao mesmo tempo, o cooperado E4 que é o responsável pelas vendas dos materiais, realiza as operações com a percepção de confiança dos outros cooperados, como relata E5 comparando com outra cooperativa em que trabalhou: "lá teve muito roubo. Já aqui é diferente, aqui ninguém mexe em nada, aqui é certinho, nem pode." (E5, 12 dez., 2014). O próprio E4 complementa, justificando-se sobre o ocorrido:

- E4- "É seria uma forma de fazer a coisa errada, de ganhar dinheiro na cooperativa, uma forma desonesta, seria um roubo, essa proposta já teve e todo mundo já sabe, já falei isso pro financeiro. Mas que a gente tem conhecimento não, porque se a gente tiver a gente não vai aceitar isso porque nós somos donos da cooperativa."(E4, 12 dez., 2014)

Ao expor a ocorrência para o grupo, E4 possibilita o estabelecimento da confiança que os demais cooperados possuem em seu trabalho. Esse fato vai gerar um ambiente tranquilo para as ações econômicas de vendas dos materiais. Contudo, a confiança estabelecida pode, em algum momento futuro, agir como facilitadora de atitudes oportunistas por parte de E4.

Outra ocorrência relatada por E2 na fala que segue, demonstra um fato que repercutiu entre o grupo de cooperados, a ponto de haver intervenção do próprio grupo visando ordenar futuros acontecimentos da mesma natureza. A fala chama atenção, pois representa uma forma concreta de oportunismo.

- E2- "- Aqui não, mas, em outro barracão sim. Uma moça foi fazer coleta e aí tinha alguns móveis que a pessoa não ia usar mais e ia mandar embora e queria doar. O certo era a pessoa pegar e levar para o barracão, e se mais que uma pessoa quisesse eles fizessem um sorteio ou alguma coisa do tipo para não ficar, "só porque eu ganhei, eu me sinto dona", não é exatamente assim. E essa pessoa acabou deixando e voltando mais tarde com uma

condução própria e levou para ele. Foi uma coisa errada que não devia ser feito. Quando o grupo descobriu foi chamado atenção da pessoa. Aí foi feito esse consenso de se ganhar alguma coisa que vai servir para outras pessoas, leva e a gente vê o que vai ser feito. Se ninguém quiser aí você fica.”

(pesquisador)- *E com essa pessoa o que aconteceu? O próprio grupo tomou providências ou a cooperativa interveio?*

E2- “É... porque depois que ficaram sabendo né! Porque no dia, não falou. Só a outra companheira que estava no dia na rua estava ciente do que tinha acontecido. Aí depois o grupo decidiu isso né, ganhou alguma coisa, traz para o barracão que a gente vê uma forma boa para ser dividido para não ficar só para uma pessoa se dar bem.

Foi perceptível, ao longo das entrevistas, que esse caso tomou certo vulto na cooperativa, pois os entrevistados comentaram a respeito. Porém, mesmo com a intervenção disciplinar do grupo de cooperados, a prática de tomar para si as doações recebidas na rua, parece ser um consenso velado.

Nas falas que seguem, percebe-se que outras ocorrências no mesmo padrão, são encaradas, com normalidade, pelos cooperados que as praticam:

E3- “...se a gente achar algo de valor a gente pega pra gente, mas às vezes acha de valor a gente oferece fala ‘você quer?’, mas geralmente é assim se a gente acha algo de valor que nos interessa a gente pega pra gente, a gente tem essa liberdade.”(E3, 12 dez., 2014).

E5- “...a gente entra no condomínio tem uma senhora que dá roupa, umas coisinha boa pra gente, então ‘nois’ pega né, e tudo...”(E5, 12 dez., 2014).

E5- “É, igual roupa, sapato, um rádio, televisão que eu ganhei. Igual essa semana ganhei um ‘radião’ lindo lá, levei pra minha casa porque, isso ai é coisa que o morador deu pra você, então não tem problema nenhum.” (E5, 12 dez., 2014).

Para E3, que trabalha na segregação no barracão, se achar algo na esteira que o chame atenção, ele pode levar, e segundo ele mesmo, esse procedimento é normal. Para E5, que atua nas ruas, se ganhar algo como doação (cita roupas, sapatos, aparelhos), ela leva para casa.

Constata-se que tanto as doações recebidas nas ruas quanto os objetos extras encontrados na segregação dos materiais, são questões que extrapolam o oportunismo advindo do excesso de confiança. Na percepção do pesquisador, houve um consenso entre os envolvidos. Apesar de haver uma regra que disciplina esses casos, impetrada pelo próprio grupo, os cooperados que atuam têm a posse das doações que recebem. Em compensação, os que trabalham no barracão, tomam, para si, os objetos extras que encontrarem em meio ao material coletado. Dentro desse acordo implícito, os casos que envolverem o

descontentamento geral, aplica-se a regra criada pelo grupo.

A fala de E5, a seguir, subsidia um possível consenso que envolve essas decisões de posse.

E5- “Tem umas que tenta derruba a gente, quer o lugar da gente assim, é normal, companheiro de trabalho querendo o seu lugar, porque ‘nois’ como ‘tamo’ no Sol e na rua ‘nois’ ganha mais, tem uma ‘porcentaginha’ uns 10%, e tem dia que a coleta passa das cinco, dai ‘nois’ tem um ‘gainho’ a mais, uns 10%, por causa do Sol, porque o trabalho é pesado, ‘nois’ têm que carrega fogão, geladeira, essas coisas tudo. Então quem ‘tá’ sofrendo lá é ‘nois’ então ‘nois’ tem que te um ‘gainho’ a mais, dai por causa disso uma que toma o lugar da outra” (risos). (E5, 12 dez., 2014).

Então, essas ações econômicas individuais, envolvendo materiais doados e ou encontrados na segregação, parecem estarem ligadas mais à confiança do que ao oportunismo. Assim, a situação relatada por E2, somente tomou vulto porque envolveu um tipo de material e um volume que seria atrativo para muitos cooperados. Pequenos achados ou doações são perfeitamente destinados aos envolvidos diretos, com o consentimento do grupo. Para casos de maior representatividade, todos confiam que o envolvido traga a plenário para a decisão do conjunto de cooperados, por isso, a confiança.

Já a situação relatada por E4, que é responsável pela comercialização de todo material reciclado, ele não teria a sua aprovação pelo grupo, se efetivamente se envolvesse com o recebimento de propina para beneficiar um ou outro comprador. Nesse caso, trata-se do resultado do trabalho total dos cooperados e envolveria diretamente a renda de todos, portanto, seria oportunismo caso se verificasse.

5.4 A ORDEM

A ordem como elemento da Imersão Social de Granovetter (2007), designa o resultado legítimo da ação econômica, dado a ocorrência de confiança advinda das relações sociais, e da quebra dela por atitudes de oportunismo.

Para o campo das relações sociais desenvolvidas pelos atores cooperados no âmbito da Coopermarka, pode-se dizer que as ações econômicas individuais socialmente imersas, delineadas pela confiança (busca de objetivos

comuns) e oportunismo (defesa de interesses próprios) influenciam diretamente o resultado (ordem) em termos de inserção socioeconômica dos cooperados.

Por tratar-se de uma iniciativa de Cooperativismo Solidário, teoricamente, a Coopermarka deve atuar sob as premissas basilares do movimento, dentre as quais, a autogestão. Assim, espera-se que instrumentos normativos, coercitivos que, normalmente, atuam pela ordem em organizações do modelo capitalista, efetivamente não estejam presentes na cooperativa. Para Granovetter (1992, 2007), a confiança é o elemento da imersão social que colabora, diretamente, na definição da ordem; entretanto, o autor considera, também, que outros mecanismos organizacionais possuem seu papel colaborativo.

Entretanto, isso não significa que a organização cooperativa solidária não possua uma série de normatizações que interferem, diretamente, no ordenamento da organização e, obviamente, na ordem das ações econômicas individuais. Algumas falas demonstram, efetivamente, um arcabouço de trâmites muito próximos de uma organização capitalista.

- E1- “A gente trabalha do dia vinte ao dia vinte né, aí assim pra recebe é sempre antes do dia dez, sempre bem antes do dia dez...”(E1, 12 dez., 2014).
- E2- “Quando eu era registrada eu não ganhava o que eu ganho aqui. Só que eu não tenho registro, mas, uma coisa boa daqui é que a gente paga INSS, se machucar a gente consegue encostar, então isso pra mim tá ótimo.”(E2, 12 dez., 2014).
- E2- “Aqui também a gente tem férias. Quando é firma registrada, a gente pode querer trabalhar nas férias e receber. Aqui é obrigatório sair e a gente recebe também.”
- E2- “Por exemplo o pessoal da mesa ganha por produção, então, quanto mais trabalhar, mais vai ganhar. O pátio já é uma forma diferente de ganhar.”(E2, 12 dez., 2014).
- E2- “...a gente tem uma carga horária a ser cumprida. Então não tem nem mais nem menos.”(E2, 12 dez., 2014).
- E5- “É tive que leva currículo né, porque aqui é assim, ai tive que espera chama, dai me ligaram ai eu voltei, fiz entrevista e entrei.” (E5, 12 dez., 2014).
- E6- “...fui no escritório, fiz uma ficha, fizeram uma entrevista comigo, eu fiz no meio do mês e no fim do mês, no fechamento deles eu entrei, no dia vinte...” (E6, 12 dez., 2014).

As falas anteriores expressam recortes de procedimentos ligados ao modo de cálculo e data de recebimentos das retiradas, procedimentos burocráticos para ser admitido na cooperativa, carga horária, enfim, uma série de procedimentos, alguns comuns a organizações capitalistas, mas, que interferem, diretamente, tanto no ordenamento de ações individuais dos cooperados, como também nas ações da cooperativa enquanto organização.

Atente-se, porém, para a fala de E4 que segue.

E4- “É, mas é uma retirada fixa, nós temos ai também alguns contratados que ai é diferente né, é fora, mas nós cooperados, eu, por exemplo, da área administrativa é o X, vamos supor eu ganho lá dois mil reais, é dois mil reais, é fixo dai desconta o INSS.”(E4, 12 dez., 2014)

O entrevistado cita a ocorrência de funcionários contratados pelo modo de assalariamento, comum de empresas capitalistas e repudiado, segundo Singer (2002), por iniciativas no modelo Solidário. Esse é um indício de que a Coopermarka não atua, integralmente, no modelo a que se propõe.

Mas, de acordo com as constatações de Gaiger (2009), o modelo puro de Economia Solidária possui algumas questões de ordem estrutural e sistêmica que impõem dificuldades de operação, principalmente por atuarem no ambiente da economia de mercado. Questões, nesse sentido, estão sendo estudadas nas CONAES, como na Conferência de 2014. Então, não se trata de um ponto que descaracteriza completamente a Coopermarka como iniciativa solidária, mas também requer critérios ao se afirmar o contrário. Esse debate não está no centro desta pesquisa.

Nota-se, também, que há uma instituição hierárquica muito bem definida no esquema organizacional da cooperativa. As falas que seguem demonstram esse ponto:

- E1- “É, daí assim antes eles passam pra gente pra gente tá tentando resolve ajudar eles, então por isso que tem as coordenadoras e a gerente.” (E1, 12 dez., 2014).
- E1- “...as coordenadora né, que dai assim não é que manda né, é que daí tenta assim faze o que ela pede, acho que é mais o respeito, aqui mesmo nesse tem duas gerentes e uma coordenadora.” (E1, 12 dez., 2014).
- E2- “...a cooperativa não é do seu Z., da V., a cooperativa, que nem os dois mesmo falam, essa cooperativa não é minha nem do seu Z., é de todo mundo.”(E2, 12 dez., 2014).
- E4- “...nós temos um diretor de operações, nós temos um diretor presidente e nós temos um grupo que é o conselho, então tudo que acontece dentro da cooperativa tem que ser passado por esse conselho.”(E2, 12 dez., 2014)

Apesar do organograma ser muito bem definido, há um cuidado generalizado de se apregoar incansavelmente, que a propriedade da organização é de todos. Essa é uma afirmativa que está presente em quase todas as entrevistas. Isso está ligado a outra premissa basilar da Economia Solidária, como afirma Singer (2002), a posse coletiva do meio de produção.

Alguns desses mecanismos colocados aos cooperados, internalizados por eles e apropriados no contexto organizacional, atuam, diretamente, na inibição da má-fé e, portanto, interferem no resultado das ações

econômicas individuais e da organização.

- E1- “E assim, tem o conselho administrativo, tem a diretoria, então sempre tem as reuniões.”(E1, 12 dez., 2014).
- E1- “É porque assim, no caminhão tem um fiscal né que faz isso aí, tem a moto né que faz essa a ronda do pessoal, então que eu saiba nunca aconteceu.”(E1, 12 dez., 2014).
- E2- “Agora tem um fiscal que na rua, alguns pode pular uma rua para acabar o bairro mais rápido, e agora tem o fiscal.”
- E2- “O fiscal não atua no trabalho, mas, leva a marmita e fica vendo se está tudo certo.”(E2, 12 dez., 2014).
- E2- “Então esse fiscal ele faz que as coisas aconteçam da forma correta. Então, não tem mais isso de querer desviar alguma coisa para casa, de querer desviar uma rua.”(E2, 12 dez., 2014).
- E3- “de vez em quando a minha gerente até me chama a atenção porque eu sai da minha mesa...”(E3, 12 dez., 2014).
- E3- “Ah não tem como porque todos os caminhões são rastreados...”(E3, 12 dez., 2014).

As falas anteriores demonstram, não somente uma instituição hierárquica definida, como também mecanismos fiscalizatórios e coercitivos. Claramente, todos atuam na inibição de comportamentos de má-fé e, portanto, interferem na ordem das ações econômicas.

Acessoriamente, a premissa da posse coletiva, apontada por Singer (2002) como ponto positivo de sucesso desses empreendimentos solidários, se mostra presente nas falas de todos os entrevistados. O sentimento arraigado de que todos são donos, por si, exerce uma pressão intimidante sobre possíveis ações individualistas. Trata-se do discurso afinado de que uma ação oportunista significa trair a si mesmo.

Por outro lado, apesar de indícios, não se mostra muito evidente na prática a questão da autogestão da organização. Ao contrário, os traços hierárquicos bem definidos, remetem para uma situação próxima da heterogestão.

As falas que seguem demonstram, muito bem, o poder de ordem. Algumas são aparentemente conflitantes com a hierarquia estabelecida, mas, revelam que apesar da hierarquia ser instituída, o poder de instituí-la está democraticamente distribuído:

- E1- “né, todos somos cooperados, começa até mesmo pelo presidente que é cooperado também, que veio lá de ong.”(E1, 12 dez., 2014).
- E2- “Aqui a gente até fala: A gente não tem patrão.”(E2, 12 dez., 2014).
- E2- “Então é um todo, não tem um chefe, uma pessoa pra ficar mandando.”(E2, 12 dez., 2014).
- E3- “Eu acho que eu sou o cooperado que mais se sente dono.” (E3, 12 dez., 2014).
- E3- “Esses dias bateram o caminhão né, dai eu: como assim? vocês bateram o meu caminhão? não cuidaram das minhas coisas?”(E3, 12 dez., 2014).

- E3- “de alguma forma eu sou dono da cooperativa, quando eles precisarem de mim de uma opinião de algo eu vou tá ali.”(E3, 12 dez., 2014).
- E3- “...a gente é empregado; aqui você já é dono...”(E3, 12 dez., 2014).
- E4- “É, eu sempre falo isso pro companheiros, eu falo ‘gente aqui é igual a um concurso público, você o concurso, você passou e não vão te mandar embora, a não ser que você faça alguma coisa grave’”(E4, 12 dez., 2014)
- E5- “Se eu tiver certa e levanto a mão e falo eu quero é desse jeito e pronto né. Claro eu me sinto muito dona.”(E5, 12 dez., 2014).
- E6- “...e é bem a verdade, não tem ninguém pegando no seu pé...”(E6, 12 dez., 2014).

Assim sendo, ainda que a confiança seja a base do estabelecimento da ordem das ações econômicas individuais no âmbito da Coopermarka, também as ações organizacionais da cooperativa, contra a má-fé, possuem papel primordial nesse processo. Por isso, esse ponto foi destacado como categoria de análise emergida dos dados.

5.4 IMERSÃO SOCIAL DAS AÇÕES ECONÔMICAS

Considerando as transcrições das falas das entrevistas já dispostas neste trabalho, dois fatos relatados pelos entrevistados tomaram maior destaque: O relato de E2 acerca da cooperada que ganhou alguns móveis de uma moradora e decidiu tomar para si as mercadorias. Outro, o de E4 sobre a proposta que recebeu de um comprador do material reciclado, sugerindo o pagamento de propina se lhe desse exclusividade na compra de determinado material.

O relato completo e original de E2 acerca do fato, segue:

(questão) Já houve algum acontecimento que você ficou sabendo que a pessoa agiu de forma individual? Do tipo, isso aqui vou desviar para mim?

- E2- Aqui não, mas, em outro barracão sim. Uma moça foi fazer coleta e aí tinha alguns móveis que a pessoa não ia usar mais e ia mandar embora e queria doar. O certo era, a pessoa pegar e levar para o barracão, e se mais que uma pessoa quisesse eles fizessem um sorteio ou alguma coisa do tipo para não ficar, “só porque eu ganhei eu me sinto dona”, não é exatamente assim. E essa pessoa acabou deixando e voltando mais tarde com uma condução própria e levou para ele. Foi uma coisa errada que não devia ser feito. Quando o grupo descobriu foi chamado atenção da pessoa. Aí foi feito esse consenso de se ganhar alguma coisa que vai servir para outras pessoas, leva e a gente vê o que vai ser feito. Se ninguém quiser aí você fica.

(questão) E essa pessoa? O que aconteceu? O próprio grupo tomou providências ou a cooperativa interviu?

- E2- É... porque depois que ficaram sabendo né. Porque no dia, não falou. Só a outra companheira que estava no dia na rua estava ciente do que tinha acontecido. Aí depois o grupo decidiu isso né, ganhou alguma coisa, traz para o barracão que a gente vê uma forma boa para ser dividido para não ficar só para uma pessoa se dar bem.(E2, 12 dez., 2014).

Primeiramente, do ponto de vista da confiança estabelecida no meio relacional da pessoa que impetrou a ação individualista, pode-se dizer que foi um episódio de oportunismo. Na prática, a pessoa ficou com a posse dos bens, em detrimento do seu grupo.

Em tese, a ação individual alterou o resultado tanto para o indivíduo que ficou com os bens, quanto para o grupo que não teve acesso aos bens. Nesse caso, a análise extrapola a importância dos bens envolvidos, para a inserção socioeconômica do grupo. O que fica evidente na verdade, é que se cada cooperado da Coopermarka agir da mesma forma individualista, a somatória da ação de cada membro, certamente irá alterar o resultado em inserção socioeconômica para todos.

No segundo caso, a fala completa e original de E4, relata:

(questionamento) Já houve algum que você ficou sabendo?

E4- Dentro da *(Coopermarka)* eu não tenho conhecimento, dentro de outras cooperativas eu já vi, pessoas que falam também, mas a gente não sabe né, mas dentro da *(Coopermarka)*, da forma como nós trabalhamos eu não tenho conhecimento disso. Porque é igual à área que eu trabalho a área de vendas, por exemplo, eu já tive cliente que chega pra mim e diz 'olha me vende um material pra mim que eu pago uma porcentagem a mais pra você' né, então já aconteceu isso, já aconteceu de ter esse tipo de coisa, mas..

(questionamento) Da pessoa instigar você?

E4- É esses já são clientes que já tão fora da nossa lista de cadastro entendeu, eu já pego a firma dele pra não procura no futuro, então eu trabalho dessa maneira, já foi uma posição minha de quando eu entrei nas vendas, se tiver errado eu mesmo vou denunciar, e a cooperativa aceitou a minha proposta e hoje, que eu tenho conhecimento, não existe na parte de vendas.(E4, 12 dez., 2014).

Diferentemente do primeiro relato, este é mais evidente, pois o aceite de E4, implicaria num resultado econômico inferior para a cooperativa enquanto instituição. Entretanto, como Singer (2002) declara, essas iniciativas cooperativas concorrem por um resultado econômico satisfatório, a fim de proporcionar renda digna para os cooperados.

Considerando-se que a renda gerada pela organização, compõe um pré-requisito importante no processo de inserção socioeconômica dos cooperados, então a atitude de E4, se efetivada, estaria alterando o resultado em termos de inserção socioeconômica do conjunto de cooperados, inclusive o próprio, porém, em sentido inverso.

A questão é: Em que medida as relações sociais influenciaram a ordem das ações individuais relatadas? O episódio de E2 é um relato de uma ocorrência que envolve um terceiro, portanto, qualquer conclusão seria sem

fundamento factual. Porém, o relato de E4 traz uma experiência própria.

Pela entrevista com E4, sabe-se que o mesmo possui um cunhado que atua na cooperativa, o qual não o influenciou, determinantemente, para sua entrada. As demais relações foram criadas no interior da Coopermarka. Entretanto, denota-se, nas suas falas, que o mesmo possui um elevado grau de satisfação pessoal em atuar na organização e de envolvimento com a causa da cooperativa.

E-4 ...aqui dentro, me sinto útil, então isso me empolgou a ficar..., ...isso é real, é vê que os cooperado tem tido progresso, que eles tem crescido entendeu, eles tem melhorado de vida, eles tem conseguido casa, eles tem conseguido carro entendeu, coisa que eles talvez não tinha nem sonho de conseguir né, muitos deles. Então é isso aí que na verdade me impulsiona a continuar, a ficar, a manter (E4, 12 dez., 2014).

Ao levar o fato ocorrido, diretamente para o setor financeiro da cooperativa, o que E4 fez, foi subsidiar a confiança já existente entre ele o grupo de cooperados, já descrito em outras falas de outros cooperados. Assim, a confiança estabelecida facilita a realização do trabalho de E4 (vender os materiais), e ao mesmo tempo, inibe ações oportunistas, como foi o caso.

Granovetter (1992, 2007), refere-se às relações sociais pessoais como instrumento facilitador de transações negociais e regulador de mercados. Cita o autor, que muito além de mecanismos burocráticos e hierárquicos, a confiança estabelecida em imersão social, representa um meio muito mais efetivo, de se inibir ações oportunistas.

No entanto, vislumbra-se que, na prática, a Coopermarka dispõe de mecanismos institucionais voltados à ordem de suas operações, conforme já relatado. Mas, no relato de E4, nenhum mecanismo estabelecido teria efetividade em impedir sua participação no evento oportunista proposto pelo comprador, não fosse a manutenção da confiança que os cooperados nele depositam.

Nada obstante à posição de E4 diante do convite de fraude a ele proposto, não se pode ser improvidente. É latente a possibilidade, como declarado por Granovetter (1992, 2007), desse contexto de confiança arraigada, estabelecido entre os cooperados e E4, ser justamente um campo propício para ocorrência de eventos futuros de má-fé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta da Imersão Social por Granovetter (2007), está na base de sustentação teórica deste trabalho. Para o autor, as relações econômicas individuais estão imersas em redes de relações sociais, as quais influenciam os resultados das primeiras. Basicamente, em meio às relações sociais pode-se estabelecer o sentimento de confiança, que interfere na ordem das ações econômicas individuais. A ruptura desse esquema se dá pela traição ou má-fé que seria uma atitude oportunista de um ator social que busca defender interesses próprios.

Nessa perspectiva, o conjunto de relações sociais que foram estudadas, se desenvolveu em meios aos atores participantes de uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbanos na cidade de Londrina – Pr. A cooperativa que se autodenomina de Economia Solidária, foi apresentada com o nome fictício de Coopermarka.

A asserção central que balizou todo estudo foi de que, se houve inserção socioeconômica dos cooperados, por meio da Coopermarka, essa pode ter sido influenciada pela Imersão Social de Granovetter (1985, 1992, 2007). Diante dessa proposição, é que se procurou compreender a inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka, desde o primeiro Estatuto, a partir da influência de suas ações econômicas socialmente imersas.

A análise dos dados confluiu para a confirmação da proposição, tanto no quesito da inserção socioeconômica efetivada quanto no que se refere à influência da Imersão Social. Nesse sentido, algumas descobertas emergentes dos dados, foram sintetizadas em cinco categorias de análise: 1) A vida antes e após a catação; 2) Percepção de segurança social e econômica; 3) Ações cooperativas; 4) Sentimento de pertença a um grupo; 5) Ações organizacionais da cooperativa contra a má-fé.

Diante disso, a essência dessas descobertas emergentes, foram sistematizadas segundo a lógica dos objetivos específicos. O primeiro objetivo teve o intento de: - Identificar evidências da inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka. Nesse sentido, os relatos apontaram para uma sensível melhoria nos padrões socioeconômicos dos cooperados, quando comparada sua situação pregressa (antes da cooperação) à atual.

Sob o ponto de vista dos próprios indivíduos, observou-se que há consciência generalizada de que foi o trabalho cooperativo que lhes proporcionou maior acesso a bens materiais, e a atividades sociais que sequer consideravam possíveis de se concretizarem, como viagens e pertencimento a novos grupos relacionais.

Acessoriamente, se verificou que os cooperados, efetivamente, atribuem suas conquistas, tanto sociais quanto econômicas, ao fato de pertencerem a uma cooperativa. Esse aspecto é um indício de que, além de ter ocorrido inserção socioeconômica, a Coopermarka atuou como meio pelo qual ela se deu.

Nesse ponto, cabe uma ressalva. Apesar de o significado de inserção socioeconômica ter sido alicerçado nas proposições de Sachs (2004, 2008), o fato de emergirem novas categorias dos dados, subsidia uma inferência. A inserção socioeconômica pode ser simultaneamente percebida, a partir do ponto de vista dos sujeitos que a consubstanciaram, pois, como atores sociais, vivenciaram realidades que somente eles podem avaliar.

Diante missão da cooperativa de servir como meio de inserção socioeconômica de seus cooperados, o Estado tem papel preponderante. Tanto no modelo Escandinavo quanto nas premissas de Sachs (2004, 2008), o Estado é tido como organismo de primordial atuação no processo de inserção. De acordo com Silva e Souza-lima (2009), o Estado é o idealizador, pesquisador e mantenedor de projetos, programas e políticas que, propiciem um contexto favorável, aos empreendimentos de cunho social, como caminho para a sustentabilidade. Os Governos são os responsáveis por gerenciar o alcance desses objetivos.

Diante disso, percebeu-se ao longo da pesquisa, o quão dependente do Poder Público, é a Coopermarka. Nas entrevistas de sondagem, uma questão levantada pela diretoria da cooperativa, foi justamente as inconstâncias envolvidas na relação entre a Cooperativa e a Prefeitura Municipal de Londrina. Esse fato gera uma série de incertezas, quanto ao futuro da organização.

Assim, é essencial que, se definam políticas públicas, de caráter regular, que fomentem a instalação e, garantam a perenidade dessas iniciativas de cunho social, no mercado. Essa deve ser uma agenda de Estado e não de Governos, desta forma, retira-se a possibilidade das inconstâncias políticas. Acessoriamente, a capacitação de cooperados, pode dar melhores condições para o desenvolvimento da autogestão. A baixa escolaridade dos cooperados é um fator

que joga contra a progressão dessas iniciativas.

Os contributos do segundo objetivo específico que reforçam a confirmação da proposição, seguem da observação do padrão atual que estrutura as relações sociais estabelecidas entre os cooperados, prevalentemente ligações de amizades. Segundo a classificação de Lin (2005), esse padrão de relação tem como pressuposto o compartilhamento de interesses entre os sujeitos envolvidos.

De certa forma, esse fato é determinante no estabelecimento de um ambiente propício ao empenho de ações econômicas com fins coletivos, o que na Coopermarka, se verificou permeado pelo sentimento de confiança entre os cooperados. Nesse caso, a confiança, como elemento chave da Imersão Social, também atua no estabelecimento da percepção dos cooperados de que a busca coletiva por um objeto comum, os faz membros de um grupo coeso, em que cada um efetivamente se sente participante.

Isso foi observado nas falas de praticamente todos os entrevistados, e foi possível ser destacado a partir da emergência da subcategoria: - Sentimento de pertença a um grupo. O fato ilustra o quanto a Imersão Social está presente no processo que insere, socioeconomicamente, os cooperados.

Paralelamente, a confiança atuou, não somente na facilitação da ação coletiva, mas também como mecanismo inibidor de ações individualistas, o que vai ao encontro das proposições de Granovetter (2007). No entanto, o grau de confiança, entre os indivíduos, não se mostrou linear. Os relatos denotaram a presença de confiança velada, fato que, na perspectiva de Granovetter (2007), atua concomitantemente para inibir ações oportunistas.

O oportunismo como elemento de Imersão Social se apresentou, no contexto da Coopermarka, como ação empenhada com fins nos interesses individuais. Sua ocorrência se demonstrou latente, principalmente nas entrevistas de E2 e E4. O caso de E2 referiu-se à ocorrência de um cooperado que tomou, para si, uma doação de móveis de um morador, sem levar, ao plenário do grupo, para uma decisão conjunta. A fala de E4 discorre sobre a proposta que recebeu, de beneficiar um comprador de materiais, em troca de propina.

Os relatos demonstraram que as duas ocorrências são encaradas de diferentes formas pelo grupo, no tocante à gravidade de cada ação. Todavia, o meio relacional em que estiveram situadas, foi determinante para os resultados observados. Isso atesta a efetividade da Imersão Social na ordem das ações

econômicas. Apesar dessa conclusão, cabe levantar uma questão crítica nesse ponto.

A atitude de E4 em recusar a propina, pode ter se concretizado com o intento prévio de preservar a confiança que o grupo deposita nele, o que facilita a realização de seu trabalho transacional. Ao mesmo tempo, a manutenção da confiança, pode proporcionar um contexto favorável para futuras atitudes oportunistas. Essas são questões irresolúveis no escopo deste trabalho, mas relevantes para estudos futuros no campo.

No que tange à ordem no contexto da Imersão Social, concluiu-se que, acessoriamente à confiança, outros mecanismos atuam na sua definição. Mesmo como iniciativa de Cooperativismo Solidário, a Coopermarka possui uma estrutura organizacional hierarquizada que, apesar de democraticamente constituída, atua com todas as suas prerrogativas.

Da mesma forma, uma série de procedimentos administrativos como, o processo de seleção de novos cooperados, a periodicidade das retiradas de cada cooperado, a existências de fiscais de rua, também operam como mecanismos que inibem ações oportunistas.

Assim sendo, as considerações que se apresentaram no âmbito do terceiro e quarto objetivos específicos, contribuíram na confirmação da proposição. Primeiramente pela evidência da presença dos elementos de Imersão Social nas relações estabelecidas entre os cooperados. Em segundo lugar por apontar que a inserção socioeconômica dos cooperados da Coopermarka, resulta da interação dos elementos confiança e oportunismo e de outros mecanismos que atuam para a ordem das ações econômicas.

Em suma, a resposta para questão problema “Como a inserção socioeconômica alcançada pelos cooperados da Coopermarka desde o seu primeiro estatuto, foi influenciada por ações econômicas de Imersão Social?” é: - Os elementos de Imersão Social, confiança, oportunismo e ordem, que efetivamente permeiam as relações estabelecidas entre os cooperados, atuaram no sentido da promoção do coletivismo e do desencorajamento da má-fé, o que, enfim, resultou positivamente em termos de inserção socioeconômica.

Todavia, em meio a essas considerações que corroboraram a proposição, saltam questões relevantes, que podem alimentar estudos futuros no campo. No tocante ao recrudescimento da estrutura hierárquica já presente na

Coopermarka, esta poderia afastá-la, de uma das premissas basilares das iniciativas Solidárias, a autogestão. Ao mesmo tempo, quanto mais hierarquizada a organização, maior a possibilidade de se estabelecerem laços fortes, como padrão de relações sociais e, conseqüentemente, a proliferação de grupos coesos, que podem jogar contra o coletivismo.

Essas suposições se fazem no sentido de evidenciar o quanto a sua efetivação futura poderia influenciar a cooperativa, enquanto iniciativa Solidária, bem como a sua capacidade de inserir socioeconomicamente os cooperados. Paralelamente, com base na percepção do pesquisador, outra questão se coloca: - Do ponto de vista da Imersão Social, as relações interorganizacionais estabelecidas pela Coopermarka, poderiam influenciar a inserção socioeconômica de seus cooperados?

Da experiência advinda do desenvolvimento desta dissertação, no contexto dos Estudos Organizacionais, outras percepções transcendem os objetivos do trabalho, mas orbitam a proposição e, portanto, seguem em sentido sugestivo por parte do pesquisador.

Primeiramente, o entendimento de iniciativas de cunho Solidário e Cooperativas, como modelos diferenciados de organizações, demanda o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos mais específicos dentro do campo dos Estudos Organizacionais. De acordo com Lechat (2002), o campo privilegia o estudo de organizações típicas e ainda possui pouco conhecimento nesses modelos diferenciados.

O conhecimento acerca do comportamento social da classe de indivíduos catadores de recicláveis ainda é insipiente para a Administração enquanto área das Ciências Sociais Aplicadas. De certa forma, este estudo amplia o debate no campo e contribui para a consolidação de estudos futuros.

Por outro lado, a pesquisa foi restrita ao escopo da proposição central e, assim sendo, possui limitações. A amplitude das relações sociais estudadas, bem como a profundez dos relatos de cada entrevistado, perfazem pontos que podem ser ampliados em estudos futuros e, eventualmente, revelar novos achados que evidenciem outras proposições.

Sem embargo da relevância socioeconômica das iniciativas Solidárias, percebeu-se que algumas práticas como hierarquização, burocratização e assalariamento, estão presentes, de forma quase inevitável no dia a dia, da

Coopermarka. Contraditoriamente, essas características perfazem pontos de distanciamento dos princípios que embasam, originalmente, as iniciativas de cunho solidário.

Nesse contexto, os mecanismos organizacionais que disciplinam as ações dos cooperados poderiam influenciar contumaz, os resultados da cooperativa em termos de inserção socioeconômica. Em termos de Imersão Social, esse fato poderia significar uma alteração nos resultados observados.

No tocante ao padrão conceitual de inserção socioeconômica, três pontos de vistas foram citados: - o modelo dos países Escandinavos; segundo as premissas de Sachs (2004); e do ponto de vista do próprio sujeito que vive a situação. Para este trabalho, o conceito de Sachs (2004), foi considerado como diretriz. Todavia, a vivência do processo que culminou nos resultados alcançados, subsidiou o seguinte questionamento: sob que perspectiva, observar coerentemente a inserção socioeconômica de indivíduos?

Assim, o pesquisador entende que, a inserção socioeconômica deve ser considerada a partir do ponto de vista do sujeito envolvido, desde que, esse, não seja privado das competências necessárias, para desenvolver uma consciência plena, de sua própria situação, diante da sociedade em que está inserido. Pois, a ausência da capacidade desse discernimento, comumente leva o cooperado a se considerar inserido, diante de qualquer melhoria em sua condição socioeconômica, ainda que mínima.

Por fim, o processo que culminou na elaboração deste estudo, iniciou-se com a solidificação de todo conhecimento de base, advindo das disciplinas do Mestrado em Administração. A questão essencial, nessa fase, foi a imperiosa necessidade de se quebrarem paradigmas já consolidados, e aumentar os horizontes de percepção dos fenômenos sociais. A conjunção necessária de conhecimentos advindos do campo dos Estudos Organizacionais, com conhecimentos do campo da Sociologia, também não foi tarefa de fácil assimilação, porém, de resultado prazeroso.

Ante a todo o processo de desenvolvimento, um destaque especial ao trabalho de campo, que envolveu a coleta dos dados. Com a opção pela pesquisa de cunho qualitativo, em que se considerou a percepção observacional do pesquisador, o momento das entrevistas tornou-se determinante para o resultado do trabalho.

Diante de todas as dificuldades e deficiências vencidas, tornar-se pesquisador foi, sobretudo, fruto do empenho e colaboração de diversos atores do conhecimento, com os quais se divide o mérito.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSON, P. O modelo escandinavo de proteção social. **Argumentum**: Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 7-36, jan./jun. 2012.

ANTUNES, R.; POCHMANN, M. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: CLACSO Livros, 2007.

BALDI, M. **A imersão social da ação econômica dos atores do setor coureiro-calçadista do vale dos sinos**: uma análise a partir dos mecanismos estrutural, cultural, cognitivo e político. 2004. 305 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

_____. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

_____. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BASTIANI, I. C. R. Estrutura e custo de capital: um estudo sobre a realidade das cooperativas agropecuárias do Paraná. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE FINANÇAS, 1., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.sbfin.org.br>>. Acesso em: 18 maio 2013.

BECKERT, J. **The great transformation of embeddedness**: Karl Polanyi and the new economic sociology. Cologne: Max-Planck-Institut für Gesellschaftsforschung Köln, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **III CONAES** – Conferência Nacional de Economia Solidária. 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/iii-conaes/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BOFF, L. **Sustentabilidade o que é: o que não é**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BÖGENHOLD, D. Social network analysis and the sociology of economics: filling a blind spot with the idea of social embeddedness. **American Journal of Economics and Sociology**, v. 72, n. 2, p. 293–318, 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Segundo mapeamento nacional de economia solidária**. Brasília: 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/geral/publicacoes/>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. Heinemann, London, 1979.

CAMARA, R.H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v.2, n.6, jul-dez, 2013, 179-191.

CASTRO, C. J. Sustainable development: mainstream and critical perspectives. **Organization & Environment, Surrey**, v. 17, n. 2, p.195-225, jun. 2004.

COLLET, F. Economic Action and Social network Influences. A discussion around Mark Granovetter's sociology of economic life. **European Sociological Association Conference**, 2003.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, Z. G.; LUZIO-DOS-SANTOS, L. M. Economia solidária em Londrina: potencialidades e desafios. In: BORINELLI, B. (Org.). **A economia solidária em Londrina aspectos conceituais e a experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010. p. 137-152.

DOVERS, S. R. Sustainability: demands on policy. **Journal of Public Policy, Cambridge**, v. 16, n. 3, p. 303-318, Sept. 1996.

DOWBOR, L. **Democracia econômica**: alternativas de gestão social. 2010. Disponível em: <<http://dowbor.org>>. Acesso em: 21 mar. 2013.

DRAKE, D. F.; SPINLER, S. **Sustainable operations management**: an enduring stream, or passing fancy?. v.13, ed. 84: Harvard Business School, 2013

DUMONT, L. **From Mandeville to Marx**: the genesis and triumph of economic ideology. Chicago: University of Chicago Press, 1977.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Ed. UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FÓRUM DESENVOLVE LONDRINA. **Industrialização de Londrina**. Imaginacom, Londrina, 2015.

FRANÇA FILHO, G. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p.9-19, jun. 2002.

FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 79, p. 57-77, 2007.

_____. Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a Economia Solidária. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 2, maio/ago. 2012.

_____. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 84, p. 81-99, 2009. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/401>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GODOI, C. K.; MELLO, R. B.; SILVA A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GONÇALVES, D. M. **As relações sociais pela gênese de uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbano do norte paranaense sob a perspectiva da imersão social de granovetter (2007, 1992, 1993)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

GOODE, L.; HATT, K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Ed. Nacional, 1968.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

_____. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

_____. Problems of explanation in economic sociology. In: NOHRIA, N. ECCLES, R. G. (Org.). **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992. p. 25-45.

_____. Business groups. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. **The handbook of economic sociology**. Princeton, NJ: Princeton University Press; New York: Russel Sage Foundation, 1994. p. 429-450.

_____. The impact of social structure on economic outcomes. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 19, n. 1, p. 33-50, 2005.

_____. Ação econômica e estrutura social: problema da imersão. **RAE, Revista de Administração Eletrônica**, São Paulo, v. 6, n. 1, Art. 5, jan./jun. 2007.

GUIMARÃES, A. T. R. et al. **Conceituando entidades de gestão supra-empresariais: clusters e redes de negócios**. 2007. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br>. Acesso em: 13 abr. 2013.

GULATI, R. Does familiarity breed trust? the implications of repeated ties for contractual choice in alliances. **Academy of Management Journal**, Champaign, v. 38, p. 85-112, 1995.

HOPWOOD, B., MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable Development, Malden**, v. 13, p. 38-52, 2005.

ICA. - INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE. Basics. Disponível em: <<http://ica.coop>>. Acesso em: 16 out. 2014.

JONES, C.; HESTERLY, W. S.; BORGATTI, S. P. A general theory of network

governance: exchange conditions and social mechanisms. **Academy of Management Journal, Champaign**, v. 22, n. 4, p. 911-945, 1997.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário Ribeiro da Cruz. São Paulo: Atlas, 1992.

KHALIL, E. L. What is Economic Action? From Marshall and Robbins to Polanyi and Becker. **Journal of the History of Economic Thought, Cambridge**, v. 18, p. 13-36, 1996.

LADEIRA, J.M. Sociologia econômica weberiana e economia neo-schumpeteriana da inovação: aproximações teóricas. **Revista Ciências Sociais**, v.3, no 2, p.213-241, jul./dez. 2013.

LAVILLE, J. **L'économie solidaire: une perspective internationale**. Paris: Desclée de Brouwer, 2002.

_____. *Sociologie économique et économie solidaire*. **E & G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 9-26, dez. 2002/jul. 2003.

LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas**, Porto Alegre, v.2, n.1, p.123-140, 2002.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LIN, N. Building a network theory of social capital. **Connections**, v. 22, n. 1, p. 28-51, 1999.

_____. **A network theory of social capital**. 2005. Disponível em: <<http://proclassic.com/ethnicgv/SN/SC/paper-final-041605.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2014.

MACHADO, N. M. C. Karl Polanyi and the new economic sociology: notes on the Concept of (Dis)embeddedness. **RCCS Annual Review**, Coimbra, n. 3, p. 119-140, 2011. Disponível em: <<http://mpra.ub.uni-muenchen.de/48957/>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

MENSAH, A. M.; CASTRO, L. C. **Sustainable resource use e sustainable development: a contradiction?! 2004**. Disponível em: <<http://www.zef.de>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MISOCZKY, M. C.S. Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora. **Revista de Administração Pública**, v. 43, p. 1147-1180, 2009.

NASCIMENTO, M.R.; OLIVEIRA, J.S.; CENERINO, A. A influência da imersão social na constituição dos significados do consumo e na adoção de produtos tecnológicos

por adolescentes: uma análise teórica a partir da sociologia econômica. **Revista Perspectivas Contemporâneas**, v. 8, n. 2, p. 22-42, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas>. Acesso em: 22 nov. 2014.

O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013. 95 p. : il. ((**Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**)) ISBN: 978-85-7811-171-7.

OCB. -ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Promoção e defesa dos interesses das cooperativas**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: 17 out. 2014.

PASTORE, J. **Baixo desemprego com pouco emprego**. O Estado de São Paulo, 09 set. 2014.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Humanidade dividida: confrontando a desigualdade nos países em desenvolvimento**. 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3799>. Acesso em 13 dez. 2014.

POCHMANN, M. Nova política de inclusão socioeconômica. **Revista de Economia Mackenzie**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 27-36, 2003.

_____. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004.

_____. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

POLANYI, K. **The great transformation: the political and economics origins of our time**. New York: Rinehart, 1944.

_____. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas**. Estudos Avançados, São Paulo, v.18, n. 51, p. 23-49, 2004.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, B. S.; RODRIGUEZ, C. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Porto: Afrontamento, 2003. p. 23-32.

SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, L. M. L. **Socioeconomia: solidariedade, economia social e as organizações em debate**. São Paulo: Atlas, 2014.

SCHUMPETER, J. O fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico. In: _____. **A teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985. p. 69-100.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, C. L.; SOUZA-LIMA, J. E. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. Saraiva, São Paulo, 2009.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, maio/ago. 2004.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SMELSER, N.; SWEDBERG, R. Introducing economic sociology. In: SMELSER, N. SWEDBERG, R. (Org.). **The handbook of economic sociology**. Princeton: Princeton University Press, 2005. p. 3-25.

SMITH, A. An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations. 5th. ed. London: Methuen, 1904.

SOLOW, R. M. Sustainability: an economist's perspective. In: DORFMAN, R.; DORFMAN, N. (Ed.). **Economics of the environment: selected readings**. New York: W.W. Norton & Company, 1993. p. 179-187.

TAUILE, J. R.; DEBACCO, E. S. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 7.; COLÓQUIO LATINO-AMERICANO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS, 2., 2002, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2002.

TICHY, N.; TUSCHMAN, M.; FOMBRUM, C. Social network analysis for organization. **Academy of Management Review**, Mississippi, v. 4, n. 4, 1979.

UZZI, B. Social structure and competition in interfirm networks: the paradox of embeddedness. **Administrative Science Quarterly**, Ann Harbor, v. 4, p. 35-67, 1997.

VASCONCELOS, G.M.R.; OLIVEIRA, J.L. Imersão social e institucional e capacidades: o setor calçadista de Nova Serrana. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, vol. 52, n. 5, setembro-outubro 2012

WEBER, M. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**.ed 3. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

WCED. World Commission on Environment and Development: **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE I - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM COOPERADOS - COOPERMARKA

De acordo com a demanda de cada um dos objetivos específicos, e tendo em vista as categorias de análise previamente estabelecidas, optou-se pela aplicação das questões que seguem. Entretanto, para proporcionar um contexto propício à emergência de novas categorias de análise, cada questão possui uma flexibilidade tal que possibilite, ao respondente, ilustrar livremente suas considerações, sem perder o foco característico de uma entrevista semiestruturada.

1) Há quanto tempo atua na catação de materiais? Desde quando é cooperado desta Cooperativa? Já atuava como catador antes de ser cooperado desta Cooperativa? Qual atividade exercia antes da catação?

2) Descreva como era seu trabalho antes de ser cooperado desta cooperativa?

Itens a serem investigados:

- Condições de trabalho
- Como se compunha a renda: periodicidade e valores
- Horas de trabalho por dia
- Descanso semanal e férias
- Se a renda proporcionava uma vida decente
- Relacionava-se no trabalho
- Empenhava alguma ação para aumentar a renda

3) O que o fez procurar essa cooperativa?

Itens a serem investigados:

- As expectativas quando entrou na cooperativa
- Se foi indicado por um amigo
- O que esse amigo relatou sobre a cooperativa
- O que foi determinante para entrar na cooperativa
- Como foi o processo de entrada
- Das expectativas, o que foi e o que não foi realizado
- Atualmente, o que espera como cooperado
- Se tem um grupo de amigos de trabalho que participa da sua vida social

4) O que mudou, na sua vida, após iniciar neste trabalho?

Itens a serem investigados:

- Ilustrar com um acontecimento, a melhoria de vida
- Se outro cooperado progrediu muito. De que forma ele conseguiu
- Algo que tenha piorado na vida. Ilustrar com um fato
- Se outro cooperado piorou de vida. Como isso ocorreu
- Sente-se dono da cooperativa/ participa das decisões/ tem oportunidades na cooperativa
- Se considera a renda satisfatória. Se não, o que fazer para melhorar

5) Conte o que conseguiu conquistar para você com seu trabalho de catador.Itens a serem investigados:

- Bens e qualidade de vida
- Se precisou complementar a renda para isso
- Renda mensal
- Se dá para ganhar um extra no dia a dia de cooperado
- Se conhece algum caso de cooperado que conseguiu obter um extra

6) O que mais colaborou para sua situação atual de vida?Itens a serem investigados:

- Colaboração da cooperativa para a situação de vida do cooperado
- Colaboração do grupo de cooperados para a situação de vida do indivíduo
- Se os cooperados atuam em prol do grupo ou em benefício próprio
- Se tem um caso de cooperado que agiu em benefício próprio. Nesse caso, qual a atitude do grupo

7) Sabe contar algum caso de desvio de material, por exemplo, que algum cooperado tenha feito?Itens a serem investigados:

- Possíveis formas de ação individualista
- Nível de confiança/ desconfiança para com os demais cooperados
- Atitude do grupo diante de uma situação de oportunismo
- Ações da cooperativa para inibir o oportunismo

8) Conte como é sua vida social?Itens a serem investigados:

- Tem amigos de trabalho que participam da vida social
- Grau de proximidade com esses amigos
- Grau de confiança nesse grupo de amigos
- Algum desses amigos já traiu essa confiança
- Fato na cooperativa em que um desses amigos precisou de ajuda
- Situação em que foi ajudado

APENDICE II - QUADROS MATRICIAIS DE CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS DAS ENTREVISTAS SEGUNDO AS TÉCNICAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Quadro A - Quadro matricial da Categoria Genérica “Inserção”

Categoria Preliminar / Emersa: Intensidade e reciprocidade relacional	
Definição: A percepção individual da posição que ocupa no conjunto de sujeitos. A intensidade dos laços relacionais que desenvolve com os demais sujeitos. A percepção da reciprocidade das relações. A força das relações na decisão de trabalhar na Cooperativa	
Temas	Exemplos de verbalizações
Percepção da sua importância dentro do grupo de indivíduos	E1- “...eu sou gerente de vendas, eu que faço a venda.” E3- “sim eu trabalho com lixo, mas, tenho meu valor...” E4- “...na verdade eu sou técnico em meio ambiente...” “eles precisavam ter a minha mão de obra aqui dentro, me sinto útil...” “...Sou um cooperado como qualquer um deles...” E5- “Eu sou da equipe de rua, eu faço coleta porta a porta.”
Intensidade das relações	E1- “eu mesmo não gosto de trabalhar com parente, na cooperativa eu tenho muitos, aqui nesse barracão mesmo tem.” E1- “aqui conheci pessoas e fiz várias amizades.” E1- “Parentes, em todos os barracão eu tenho parente, o presidente mesmo é meu tio.” E2- “Eu mesmo tenho nesse barracão a minha mãe e no outro barracão, a minha vó e minha tia. No geral é mais parentes que trabalha mesmo.” “Eu tenho muitas amigas aqui.” E3- “...é que assim a minha vó trabalha aqui...” E6- “...é porque minha mãe trabalha aqui.”
Relações determinantes para a entrada no grupo	E1- “Sim que era o meu tio e mais a assistente social que na época deu uma ajuda assim imensa pros catadores. “É de tanto eu ouvi eles fala né, que ia sê bom, dai eu fui.” E2- “Então minha mãe incentivou bastante para eu vir.” E3- “Dai a minha prima, a Priscila disse: a gente tá precisando de alguém pra trabalhar no corte! então tipo assim...” E4- “...tem um cunhado meu que trabalha aqui, ele que me convidou pra mim entrar...” E6- “...minha mãe chamou pra entra aqui e ai eu vim.”

Fonte: elaborado pelo autor, base em Câmara (2013)

Quadro B - Quadro matricial da Categoria Genérica “Inserção”

Categoria Preliminar / Emersa: A vida antes e após a catação	
Definição: As condições socioeconômicas antes de trabalhar na catação. As mudanças que ocorreram na entrada para a cooperativa. Expectativas ao entrar na cooperativa. O que se realizou efetivamente e o que não conseguiu alcançar. As expectativas para o futuro.	
Temas	Exemplos de verbalizações
A vida antes da catação	E1- “Eu trabalhava de doméstica em casa de família.” E2- “Em uma das empresas eu era autônoma e não era registrada. Na outra, eu tinha registro mas o salário não compensava, mas, tinha segurança.” E3- “Tipo auxiliar de serviços gerais, mas no registro era contínuo.” E3- “É eu trabalhei na zona azul e lá eu fiquei quatro meses, como eu sou moreninho eu não gosto de sol, dai como tinha que trabalhar no sol dai, o sol não era o problema, o problema era a chuva, trabalha na chuva é complicado.” E4- “Eu já era aposentado.” E4- “...eu fiquei uns seis meses parado e eu não me senti bem...” E5- “Antes da cooperativa ‘nóis catava’ papelão na rua.” E5- “a era difícil né, puxa carrinho né, dai vende por preço de banana que era o pior...” E5- “...nois’ coletava era meia noite, chegava em casa era três, quatro hora da

	<p>manhã...”</p> <p>E6- “Eu trabalhava numa fábrica de ração pra cachorro.”</p> <p>E6- “A pra mim não era muito bom não, porque lá a gente tinha que pega muito peso, era muito forçado, então ali não era um serviço muito pra ‘muíe’, é mais pra ‘home’.”</p>
Expectativas ao entrar na cooperativa	<p>E1- “A expectativa era de melhoria, se em um mês eu vê que não vai o negócio eu saio.”</p> <p>E2- “...eu quero trabalhar bastante, ganhar bastante pra eu comprar minha casinha...”</p> <p>E3- “Crescer como pessoa, porque eu sou uma pessoa, é que assim eu sou ignorante,...”</p> <p>E4- “O que mais me impulsionou a entrar na cooperativa foi pra mim te, conhece a área do resíduo sólido que eu não conhecia...”</p>
Melhorias com a entrada para a cooperativa	<p>E1- “...depois que eu comecei a trabalhar na reciclagem eu conheci muita gente...”</p> <p>E1- “...tem uma diferença enorme, começando pelo salário né, que é uma diferença assim que cada mês, cada ano vai evoluindo, enquanto eu trabalhava em ong, o meu salário eu não tirava mais que quinhentos reais, não tirava.”</p> <p>E1- “...a gente tem uma poupança natalina.”</p> <p>E2- “Só que aqui eu gosto de trabalhar. Aqui é um lugar que eu me identifiquei com aqui.”</p> <p>E2- “Quando eu era registrada eu não ganhava o que eu ganho aqui. Só que eu não tenho registro, mas, uma coisa boa daqui é que a gente paga INSS, se machucar a gente consegue encostar, então isso pra mim tá ótimo.”</p> <p>E3- “tem essa independência de sai que eu quero que eu tenho dinheiro que eu posso comprar o que eu quero, já fui, trabalhando aqui, viaja com a cooperativa que eu fui pra São Paulo semana passada e já fui visitar meus amigos em Curitiba.”</p> <p>E4- “...aqui dentro, me sinto útil, então isso me empolgou a ficar.”</p> <p>E4- “isso é real, é vê que os cooperado tem tido progresso, que eles tem crescido entendeu, eles tem melhorado de vida, eles tem conseguido casa, eles tem conseguido carro entendeu, coisa que eles talvez não tinha nem sonho de conseguir né, muitos deles. Então é isso ai que na verdade me impulsiona a continuar, a ficar, a manter.”</p> <p>E5- “...hoje na cooperativa é diferente, hoje é tudo do meu lado né, ai tem diferença, que antes pra ‘nois’ não tinha lucro, eu, minha mãe, ela fazia mais pra sustenta os ‘fio’ memo.”</p> <p>E5- “Melhorei, graças a Deus”</p> <p>E5- “...e hoje aqui eu tiro mil e trezentos, tem diferença né, e lá ‘nois’ sofria né...”</p> <p>E5- “A pra mim graças a Deus tudo melhorou, não tenho nada de pior pra fala, eu tenho a minha família, graças a Deus tenho meu filho, meu marido, ‘sossegadinho’.”</p> <p>E6- “...com certeza, aqui é o céu...”</p> <p>E6- “Isso, tinha coisa que eu pensava, chegava no final do mês e eu vou comprar isso, só que lá não dá e aqui já dá pra compra e ainda sobra um dinheirinho no final do mês.”</p>
O que já realizou	<p>E1- “A renda que melhorou bastante, a experiência que lá eu tinha pouquinho e hoje eu tenho bastante experiência, e conhece mais pessoas, porque o mundinho que a gente vivia antes não dava essa oportunidade, e de fazer viagens.”</p> <p>E2- “Eu consegui comprar moto, então só o fato de não estar morando com meus pais, ser independente, estar sustentando minha filha, isso está sendo fantástico.”</p> <p>E3- “...eu comprei um computador, na minha casa tipo assim era que eu gosto de assisti bastante filme de tv aberta, dai eu pus Net na minha casa, internet, ‘to’ terminando de tira minha carteira de habilitação entendeu...”</p> <p>E6- “meu marido compro carro né juntando meu dinheirinho com o dele, eu não tinha uma máquina que faz tudo e agora eu tenho, meu fogãozinho era pequenininho e agora é grande. Agora no final do ano vou trocar meu sofá, meu armário, tudo com o dinheiro daqui, e lá trabalhando lá eu não tinha essa condição de jeito nenhum, nem economizando.”</p>

Expectativas futuras	<p>E1- “A gente espera melhora cada vez mais né, é um dos meus maiores sonhos é ter a minha casa própria que eu não tenho, a minha expectativa é através desse trabalho, desse serviço consegui a minha casa própria.”</p> <p>E2- “Olha, o que eu mais quero mesmo, eu tenho fé que isso vai acontecer, eu preciso acabar o terceiro ano.”</p> <p>E2- “Tô na prensa e tô amando, só que eu quero mais que isso.”</p> <p>E3- “...eu quero fazer ciências sociais pra mim trabalha na reciclagem mesmo, eu não quero sair daqui tão cedo entendeu...”</p> <p>E3- “é aqui mesmo que eu quero ficar, eu vou estudar pra mim estar aqui e daqui a alguns anos eu quero que a cooperativa e os cooperados cresça junto comigo...”</p> <p>E5- “A eu espero só melhora né, e eu creio que ‘nois vamo’ consegui, que aqui ‘nois’ tem um povo bom, eu sempre lutando por ‘nois’ e eu creio que ‘nois’ só ‘vamo’ ter vitória daqui pra frente, porque ‘nois’ já sofreu né pra conseguir tudo o que ‘nois’ conseguiu, as prensas, os caminhão, agora é só melhora, isso que eu espero deles aqui.”</p>
----------------------	--

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Câmara (2013)

Quadro C - Quadro matricial da Categoria Genérica “Inserção”

Categoria Preliminar / Emersa: Percepção de segurança social e econômica	
<p>Definição: O sentimento de pertença a um grupo social. O sentimento de igualdade social. A possibilidade de acesso a bens materiais e serviços. A cooperativa como meio de transformação pessoal.</p>	
Temas	Exemplos de verbalizações
A vida social advinda do trabalho na cooperativa	<p>E1- “Tenho várias amigas que eu fiz aqui.”</p> <p>E1- “...a vida social tá sendo bem corrida ultimamente, sempre tem uma que chama pra fazer alguma coisa, até mesmo porque agora é final de ano e eu faço parte da comissão de eventos da cooperativa.”</p> <p>E2- “Eu tenho muitas amigas aqui.”</p> <p>E2- “Sem ser pelo dinheiro, é mais pelas amizades que eu conquistei aqui sabe.”</p> <p>E2- “Só as amizades que ganhei aqui dentro já valeu. Mesmo sendo somente aqui dentro. Uma das coisas que mais ganhei aqui foram amigos.”</p> <p>E3- “Minha vida tem qualidade, tem amigos, bem melhor de quando eu trabalhava antes, posso dizer que foi da água pro vinho.”</p> <p>E3- “Hoje ainda vou prum churrasco com meus amigos porque tem um grupo no What’s up e vai rolar um social...”</p> <p>E6- “Aqui todo mundo é amigo de todo mundo né, sempre tem um assim que a gente não né, mas acaba tudo dando certo no final.”</p> <p>E6- “...sempre quando tem alguma coisinha a gente vai, que nem eu tenho uma amiga que eu consegui aqui dentro e agora se tornou uma irmãzinha.”</p>
O acesso ao cotidiano da sociedade	<p>E1- “As viagens, até mesmo ter conhecido ‘Netinho’, tira foto com ele né..”</p> <p>E1- “É uma realização assim é as viagens, que a gente conhece muita gente,...”</p> <p>E1- “...três anos que eu entrei, viajei as três vezes, fui pra São Paulo, fui pra Curitiba.”</p> <p>E1- “...conheci o Lula de perto, Dilma, tudo de perto nas viagens pra São Paulo...”</p> <p>E1- “O meu final de semana antes era só dormir, hoje eu saio, vou pra casa das amigas, vou pra shopping com as filhas...”</p> <p>E2- “Eu gosto de beber bastante final de semana. Eu gosto de curtir. Aproveitar minha vida. Assim, bebo com responsabilidade, nada assim que ultrapasse.”</p> <p>E2- “Tô saindo mais. Quase todo final de semana eu saio. Saio bastante, levo minha filha para vários passeios, shoppings, lugares assim que eu não imaginava que ia poder ir pra gastar...”</p> <p>E3- “...eu posso comprar o que eu quero, já fui, trabalhando aqui, viajar com a cooperativa que eu fui pra São Paulo semana passada e já fui visitar meus amigos em Curitiba.”</p>

	<p>E3- “e a noite bem possível que eu vá no Bar da Silvia vê o cover do Legião Urbana.”</p> <p>E5- “A eu vou toma um banho e vou pra balada, pego meu maridinho e meu filho ‘nois’ vai come alguma coisa, nois vai saí né.”</p> <p>E6- “A gente ‘i’ no mercado e pode compra o que um filho pedi uma coisa ‘a mãe quero compra isso’, te o dinheiro e vai lá e compra.”</p> <p>E6- “Eu não saio muito, e quando eu saio eu venho numa lanchonetezinha come um lanche, umas coisas assim.”</p>
<p>A cooperativa como meio de recuperação social</p>	<p>E1- “...porque assim tem ex-drogados, pessoas com problemas, mulheres né com problema de violência, alcoolismo, eu vejo que tem. Por isso que tem a assistente social que faz os acompanhamento, então assim, eu vejo que pra eles também é um avanço muito grande..”</p> <p>E1- “ele trabalhava num lugar que praticamente escravizavam ele, 90% dos cooperados pode dizer ‘a vida que eu levava antes, hoje ‘to’ num mar de rosas’.”</p> <p>E2- “Então aqui, cada dia que passa eu aprendo um pouco mais. Eu agradeço pela cooperativa por isso, as pessoas ensinam.”</p> <p>E3- “Isso, é eu vejo assim que a cooperativa é uma porta pra isso, porque eu vejo muitas pessoas que se sentem rejeitadas lá e aqui elas ganham valor entendeu, por mais que seja catador, por mais que uma pessoas lá fora que não conheça fala que ‘nois’ trabalha com lixo, sim eu trabalho com lixo mas tenho meu valor sei reconhecer isso, tenho meu trabalho, meus amigos e tenho uma vida digna.”</p> <p>E4- “Sem dúvida, tem muitas empresas que pagam menos do que o que eles ganha aqui. Porque o papel da cooperativa, o social da cooperativa é esse né, resgata esse pessoal que trabalhava como os ‘carrineiros’ por exemplo, que tem pouca cultura, não tem profissão, então esse pessoal não tem oportunidade numa empresa e aqui não, a cooperativa abraça.”</p> <p>E4- “É perfeitamente, que é o nosso tripé, é o econômico, o ambiental, o social, e nós nos preocupamos em atender esse tripé, eu acho que enquanto nós tivermos atendendo esse tripé a cooperativa só vai né, não tem como político derruba, não tem né, e a gente tem provado pra todo mundo que esse é o caminho e na prática ocorre.”</p> <p>E5- “Catando papel, a era difícil né, puxa carrinho né, dai vende por preço de banana que era o pior, já hoje na cooperativa é diferente, hoje é tudo do meu lado né, ai tem diferença, que antes pra ‘nois’ não tinha lucro, eu, minha mãe, ela fazia mais pra sustenta os ‘fio’ memo.”</p> <p>E5- “ali mesmo ‘nois’ tem o tio Zé, ele é bêbado, bebe pinga, muita cachaça, então o que resgatou ele foi o serviço, porque enquanto ele ‘tá’ aqui ele não ‘tá’ bebendo.”</p> <p>E5- “...pra algumas pessoas é bom, porque ajudou a resgatar né, igual o tio mesmo, o Seci, o Dunga que é deficiente e alcólatra e drogado também, então isso ai foi resgatando, eu também, todos ‘nóis’ né.”</p>
<p>Influências do cooperativismo na formação do caráter pessoal</p>	<p>E2- “Aqui eu aprendi a respeitar os outros, a saber li dar com as pessoas pois cada um têm um gênero diferente.”</p> <p>E2- “Hoje aprendi a ser uma pessoa que sabe escutar, antes, não queria saber.”</p> <p>E3- “e a partir do momento que eu fiquei na cooperativa isso começou a mudar na minha vida, igual eu falo, eu não trabalho com reciclagem, eu trabalho reciclando a minha vida...”</p> <p>E3- “...eu era uma pessoa muito egoísta, isso eu posso dizer que mudou mesmo.”</p> <p>E3- “...mas tá mudando, é meu jeito de se relacionar com as pessoas, porque se fosse a um tempo atrás eu nem conseguiria falar com você....”</p>

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Câmara (2013)

Quadro D - Quadro matricial da Categoria Genérica “Confiança”

Categoria Preliminar / Emersa: Facilidade transacional	
Definição: A intensidade e longevidade das relações estabelecidas, possibilita a instalação do sentimento de confiança que passa a promover naturalmente um contexto propício para as trocas entre os sujeitos envolvidos. A confiança como um “pressuposto” para o aceite em um determinado grupo.	
Temas	Exemplos de verbalizações
A confiança advinda das relações estabelecidas	E1- “Que eu tenho confiança é o meu grupo, que são amigo mesmo.” E1- “e foi bem num momento em que eu já tinha desistido de mim mesma, foi quando essa pessoa só faltava que me bate pra me ajuda, eu falava que não e ela falava que sim, foi bem marcante pra mim, a pessoa deixou o problema dela de lado pra pega o meu, a pessoa me acolheu e me acolhe até hoje.” E2- “Mas, geralmente as pessoas acham coisas assim, boas, traz para o barracão e é vendido por aqui mesmo. Ninguém pensa em si próprio.” E3- “É dai eu falo que vou sai, mas ai começou a conversa com o pessoal aqui e já vejo ‘não mudou isso, mudou aquilo eu ‘to’ diferente nisso’ eu falo assim não, é aqui mesmo que é o meu lugar...” E5- “Eu confio no meu pessoal sim, porque eu ‘to’ com eles há anos já né, eu tenho conhecimento das pessoas e ali pelo menos eu conheço.” E6- “...com as pessoas que eu tenho convivência bastante eu confio...”

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Câmara (2013)

Quadro E - Quadro matricial da Categoria Genérica “Confiança”.

Categoria Preliminar / Emersa: Ação moral permeada pelos laços estabelecidos	
Definição: A institucionalização de uma rede de laços relacionais como base facilitadora do estabelecimento de uma ordem que inibe naturalmente o individualismo através do estabelecimento de uma moral coletiva consensual.	
Temas	Exemplos de verbalizações
A confiança como inibidora da ação individualista	E1- “As próprias relações mesmo, que tem aquele do contra que graças a Deus hoje noventa por cento é positivo, os negativo são bem a minoria mesmo. Eles pensa em faze, mas acho que antes já inibe então eles não fazem por conta disso.” E2- “A minoria pensa em si e a maioria pensa no grupo mesmo.” E5- “Porque ‘nois’ vai ‘tá’ roubando ‘nois’ mesmo, ‘nois’ num deixa.” E5- “Não deixa de jeito nenhum, porque ‘nois’ já sai com as pessoas certas, por isso que o que sai tem que ser as pessoas que eles confiam né, porque não pode acontecer isso não.”

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Câmara (2013)

Quadro F - Quadro matricial da Categoria Genérica “Confiança”.

Categoria Preliminar / Emersa: Ações Cooperativas	
Definição: A certeza de que o outro não vai agir individualisticamente, promove um contexto propício para a proliferação de ações que buscam o objetivo coletivo.	
Temas	Exemplos de verbalizações
A confiança como facilitadora de ações cooperativas	E1- “Aqui como se diz, eu acho assim, eu falo que pelo grupo que a gente tem, nós somos um grupo que só aqui nesse barracão que consegue aumenta o salário de todo mundo brincando. A gente consegue, não trabalhando correndo, desesperado igual eles pensam, mas acho que cada um fazendo a sua parte consegue não só o meu, mas o de todos.” E2- “Então é um todo, não tem um chefe, uma pessoa pra ficar mandando... aqui todo mundo se uni, faz um serviço bom...” E2- “Mas, geralmente as pessoas acham coisas assim, boas, traz para o barracão e é vendido por aqui mesmo. Ninguém pensa em si próprio.” E3- “e também aqui vale a boa-fé né, igual eu vejo que são pessoas dispostas ao trabalho que querem o bem da cooperativa...”

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Câmara (2013)

Quadro G - Quadro matricial da Categoria Genérica “Confiança”

Categoria Preliminar / Emersa: Sentimento de pertença a um grupo	
Definição: Confiar nos demais, garante ao sujeito o acesso e sua permanência num determinado grupo. Assim, a confiança é como um “pressuposto” para o aceite e permanência no grupo.	
Temas	Exemplos de verbalizações
Confiar a priori, como garantia de pertencimento a um grupo	<p>E1- “Sim que era o meu tio e mais a assistente social que na época deu uma ajuda assim imensa pros catadores. É de tanto eu ouvi eles fala né, que ia se bom dai eu fui.”</p> <p>E2- “Só que a maioria sim, são de confiança.”</p> <p>E2- (<i>sobre alguma traição</i>) “Á, eu acho que não. Espero que não. Até agora que eu saiba, não. A gente vai ficar sabendo depois que tiver uma bola de neve gigante.”</p> <p>E3- “No pessoal confio.”</p> <p>E5- “...nois vamo’ consegui, que aqui ‘nois’ tem um povo bom, eu sempre lutando por ‘nois’ e eu creio que ‘nois’ só ‘vamo’ ter vitória daqui pra frente, porque ‘nois’ já sofreu né pra consegui tudo...”</p> <p>E5- “lá teve muito roubo. Já aqui é diferente, aqui ninguém mexe em nada, aqui é certinho, nem pode.”</p> <p>E5- “ Se eu precisar todo mundo ‘tá’ a disposição graças a Deus. Do mesmo jeito é eles, se eles precisa eu ‘to’ a disposição...”</p>

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Câmara (2013)

Quadro H - Quadro matricial da Categoria Genérica “Oportunismo”

Categoria Preliminar / Emersa: O risco da ação individualista	
Definição: Em uma relação díade estabelecida, ou mesmo em um grupo coeso, há de forma latente a possibilidade de um dos sujeitos passar a agir em defesa de seus interesses privados. A percepção dessa possibilidade pode gerar um ambiente de desconfiança.	
Temas	Exemplos de verbalizações
A desconfiança velada	<p>E1- “...tem um cooperado que foi e ele veio assim abismado porque tinha uma mente pequena e ele veio assim maravilhado das viagens.”</p> <p>E1- “...porque muitas pessoas falam pra sai daqui porque aqui é isso assim e assado...”</p> <p>E1- “Sempre vai ter e tem um ou dois que fala que não é dono, que o povo do administrativo é folgado, que a gente paga eles né.”</p> <p>E1- “e quando era ong tinha os atravessadores né, então assim eles pagavam um tanto e não tinha o trabalho que tem hoje como cooperativa, dai tem as notas fiscais e tudo mais certo né. Antes tinha isso, a gente fala que é patrão, vendia seu material e ali nós mesmos tinha duas pessoas responsáveis que dividia, então assim a gente não conseguia tirar mais que um salário, quinhentos reais quando tirava mais.”</p> <p>E1- “...eu sou meia dois pé atrás, não é nem só um, pra mim confia, confia mesmo, nossa moço é difícil, mas tem.”</p> <p>E2- “Porque nem tudo mundo age na transparência com você.”</p> <p>E3- “...eu sou o seu amigo mas eu tenho que ficar com o pé atrás, não sou de me entregar.”</p> <p>E3- “Não sou, eu não consigo depositar cem por cento de confiança em alguém,...”</p> <p>E4- “Olha eu acho muito difícil, bom, você sabe que quando a pessoa quer fazer algo errado ela faz, eu acredito que não faz por muito tempo, mas faz.”</p> <p>E5- “Pra ele querê ganha mais que eu, não ‘dá’, a não ser se ele rouba.”</p> <p>E6- “Tem umas que a gente tem que confia de ‘zóio’ aberto né.” (risos)</p>
A possibilidade de agir de forma individual.	<p>E1- “Eles pode até consegui, mas não por muito tempo, porque aqui nada fica assim por muito tempo, eles pode até consegui fazer isso.”</p> <p>E1- “Que nem o exemplo que você usou da coleta mesmo, nos que ‘tamo’ aqui dentro não ‘consequimo’ visualizar eles lá, então eles poderia se juntar o grupinho que tá lá e eles consegui assim pega o material melhor ou ganhar alguma coisa que seria pra cooperativa.”</p> <p>E2- “Às vezes está sendo se amigo ali, e pelas costas está lá, ó, descendo a</p>

	<p>lenha em você.”</p> <p>E4- “...eu já tive cliente que chega pra mim e diz ‘olha me vende um material pra mim que eu pago uma porcentagem a mais pra você’ né, então já aconteceu isso, já aconteceu de ter esse tipo de coisa, mas.”</p> <p>E4- “É seria uma forma de fazer a coisa errada, de ganhar dinheiro na cooperativa, uma forma desonesta, seria um roubo, isso proposta já teve e todo mundo já sabe, já falei isso pro financeiro. Mas que a gente tem conhecimento não, porque se a gente tiver a gente não vai aceitar isso porque nós somos donos da cooperativa.”</p> <p>E5- “...a coleta é assim, pode ‘tá’ recheado de saco de latinha, que você sabe que se você pegar aquilo lá e levar embora e vender você vai ganhar, mas jamais ele pode tocar naquilo ali, igual tem dia que ‘nois’ vai nos prédio e tem 50, 60 saco cheio de latinha, como você vai mexe naquilo lá, não pode.”</p>
--	---

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Câmara (2013)

Quadro I - Quadro matricial da Categoria Genérica “Oportunismo”

Categoria Preliminar / Emersa: Traição advinda da confiança	
Definição: Em uma relação permeada pelo sentimento de confiança, a certeza que um sujeito possui de que o outro não o irá trair, gera um contexto desprovido de cautelas que pode ser propício à traição.	
Temas	Exemplos de verbalizações
Ações de defesa do interesse próprio em detrimento da coletividade	<p>E2- “Muitas vezes as pessoas pensam em si próprio. “Hoje eu tô cansado então vô trabalhar na moleza, na mordomia...”</p> <p>E2- “Uma moça foi fazer coleta e aí tinha alguns móveis que a pessoa não ia usar mais e ia mandar embora e queria doar. O certo era, a pessoa pegar e levar para o barracão, e se mais que uma pessoa quisesse eles fizessem um sorteio ou alguma coisa do tipo para não ficar, “só porque eu ganhei eu me sinto dona”, não é exatamente assim.”</p> <p>E2- “Alguns pensam assim: Não vou produzir bastante, porque isso pra mim tá bom, outros não. Se eu produzir um bag a mais eu vou ajudar não só a minha renda, mas, a tonelada em si, vai ser dividida para tudo mundo.”</p> <p>E3- “...se a gente achar algo de valor a gente pega pra gente, mas às vezes acha de valor a gente oferece fala ‘você quer?’, mas geralmente é assim se a gente acha algo de valor que nos interessa a gente pega pra gente, a gente tem essa liberdade.”</p> <p>E3- “Agora na rua acontece muito de tipo assim de o morador chega em você e te da alguma coisa, se você achar interessante pra você é óbvio que você vai levar embora.”</p> <p>E5- “Já, ali na ‘Cooperativa X’ tinha. Eles catava o mais exemplo que sai de lucro que é a latinha, eles ‘vendia’ tudo a latinha, escondido de ‘nois’ e usufruía tudo o dinheiro dela e ‘nois’ sem. Passava pra recolhe e falava ‘olha aqui uns dez saquinho’ e já vendia já e sempre foi assim lá, lá teve muito roubo.”</p> <p>E5- “...porque eu sai dessa que foi a primeira cooperativa que eles roubavam todo nosso pagamento né, pra vim pra uma que eu ganho bem...”</p> <p>E5- “Tem umas que tenta derruba a gente, quer o lugar da gente assim, é normal, companheiro de trabalho querendo o seu lugar, porque ‘nois’ como ‘tamo’ no Sol e na rua ‘nois’ ganha mais, tem uma ‘porcentaginha’ uns 10%, e tem dia que a coleta passa das cinco, dai ‘nois’ tem um ‘ganho’ a mais, uns 10%, por causa do Sol, porque o trabalho é pesado, ‘nois’ têm que carrega fogão, geladeira, essas coisas tudo. Então quem ‘tá’ sofrendo lá é ‘nois’ então ‘nois’ tem que te um ‘ganho’ a mais, dai por causa disso uma que toma o lugar da outra” (risos).</p> <p>E5- “...a gente entra no condomínio tem uma senhora que da roupa, umas coisinha boa pra gente, então ‘nois’ pega né, e tudo...”</p> <p>E5- “É, igual roupa, sapato, um rádio, televisão que eu ganhei. Igual essa semana ganhei um ‘radião’ lindo lá, levei pra minha casa porque, isso ai é coisa que o morador deu pra você, então não tem problema nenhum.”</p>

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Câmara (2013)

Quadro J - Quadro matricial da Categoria Genérica “Oportunismo”

Categoria Preliminar / Emersa: Ações de interesses próprios	
Definição: As oportunidades surgidas em um ambiente ausente de cautela e permeado pela confiança, possibilita o sujeito tomar iniciativas em defesa de interesses próprios, traindo assim a confiança do grupo.	
Temas	Exemplos de verbalizações
Ações de defesa do interesse próprio em detrimento da coletividade	<p>E2- “Muitas vezes as pessoas pensam em si próprio. “Hoje eu tô cansado então vô trabalhar na moleza, na mordomia...”</p> <p>E2- “Uma moça foi fazer coleta e aí tinha alguns móveis que a pessoa não ia usar mais e ia mandar embora e queria doar. O certo era, a pessoa pegar e levar para o barracão, e se mais que uma pessoa quisesse eles fizessem um sorteio ou alguma coisa do tipo para não ficar, “só porque eu ganhei eu me sinto dona”, não é exatamente assim.”</p> <p>E2- “Alguns pensam assim: Não vou produzir bastante, porque isso pra mim tá bom, outros não. Se eu produzir um bag a mais eu vou ajudar não só a minha renda, mas, a tonelada em si, vai ser dividida para tudo mundo.”</p> <p>E3- “...se a gente achar algo de valor a gente pega pra gente, mas às vezes acha de valor a gente oferece fala ‘você quer?’, mas geralmente é assim se a gente acha algo de valor que nos interessa a gente pega pra gente, a gente tem essa liberdade.”</p> <p>E3- “Agora na rua acontece muito de tipo assim de o morador chega em você e te da alguma coisa, se você achar interessante pra você é óbvio que você vai levar embora.”</p> <p>E5- “Já, ali na ‘Cooperativa X’ tinha. Eles catava o mais exemplo que sai de lucro que é a latinha, eles ‘vendia’ tudo a latinha, escondido de ‘nois’ e usufruía tudo o dinheiro dela e ‘nois’ sem. Passava pra recolhe e falava ‘olha aqui uns dez saquinho’ e já vendia já e sempre foi assim lá, lá teve muito roubo.”</p> <p>E5- “...porque eu sei dessa que foi a primeira cooperativa que eles roubavam todo nosso pagamento né, pra vim pra uma que eu ganho bem...”</p> <p>E5- “Tem umas que tenta derruba a gente, quer o lugar da gente assim, é normal, companheiro de trabalho querendo o seu lugar, porque ‘nois’ como ‘tamo’ no Sol e na rua ‘nois’ ganha mais, tem uma ‘porcentaginha’ uns 10%, e tem dia que a coleta passa das cinco, dai ‘nois’ tem um ‘ganho’ a mais, uns 10%, por causa do Sol, porque o trabalho é pesado, ‘nois’ têm que carrega fogão, geladeira, essas coisas tudo. Então quem ‘tá’ sofrendo lá é ‘nois’ então ‘nois’ tem que te um ‘ganho’ a mais, dai por causa disso uma que toma o lugar da outra” (risos).</p> <p>E5- “...a gente entra no condomínio tem uma senhora que da roupa, umas coisinha boa pra gente, então ‘nois’ pega né, e tudo...”</p> <p>E5- “É, igual roupa, sapato, um rádio, televisão que eu ganhei. Igual essa semana ganhei um ‘radião’ lindo lá, levei pra minha casa porque, isso ai é coisa que o morador deu pra você, então não tem problema nenhum.”</p>

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Câmara (2013)

Quadro K - Quadro matricial da Categoria Genérica “Ordem”

Categoria Preliminar / Emersa: Estruturas de Governança	
Definição: Apesar da confiança advinda das relações sociais atuar na promoção da ordem, outros mecanismos institucionais, formais ou não, podem estar presentes no mesmo sentido.	
Temas	Exemplos de verbalizações
Instrumentos implícitos de consolidação da ordem na cooperativa	<p>E1- “...eu participo de reunião toda semana, porque hoje eu ‘to’ mais inteirada, antes eu fazia parte da mesa...”</p> <p>E1- “...então você já consegue ter mais visualização, mais contato com o pessoal do administrativo, ai você vai vendo que realmente você é dona mesmo. E assim, tem o conselho administrativo, tem a diretoria, então sempre tem as reuniões.”</p> <p>E1- “Não que a cooperativa paga né, facilita, se você não tem né eles adianta</p>

	<p>e você paga né, não tem juros em...”</p> <p>E3- “Porque a gente vê um diretor aqui e fala ‘olha lá não tá trabalhando’ mas e o trabalho deles aqui dentro e o trabalho deles lá fora o que estão fazendo por nós, eu ‘to’ bobo.”</p> <p>E5- “Não mais eu digo eles assim seu Verona, seu Zaqueu, sempre ajudam a gente assim , quando a gente precisa, igual eu mesma ‘tava’ com uma dívida no banco e cheguei no Verona e disse ‘eu preciso paga isso ai, tem condições’, rapidinho a mulher pego meu boleto e foi pagar, então quando a gente precisa é eles mesmo que ajuda a gente.”</p>
<p>A ordem através de mecanismos organizacionais formalmente instituídos</p>	<p>E1- “Eu ganho assim, a minha renda sai, dependendo do mês, sai mil e seiscentos, mil e quinhentos.”</p> <p>E1- “A gente trabalha do dia vinte ao dia vinte né, aí assim pra recebe é sempre antes do dia dez, sempre bem antes do dia dez...”</p> <p>E2- “Quando eu era registrada eu não ganhava o que eu ganho aqui. Só que eu não tenho registro, mas, uma coisa boa daqui é que a gente paga INSS, se machucar a gente consegue encostar, então isso pra mim tá ótimo.”</p> <p>E2- “Aqui também a gente tem férias. Quando é firma registrada, a gente pode querer trabalhar nas férias e receber. Aqui é obrigatório sair e a gente recebe também.”</p> <p>E2- “É que eu tenho que fazer alguns cursos para exercer algumas coisas aqui dentro que eu quero, tipo de secretária.”</p> <p>E2- “Por exemplo o pessoal da mesa ganha por produção, então, quanto mais trabalhar, mais vai ganhar. O pátio já é uma forma diferente de ganhar.”</p> <p>E2- “...a gente tem uma carga horária a ser cumprida. Então não tem nem mais nem menos.”</p> <p>E3- “Olha o meu bruto esse mês saiu um mil e vinte e quatro reais, sabe é cerca disso mil, mil e pouco, geralmente varia de oitocentos e noventa até mil.”</p> <p>E4- “É, mas é uma retirada fixa, nós temos ai também alguns contratados que ai é diferente né, é fora, mas nós cooperados, eu, por exemplo, da área administrativa é o X, vamos supor eu ganho lá dois mil reais, é dois mil reais, é fixo dai desconta o INSS.”</p> <p>E5- “É tive que leva currículo né, porque aqui é assim, ai tive que espera chama, dai me ligaram ai eu voltei, fiz entrevista e entrei.”</p> <p>E6- “...fui no escritório, fiz uma ficha, fizeram uma entrevista comigo, eu fiz no meio do mês e no fim do mês, no fechamento deles eu entrei, no dia vinte...”</p>

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Câmara (2013)

Quadro L - Quadro matricial da Categoria Genérica “Ordem”

Categoria Preliminar / Emersa: Relações de Poder	
<p>Definição: As relações sociais em rede, atuam na consolidação de um mecanismo natural que sela o compromisso entre sujeitos que se confiam. No entanto, relações de poder, ainda que não formalmente declaradas, atuam institucionalmente no estabelecimento da ordem organizacional da cooperativa.</p>	
Temas	Exemplos de verbalizações
<p>Relações hierárquicas institucionalizadas</p>	<p>E1- “É, daí assim antes eles passam pra gente pra gente tá tentando resolve ajudar eles, então por isso que tem as coordenadoras e a gerente.”</p> <p>E1- “...as coordenadora né, que dai assim não é que manda né, é que dai tenta assim faze o que ela pede, acho que é mais o respeito, aqui mesmo nesse tem duas gerentes e uma coordenadora.”</p> <p>E2- “...a cooperativa não é do seu Z., da V., a cooperativa, que nem os dois mesmo falam, essa cooperativa não é minha nem do seu Z., é de todo mundo.”</p> <p>E4- “...nós temos um diretor de operações, nós temos um diretor presidente e nós temos um grupo que é o conselho, então tudo que acontece dentro da cooperativa tem que ser passado por esse conselho.”</p>

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Câmara (2013)

Quadro M - Quadro matricial da Categoria Genérica “Ordem”

Categoria Preliminar / Emersa: Ações organizacionais da cooperativa contra a má-fé	
Definição: O sentimento de que todos são donos na mesma proporção, abre a possibilidade de ações individuais de má-fé. Assim, a própria organização atua diretamente na inibição de atitudes de má-fé, através de mecanismos disciplinadores que colaboram para estruturar a ordem.	
Temas	Exemplos de verbalizações
Mecanismos institucionais de inibição da má-fé	<p>E1- “Agi por conta própria não tem como né, porque assim em cada barracão tem as coordenadora né...”</p> <p>E1- “E assim, tem o conselho administrativo, tem a diretoria, então sempre tem as reuniões.”</p> <p>E1- “É porque assim, no caminhão tem um fiscal né que faz isso aí, tem a moto né que faz essa a ronda do pessoal, então que eu saiba nunca aconteceu.”</p> <p>E2- “Agora tem um fiscal que na rua, alguns pode pular uma rua para acabar o bairro mais rápido, e agora tem o fiscal.”</p> <p>E2- “O fiscal não atua no trabalho, mas, leva a marmita e fica vendo se está tudo certo.”</p> <p>E2- “Então esse fiscal ele faz que as coisas aconteçam da forma correta. Então, não tem mais isso de querer desviar alguma coisa para casa, de querer desviar uma rua.”</p> <p>E3- “de vez em quando a minha gerente até me chama a atenção porque eu sai da minha mesa...”</p> <p>E3- “Ah não tem como porque todos os caminhões são rastreados...”</p>

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Câmara (2013)

Quadro N - Quadro matricial da Categoria Genérica “Ordem”.

Categoria Preliminar / Emersa: Ausência de autoridade pura	
Definição: Na consolidação da autogestão, pressuposto basilar do Cooperativismo Solidário, estabelece-se um clima organizacional em que a ordem pode ser alcançada pelo sentimento arraigado de que todos são donos. Assim sendo, todos são fiscais de todos.	
Temas	Exemplos de verbalizações
Ordenamento através do poder disseminado consensualmente.	<p>E1- “né, todos somos cooperados, começa até mesmo pelo presidente que é cooperado também, que veio lá de ong.”</p> <p>E2- “Aqui a gente até fala: A gente não tem patrão.”</p> <p>E2- “Então é um todo, não tem um chefe, uma pessoa pra ficar mandando.”</p> <p>E3- “Eu acho que eu sou o cooperado que mais se sente dono.”</p> <p>E3- “Esses dias bateram o caminhão né, dai eu: como assim? vocês bateram o meu caminhão? não cuidaram das minhas coisas?”</p> <p>E3- “de alguma forma eu sou dono da cooperativa, quando eles precisarem de mim de uma opinião de algo eu vou tá ali.”</p> <p>E3- “...a gente é empregado; aqui você já é dono...”</p> <p>E4- “É, eu sempre falo isso pro companheiros, eu falo ‘gente aqui é igual a um concurso público, você o concurso, você passou e não vão te mandar embora, a não ser que você faça alguma coisa grave’</p> <p>E5- “Se eu tiver certa e levanto a mão e falo eu quero é desse jeito e pronto né. Claro eu me sinto muito dona.”</p> <p>E6- “...e é bem a verdade, não tem ninguém pegando no seu pé...”</p>

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Câmara (2013)

Quadro O - Quadro matricial da Categoria Genérica “Ordem”

Categoria Preliminar / Emersa: Imersão: o peso das relações sociais nas ações individuais.	
Definição: Na proposta de Imersão Social de Granovetter (2007), as ações individuais estão imersas em relações sociais e dessas sofrem influências. Assim, a ordem seria em determinada medida, uma resultante do meio relacional em que o sujeito se insere.	
Temas	Exemplos de verbalizações

<p>O ambiente relacional impõe restrições às possíveis atitudes individualistas</p>	<p>E1- “No conjunto, porque daí se eles ‘fo’ pensar dessa maneira em si mesmo não tem como.”</p> <p>E1- “As próprias relações mesmo, que tem aquele do contra que graças a Deus hoje noventa por cento é positivo, os negativo são bem a minoria mesmo. Eles pensa em fazer, mas acho que antes já inibe então eles não fazem por conta disso.”</p> <p>E2- “- Aqui não, mas, em outro barracão sim. Uma moça foi fazer coleta e aí tinha alguns móveis que a pessoa não ia usar mais e ia mandar embora e queria doar. O certo era a pessoa pegar e levar para o barracão, e se mais que uma pessoa quisesse eles fizessem um sorteio ou alguma coisa do tipo para não ficar, “só porque eu ganhei, eu me sinto dona”, não é exatamente assim. E essa pessoa acabou deixando e voltando mais tarde com uma condução própria e levou para ele. Foi uma coisa errada que não devia ser feito. Quando o grupo descobriu foi chamado atenção da pessoa. Aí foi feito esse consenso de se ganhar alguma coisa que vai servir para outras pessoas, leva e a gente vê o que vai ser feito. Se ninguém quiser aí você fica.”</p> <p><i>(pesquisador)- E essa pessoa que aconteceu o próprio grupo tomou providências ou a cooperativa interviu?</i></p> <p>E2- “É... porque depois que ficaram sabendo né! Porque no dia, não falou. Só a outra companheira que estava no dia na rua estava ciente do que tinha acontecido. Aí depois o grupo decidiu isso né, ganhou alguma coisa, traz para o barracão que a gente vê uma forma boa para ser dividido para não ficar só para uma pessoa se dar bem.</p> <p>E2- Se eu produzir um bag a mais eu vou ajudar não só a minha renda, mas, a tonelada em si, vai ser dividida para tudo mundo.</p> <p>E3- “É que eu também não me vejo mais fora daqui peguei isso pra mim, mas sabe por que eu não posso dizer que não melhoraria porque eu trabalho aqui eu comecei a fazer curso técnico de logística na Unopar, daí eu comecei a fazer o curso e comecei a me relacionar com as pessoas daí eu tipo assim era tímido, entrei aqui, e soltei e fui fazer o curso técnico e lá eu nossa ganhei muitas coisas conversando com as pessoas sabe, me agregou um monte de valores.”</p> <p>E3- “...falavam bem da forma de trabalhar que eles nem conhecem, mas porque temos diretores competentes que se preocupa não com o seu ganho mas com o crescimento da cooperativa e de seus cooperados agora eu vejo muito isso, só não sou de ficar falando, elogiando, mas eu reconheço, quando eu vim de São Paulo agora eu quero passa isso pra todo mundo meu foco agora é espalhar isso. Porque a gente vê um diretor aqui e fala ‘olha lá não tá trabalhando’ mas e o trabalho deles aqui dentro e o trabalho deles lá fora o que estão fazendo por nós, eu ‘to’ bobo.”</p> <p>E4- “eu já tive cliente que chega pra mim e diz ‘olha me vende um material pra mim que eu pago uma porcentagem a mais pra você’ né, então já aconteceu isso, já aconteceu de ter esse tipo de coisa, mas..</p> <p><i>(pesquisador)- Da pessoa instigar você?</i></p> <p>E4- “É esses já são clientes que já tão fora da nossa lista de cadastro entendeu, eu já pego a firma dele pra não procura no futuro, então eu trabalho dessa maneira, já foi uma posição minha de quando eu entrei nas vendas, se tiver errado eu mesmo vou denunciar, e a cooperativa aceitou a minha proposta e hoje, que eu tenho conhecimento, não existe na parte de vendas.”</p> <p><i>(pesquisador)- Seria uma forma de gargalo?</i></p> <p>E4- “É seria uma forma de fazer a coisa errada, de ganhar dinheiro na cooperativa, uma forma desonesta, seria um roubo, isso proposta já teve e todo mundo já sabe, já falei isso pro financeiro. Mas que a gente tem conhecimento não, porque se a gente tiver a gente não vai aceitar isso porque nós somos donos da cooperativa.”</p> <p><i>(pesquisador)- O próprio grupo da conta de expulsar?</i></p> <p>- É tem que dar conta né, porque senão vira uma bola de neve e nós não conseguimos fazer o que nós ‘tamos’ fazendo hoje, porque hoje, não sei se é do seu conhecimento, nós temos ganhado prêmios, o ultimo agora nós estamos entre os doze melhores do país, então a gente não teria esse ganho se a gente tivesse trabalhando de uma forma errada.</p> <p>E5- “...lá teve muito roubo. Já aqui é diferente, aqui ninguém mexe em nada, aqui é certinho, nem pode.</p> <p>- Porque ‘nois’ vai ‘tá’ roubando ‘nois’ mesmo, ‘nois’ num aceita, ‘nois’ num deixa.</p> <p>- Não deixa de jeito nenhum, porque ‘nois’ já sai com as pessoas certas, por isso que o que sai tem que ser as pessoas que eles confiam né, porque não pode acontecer isso não.”</p>
---	--

APENDICE III – CRONOGRAMA DA PESQUISA

Quadro 13 – Cronograma temporal da pesquisa

Item	mês 2014 /2015																		
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	
Desenvolvimento do pré-projeto																			
Definição do problema de pesquisa																			
Levantamento bibliográfico																			
Desenvolvimento do referencial teórico																			
Definição da metodologia da pesquisa																			
Redação e ajustes no texto do projeto																			
Submissão à banca de qualificação																			
Ajustes solicitados																			
Realização das entrevistas																			
Transcrição e análise das entrevistas																			
Análise dos resultados																			
Redação e ajustes no texto																			
Revisão gramatical																			
Depósito da Dissertação																			
Defesa																			

Fonte: elaborado pelo autor